



IV - INFRAESTRUTURA PARA TODOS:  
DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA





## IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

### 1. Energia

#### a) Energia Elétrica

No ano de 2013, as diretrizes da política para o setor elétrico, estabelecidas com o advento do modelo instituído pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, foram aprimoradas com a edição da Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, a qual dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais e a modicidade tarifária.

Além disso, foram desenvolvidas ações para fortalecer a infraestrutura energética, compatibilizando os níveis de oferta e demanda por energia elétrica, tendo em vista a trajetória de crescimento econômico esperada para os próximos anos e implementados os projetos estratégicos de geração e transmissão, que compõem a carteira de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

A matriz energética brasileira, no ano de 2013, apresentou a proporção de 42% de fontes renováveis, contrastando com 8% da participação dessas fontes para os países ricos e 13% em relação à média mundial, o que caracteriza o Brasil como possuidor de uma matriz essencialmente limpa. Estima-se que as fontes renováveis responderam, em 2013, por 88% da matriz de oferta total de eletricidade, enquanto que no mundo o indicador é de 20%. Essa configuração da matriz energética se traduz em baixos indicadores de emissão de CO<sub>2</sub> pelo uso de energia. Enquanto no Brasil o indicador é de 1,53 tCO<sub>2</sub> por cada tep (tonelada equivalente de petróleo) consumida, no mundo esse indicador é de 2,4 tCO<sub>2</sub>/tep, ou seja, 57% superior.

Também em 2013 foram incorporados 6.508 Megawatt (MW) de capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo 5.864 MW em operação comercial e 644 MW atestados como aptos para operação comercial, atingindo-se assim o patamar de 126 mil MW de capacidade instalada de geração até dezembro de 2013. Somente no período de 2011 a 2013, foram instalados 14.690 MW, sendo que atualmente estão em construção cerca de 36 mil MW.

A previsão de expansão da oferta de geração para o ano de 2014 é de 6.000 MW, sendo 2.898 MW de fonte hídrica, 1.492 MW de térmica e 1.610 MW de eólica.

Em 2013 foram incorporados 9.928 km de novas linhas de transmissão ao SIN, totalizando até dezembro de 2013 aproximadamente 117 mil km de capacidade instalada no Sistema Elétrico Brasileiro (SEB), o que corresponde a um aumento de 53% em relação aos 76 mil km de linhas de transmissão existentes em 2002.

No triênio recente, 2011 a 2013, entraram em operação 16.122 km de linhas de transmissão e atualmente estão em licenciamento ou construção cerca de 26 mil km de novas linhas de transmissão.

No ano de 2014, o Ministério de Minas e Energia (MME) tem como meta a implantação de mais 6.813 km de linhas de transmissão licitadas e autorizadas, sendo que os principais destaques são: i) na região Norte, a integração do sistema isolado do Amapá ao SIN, por meio da Linha de Transmissão (LT) 230 kV Jurupari-Macapá, e a obtenção de licença de instalação da LT 500 kV Manaus-Ecuador-Boa Vista, com início das obras previsto para 2014, que permitirá ligar o Estado de Roraima ao SIN; ii) na região Nordeste, a previsão de conclusão das LTs Extremoz II-João Câmara II e LT Igarorã-Bom Jesus da Lapa II, ambas em 230 kV e necessárias para ampliação de oferta da geração provenientes das usinas eólicas; iii) na região Sul, a conclusão da LT 500 kV Salto Santiago-Itá-Nova Santa Rita C2, planejada para ampliar a capacidade de suprimento aos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; e iv) na região Sudeste, a conclusão da LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 vai melhorar o desempenho do atendimento à demanda do Estado de Minas Gerais.





## a.1) Geração e Transmissão

### Geração

No ano de 2013, dentre os empreendimentos que entraram em operação, são destaques: a Usina Hidroelétrica (UHE) Santo Antônio, que dos 3.568 MW previstos na usina, 1.201,5 MW já entraram em operação, sendo 501,9 MW somente em 2013; a finalização da motorização da UHE Estreito com a entrada em operação da Unidade Geradora (UG) 08 de 135,9 MW; UHE Jirau com a operação comercial da primeira unidade com 75 MW, a operação comercial das UHEs Garibaldi e São Domingos, motorização da casa de força principal da UHE Simplício e da Usina Termelétrica (UTE) Porto de Pecém II.

Em 2013 tiveram início as obras de 68 usinas monitoradas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) sendo uma hidrelétrica, sete termelétricas e 60 parques eólicos, destacando-se a UTE Pernambuco III – 200,8 MW, a UTE MC2 Nova Venécia 2 – 176,2 MW, a UTE Mauá 3 – 583 MW e a UHE São Roque – 135 MW. Destaque para a usina termonuclear Angra 3 (1.405 MW) que está com 46,4% de andamento físico, e previsão para entrada em operação comercial em junho de 2018.

Para 2014 está previsto o acréscimo de mais 6 mil MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica no País. Dentre os principais empreendimentos de geração previstos para 2014, destacam-se:

- Entrada em operação de unidades geradoras das UHEs do rio Madeira (Jirau, com 22 máquinas – 1.650 MW, e Santo Antônio, com 16 máquinas – 1.157,7 MW);
- Conclusão da UTE Maranhão III – 449 MW; e
- Complexos Eólicos de Santa Clara, com 180 MW; Morro dos Ventos, com 145 MW e Faisa, com 136 MW.

### Transmissão

O Sistema Interligado Nacional (SIN) alcançou a marca dos 117 mil km instalados em 2013, com a implantação até 31 de dezembro de mais 9.928 km de linhas de transmissão. Já no período de 2003 a 2013, foram incorporados ao SIN um total de 41 mil km de linhas de transmissão com incremento de 53% em relação ao existente em 2002. Este excepcional reforço nas instalações da Rede Básica permite maior flexibilidade operacional, além do aumento da capacidade de transferência de energia entre as regiões, e melhor otimização da diversidade hidrológica.

No ano de 2013, dentre os empreendimentos que entraram em operação, são destaques:

- Entrada em operação do primeiro bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), a LT 600 kV, Coletora Porto Velho-Araraquara 2 C1, com 2.375 km de extensão, planejado para transportar a energia proveniente das usinas hidrelétricas do rio Madeira para os grandes centros de consumo na região Sudeste;
- Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus: (LT 500 kV Tucuruí-Xingú-Jurupari-Oriximiná-Silves-Lechuga), totalizando 1.085 km, conectando Manaus ao Sistema Interligado Nacional; e
- Energizações das novas Subestações (SE): SE Pecém II (3600 Megavolt Ampère – MVA), no Ceará; SE Itapeti (1200 MVA), em São Paulo; e SE Lechuga (1800 MVA), em Manaus.





Para o ano de 2014, destacam-se o andamento dos seguintes empreendimentos:

- Interligação Tucuruí-Macapá (LT 230 kV Jurupari-Laranjal-Macapá), totalizando 339 km, que permitirá a interligação do sistema isolado de Amapá ao SIN; e
- Interligação das Usinas do rio Madeira: terá continuidade com a implantação do segundo bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), a LT 600 kV Coletora Porto Velho – Araraquara 2 C2, com 2.375 km de extensão, para o escoamento da totalidade da energia gerada nas usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), em Rondônia.

Para atender à expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), foram arrematados na modalidade de leilão, em 2013, 8.134 km de linhas de transmissão e 10.331 MVA de transformação, incluindo obras para aumentar a segurança eletroenergética nos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, e Tocantins.

#### **a.2) Prorrogação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.**

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, de 2013, dispondo sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, introduzidas pela Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 e implementadas pela Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012.

Das mais de quatrocentas emendas apresentadas pelos parlamentares, várias foram acatadas, como a inclusão das permissionárias entre os beneficiados pelas cotas de energia mais barata, a previsão legal de indenização dos ativos das concessionárias de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, a redução da taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica e os mecanismos de incentivos para o desenvolvimento da energia solar.

Assim, ficou confirmada a possibilidade de os titulares de concessões de geração, transmissão e distribuição – outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, e não licitadas pela União, vincendas a partir de 2015 – requererem a prorrogação de seus prazos por até 30 anos, evitando a perda dos ativos de suas empresas, que, em conformidade com a legislação e regulamentação até então vigentes, deveriam retornar à União, situação em que esses concessionários ficariam com o ônus do passivo referente a empregados e outros bens não servíveis à prestação do serviço de energia elétrica.

Em contrapartida, foi interrompida a continuidade da remuneração de investimentos já amortizados dessas instalações, beneficiando a modicidade tarifária, e favorecendo a continuidade da prestação dos serviços de energia elétrica. As concessões das empresas que não aderiram às condições estabelecidas para a prorrogação serão licitadas. Estão já em andamento os preparativos para a realização do primeiro certame para a definição do novo concessionário de alguns desses empreendimentos.

Foi também implementada a regulamentação da Lei nº 12.783, de 2013, estabelecendo que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custeará, além de suas demais finalidades, os descontos das tarifas de uso e de energia elétrica de segmentos específicos de consumo e produção de energia elétrica. Esses descontos deverão ser retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição, por ocasião da revisão extraordinária, reduzindo o subsídio cruzado entre os consumidores da área de concessão de distribuição.





Foi formalizada, no MME, a prorrogação de 100% das concessões de transmissão e cerca de 60% de geração de energia elétrica que venceriam entre 2015 e 2017, resultando em benefício aos consumidores de energia elétrica com um efeito médio de redução de 20,2% nas tarifas.

Será objeto de testes ao longo do ano de 2014, devendo entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, o sistema de “bandeiras tarifárias”, o qual permitirá às distribuidoras a cobrança de uma tarifa inicialmente menor, e somente se necessário, se não ocorrerem chuvas nos reservatórios de energia elétrica, a mesma terá elevação em razão do aumento da geração térmica.

### a.3) Internalização de Mecanismos de Aversão a Risco nos Programas Computacionais

Em 2013, a Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), resultado dos estudos da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP) – iniciados em 2009 – determinou o desenvolvimento e implementação de metodologia para a incorporação de mecanismos de aversão a risco internamente aos programas computacionais de estudos energéticos e de formação de preço.

Nesse sentido, a CPAMP, coordenada pelo Ministério de Minas e Energia, em atendimento ao disposto na referida Resolução, definiu tanto a metodologia para internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais, para estudos energéticos e formação de preço, quanto os parâmetros associados, sendo a metodologia escolhida, aquela que apresentou o melhor resultado entre o aumento da segurança e os impactos nos custos do sistema, ou seja, a de Valor Condicionado a um dado Risco (CVaR).

As novas versões dos programas computacionais *Newave* e *Decomp*, com a internalização da metodologia CVaR, foram homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e estão sendo utilizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) desde setembro e dezembro de 2013, respectivamente.

A utilização das novas versões dos programas *Newave* e *Decomp* proporcionará um aumento da segurança energética do País, bem como uma sinalização econômica mais realista com relação à formação do preço de liquidação no mercado de curto prazo, além de maior coerência entre as atividades de planejamento e operação. Releva destacar, ainda, que, com a utilização das novas versões dos programas computacionais, o despacho de usinas termelétricas acionadas fora da ordem de mérito será reduzido a eventos muito raros e, conseqüentemente, o custo adicional com esse despacho será baixo.

### a.4) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram realizados, em 2013, quatro leilões de geração de energia, totalizando 3.388 (Megawatt) MW médios de energia contratada:

- 16º Leilão de Energia Nova (A-5/2013): realizado no dia 29 de agosto de 2013, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2018, contratou 748,70 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 1.265,5 MW, provenientes de nove usinas térmicas a biomassa (393,7 MW médios), de oito pequenas centrais hidrelétricas (92,3 MW médios), da UHE Foz do Apiacás (22,9 MW médios) e da UHE Sinop, localizada no Estado do Mato Grosso, com 400 MW de capacidade instalada, 239,8 MW médios de Garantia Física; e comercializou 215,8 MW médios ao preço de R\$ 109,40/MWh (Megawatt-hora). O preço médio ao final do certame foi de R\$ 124,97/MWh, alcançando um deságio médio de 10,74%. O investimento será da ordem de R\$ 5 bilhões;





- 17º Leilão de Energia Nova (A-3/2013): realizado no dia 18 de novembro de 2013, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2016, contratou 380,20 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 867,60 MW, provenientes de 39 usinas eólicas, localizadas na Bahia (4), no Ceará (4), em Pernambuco (4), no Piauí (8) e no Rio Grande do Sul (19). O preço médio ao final do certame foi de R\$ 124,43/MWh, alcançando um deságio médio de 1,25%. O investimento será da ordem de R\$ 3,4 bilhões;
- 18º Leilão de Energia Nova (A-5/2013): realizado no dia 13 de dezembro de 2013, com a viabilização de 119 projetos que somam 3.507 MW em potência instalada. A tarifa média ao final do certame foi de R\$ 109,93 por MWh, o que representou um deságio médio de 8,67%, correspondente a uma economia de R\$ 3,4 bilhões para os consumidores brasileiros. A hidrelétrica de São Manoel (700 MW potência) teve a concessão ofertada no certame e foi arrematada pelo consórcio Terra Nova (EDP e Furnas), com tarifa de R\$ 83,49 por MWh, o que representa um deságio de 22% em relação ao preço-teto estabelecido para o projeto; e
- 5º Leilão de Energia de Reserva (Leilão de Energia de Reserva 2013): realizado em 23 de agosto de 2013, resultou na contratação de 66 usinas Eólicas (700,7 MW médios e 1.505 MW de capacidade instalada total). O preço médio da energia contratada foi de R\$ 110,51/MWh, alcançando um deságio médio de 5,55%. As usinas serão instaladas nos Estados de Bahia (28), Ceará (6), Pernambuco (7), Piauí (14), Rio Grande do Norte (7) e Rio Grande do Sul (4). Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 5,45 bilhões. Para a conexão dos empreendimentos de geração ao SIN, a contratação das usinas no leilão levou em conta a capacidade de escoamento de energia elétrica nas transformações e nas linhas de transmissão da Rede Básica e de fronteira, considerando as instalações de rede com entrada em operação até 1º de setembro de 2015.

Em relação às linhas de transmissão, foram realizados quatro leilões em 2013, totalizando 8.134 km de linhas e 25 subestações, com acréscimo de 10.331 MVA de capacidade de transformação.

- Leilão de Transmissão nº 01/2013: ocorrido em 10 de maio de 2013, contratou 4.101 km de linhas de transmissão, em sistema de 500 kV, a serem implantados nos Estados do Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2015. Os investimentos, estimados em R\$ 4,1 bilhões, gerarão 13.820 empregos diretos durante a fase de construção;
- Leilão de transmissão nº 02/2013: ocorrido em 12 de julho de 2013, contratou 889 km de linhas de transmissão e dez subestações, que acrescentarão 2.925 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV, 345 kV e 500 kV, a serem implantados no Distrito Federal e nos Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2015. Os investimentos, estimados em R\$ 870 milhões, gerarão 3.350 empregos diretos durante a fase de construção;
- Leilão de transmissão nº 07/2013: ocorrido em 14 de novembro de 2013, contratou 2.613 km de linhas de transmissão e 12 subestações, que acrescentarão 6.906 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV, 440 kV e 500 kV, a serem implantados nos Estados do Acre, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2016. Os investimentos, estimados em R\$ 3,4 bilhões, gerarão 11.320 empregos diretos durante a fase de construção; e
- Leilão de transmissão nº 13/2013: ocorrido em 13 de dezembro de 2013, contratou 531 km de linhas de transmissão e duas subestações, que acrescentarão 500 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV e 500 kV, a serem implantados nos Estados do Ceará, Maranhão e Minas Gerais, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2015. Os investimentos, estimados em R\$ 341 milhões, gerarão 1.290 empregos diretos durante a fase de construção.





### a.5) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

No ano de 2014, estão previstos leilões A-5 de compra de energia elétrica, que serão entregues em 2019, respectivamente, provenientes de novos empreendimentos de geração hidrelétrica, que terão como objeto as UHEs São Luiz do Tapajós (7.880 MW), Água Limpa (320 MW), Riacho Seco (240 MW), Telêmaco Borba (109 MW), Davinópolis (107 MW), Castelhana (64 MW) e Estreito Parnaíba (56 MW), totalizando 8.776 MW.

Além desses leilões, está previsto o Leilão para Concessão da usina hidrelétrica denominada UHE Três Irmãos, localizada no rio Tietê, Estado de São Paulo, com capacidade instalada de 807,5 MW, e consequente alocação de cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência, conforme Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013.

Para 2014, estão previstos cinco leilões de linhas de transmissão e subestações, dois previstos para o primeiro semestre de 2014 e três para o segundo semestre de 2014. Esses leilões estão de acordo com a programação de outorgas de transmissão, o documento de *Consolidação de Obras de Rede Básica – 2013*, com vistas a ampliar a capacidade de transmissão do SIN, em especial das regiões Norte, Nordeste, Sul, e Sudeste. No primeiro semestre 2014, serão licitados 6.525 km de linhas de transmissão e 17.550 MVA de transformação, totalizando um investimento da ordem de R\$ 8,3 bilhões, destacando-se a licitação do ELO HVDC  $\pm$  800 kV de Belo Monte, com 2.140 km e 7.850 MVA de transformação, e investimento previsto de R\$ 4,2 bilhões.

### a.6) Planejamento do Setor Energético

Em 2013, foi elaborado o Plano Decenal de Expansão de Energia 2022 (PDE 2022), a ser publicado em 2014. Submetido à consulta pública, o referido Plano indica os principais empreendimentos que devem entrar em operação no período decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico, social e ambiental, servindo como base para a melhoria na confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem assim para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor energético.

No ano de 2013, foi iniciada a elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050), objetivando a realização de estudos prospectivos de demanda e oferta de energia que possibilitem subsidiar alternativas de políticas energéticas *vis-à-vis* a hipótese de esgotamento dos recursos energéticos atualmente conhecidos. O PNE 2050 atualiza o PNE 2030 e deverá estar concluído no 1º semestre de 2014. O PNE 2050, bem como os estudos que o acompanham, é de fundamental importância para as decisões de políticas públicas e definições dos rumos da política energética.

Trata-se de um estudo de longo prazo, envolvendo todo o setor energético, e que inclui cenários demográficos, econômicos e de desenvolvimento tecnológico. O horizonte até 2050 permite indicar os melhores caminhos e estratégias para essa evolução.

#### Disseminação de Informações Energéticas

Em 2013 foi publicado o *Balanço Energético Nacional*, ano base 2012, contendo as estatísticas de oferta e demanda de energia, tendo sido produzidos diversos boletins de energia, anuais e mensais, cobrindo informações sucintas do Brasil e suas regiões, e do mundo, de maneira a subsidiar o planejamento e gestão do Governo. O intercâmbio de informações energéticas com organizações internacionais, tais como a Agência Internacional de Energia (IEA), a Organização Latino-Americana de Energia (Olade), o Conselho Mundial de Energia (WEC), e as Nações Unidas (ONU), contribui para negociações comerciais entre países e blocos econômicos possibilitando ainda ao Governo brasileiro acesso às estatísticas energéticas dos demais países.





### a.7) Eficiência Energética

De acordo com a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia, 10% do consumo de energia elétrica em 2030 deverá ser atendido por programas de Eficiência Energética. Para o alcance dessa meta, diversas iniciativas estão em andamento, tais como o Projeto Esplanada Sustentável (PES), que visa maior eficiência no consumo de energia de prédios da administração pública federal (APF). No ano de 2014, está prevista a adoção da obrigatoriedade do uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Edificações Públicas.

Em 2013, a Lei de Eficiência Energética (Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001) completou 12 anos de existência. Durante esse período, sob a coordenação do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética (CGIEE), foram regulamentados oito tipos de equipamentos, e estima-se que os resultados decorrentes dessas regulamentações contribuirão, no mínimo, com cerca de 20% das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Energia no horizonte 2030, para eficiência energética. Com base no *Plano de Ação do CGIEE*, espera-se para 2014, o início de nova fase na implementação da Lei de Eficiência Energética, com seu amadurecimento e consolidação.

### a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

O atendimento às metas de geração e transmissão de energia elétrica e as condições socioambientais dos empreendimentos do setor elétrico são objeto de acompanhamento e monitoramento, bem como, a articulação com concessionários, órgãos ambientais e gestores de questões socioambientais, referentes às unidades de conservação e ao patrimônio cultural, étnico, antropológico e social.

As ações de monitoramento alcançaram 573 empreendimentos outorgados ou autorizados do setor elétrico, sendo 178 linhas de transmissão/subestações, 21 Usinas Hidrelétricas, 340 Usinas Eólicas e 34 Usinas Termelétricas.

Em fase de planejamento, com vistas ao seu licenciamento ambiental, encontram-se um total de 38 projetos sob acompanhamento, dos quais: sete projetos estão com Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) concluídos e em análise nos órgãos ambientais; onze projetos com EIAs em fase de elaboração e dois projetos no aguardo de Termo de Referência para elaboração dos estudos ambientais; e quatro aproveitamentos se encontram com as Licenças Prévias emitidas e aptos a participação dos certames para venda de energia. Os demais projetos aguardam o início dos processos de licenciamento ou da definição de procedimentos específicos para condução de questões socioambientais para sua continuidade. Estão sendo acompanhados também quatro Estudos de Inventário Hidrelétrico.

Em 2013, para os empreendimentos de geração hidrelétrica destacam-se a emissão das Licenças de Instalação das UHEs São Roque (135 MW), Baixo Iguaçu (350,2 MW) e a Licença de Operação para a UHE Garibaldi (177,9 MW); bem como a realização das audiências públicas para o AHE São Manoel (700 MW).

Em relação aos empreendimentos de transmissão de energia elétrica, destacam-se as emissões da Licença de Instalação da LT Salto Santiago-Itá-Nova Santa Rita e das Licenças de Operação para os seguintes empreendimentos: i) Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus: Tucuruí-Xingu-Jurupari, LT Jurupari-Oriximiná, LT Oriximiná-Silves-Eng. Lechuga-Manaus; e ii) Interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara: LT Coletora Porto Velho- Araraquara 2, nº 1, Corrente Contínua em 600kV.





### a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no cumprimento de sua missão, define regras técnicas e econômicas para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fiscaliza o seu cumprimento, tanto sob a ótica técnica e comercial quanto econômico-financeira, promove a mediação de conflitos e operacionaliza as decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica.

No exercício de 2013, foram realizados 53 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (29 concessionárias e 24 permissionárias) e 76 processos de revisão tarifária (32 de concessionárias de distribuição, 35 permissionárias e nove agentes de transmissão de energia elétrica). Além disso, houve prorrogação das tarifas de dez distribuidoras de energia elétrica (duas concessionárias e oito permissionárias). Como consequência da Lei nº 12.783, de 2013, foram realizados 101 processos de revisão tarifária extraordinária de distribuidoras (63 concessionárias e 38 permissionárias), que resultaram na redução de 20,2% de efeito médio nas contas de luz. Em 2014, a sociedade será chamada a dialogar com o objetivo de aprimorar a metodologia de cálculo das revisões tarifárias.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 2.528, foram realizadas 1.627 fiscalizações em 2013, sendo 632 fiscalizações econômico-financeiras, 262 fiscalizações dos agentes de distribuição e 111 de transmissão e 622 fiscalizações de geração. Para 2014, estão programadas 929 fiscalizações. As fiscalizações são realizadas principalmente pela Aneel, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas.

Dentre as fiscalizações realizadas, destacam-se: fiscalização, *in loco*, de 132 usinas da expansão da oferta, tendo sido realizado o monitoramento a distância em todas as usinas por meio da análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes; fiscalização *in loco* de 41 usinas estratégicas no SIN em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção; fiscalização de oito usinas para o teste de *black start*; fiscalização *in loco* ou por monitoramento de 37 conjuntos de obras do Programa de Expansão da Transmissão (PET)/Programa de Melhoria de Instalações Sistemáticas (PMIS), relacionadas a integrações de usinas, atendimento a cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, instalações estratégicas e interligações regionais; fiscalização *in loco* de 20 instalações de transmissão do SIN com repercussão em Estados e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e interligações regionais nos aspectos relacionados à operação e manutenção dos equipamentos de transmissão, incluindo verificação da existência de dispositivos referentes aos esquemas especiais de proteção; e acompanhamento da apuração das causas e dos efeitos de perturbações no sistema elétrico nacional que provocaram desligamentos com repercussão sistêmica, sendo realizadas 19 fiscalizações de ocorrências em 2013.

Na área econômico-financeira, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), e a fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural, regularizadas recentemente.

Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por monitoramento contábil, econômico e financeiro, de todos os agentes de distribuição e transmissão, em especial nas concessionárias integrantes do Grupo Rede, cuja situação determinou a decisão de intervenção administrativa tomada pela Aneel. Ainda como destaque, cita-se a fiscalização do Controle Patrimonial em dez concessionárias, assim como da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, para a adequação das normas brasileiras de contabilidade a referências internacionais.





Para 2014, registra-se o desafio da aferição dos itens da Conta de Variação da Parcela A (CVA) em 63 concessionárias, em subsídio ao processo de reajuste tarifário, como também a fiscalização do Controle Patrimonial em 48 concessionárias, e ainda, a implantação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, revisado, adequando-se as normas brasileiras de contabilidade às internacionais.

No âmbito da Ouvidoria setorial da Aneel, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores e as atividades de análises técnicas realizadas, por delegação, pelas Agências Estaduais Conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade de atendimento. Em 2013, foram atendidas 1.001.864 ligações.

As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Nesse campo, destaca-se a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores – Pesquisa Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc) – e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

Em 2013, foram realizadas 137 audiências e consultas públicas à sociedade. Dentre os temas apresentados, estão: i) regulamentação da metodologia e das metas para os indicadores de qualidade relacionados ao tratamento das reclamações; ii) agenda regulatória para o biênio 2014/2015; iii) realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR); iv) prorrogação do cronograma de transferência dos ativos de iluminação pública, dos procedimentos para prestação de atividades acessórias, revisões tarifárias do terceiro ciclo; e v) temas já regulamentados, em fase de aprimoramento, a exemplo dos leilões de transmissão e geração de energia elétrica e das Curvas de Aversão a Risco de Racionamento (CAR), entre outros. Destaca-se, ainda, a realização de consulta pública com vistas a iniciar o debate à proposta de metodologia de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica que ocorrerão a partir de 2015. Para 2014, estão previstas cerca de 80 audiências e consultas públicas.

## **b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis**

### **b.1) Implantação do Modelo de Partilha de Produção e 1ª Rodada de Licitação do Pré-sal**

A partir da descoberta da província petrolífera do Pré-sal, em 2007, o Brasil vem aprimorando o marco regulatório para exploração e produção de petróleo e gás natural de forma a induzir o desenvolvimento da indústria nacional, aumentar a produção de hidrocarbonetos e direcionar parcela mais significativa da renda petrolífera para a sociedade brasileira.

Seguindo essa linha diretiva, em 22 de dezembro de 2010 foi promulgada a Lei nº 12.351, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do Pré-sal e em áreas estratégicas.

A partir dessa Lei, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) emitiu a Resolução CNPE nº 4, de 22 de maio de 2013, que autorizou a realização da 1ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do Pré-sal, e a Resolução CNPE nº 5, de 25 de junho de 2013, com a aprovação dos parâmetros técnicos e econômicos desta rodada. Além desses, o Ministério de Minas e Energia (MME) emitiu a Portaria MME nº 218, de 20 de junho de 2013, contendo diretrizes para a realização do certame.

Em 21 de outubro de 2013 foi realizada a 1ª Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção, com a oferta da área de Libra, com estimativa de volumes recuperáveis entre oito bilhões e 12 bilhões de barris de petróleo. O pico de produção para





essa área deverá ser da ordem de 1,4 milhão de barris/dia, no ano de 2030. Foram habilitadas para o certame 11 empresas, sendo a proposta vencedora a do consórcio formado pela Petróleo Brasileiro S.A. (40%), Shell Brasil Petróleo S.A. (20%), Total S.A. (20%), CNPC International Ltd. (10%) e CNOOC International Limited (10%). Esse consórcio ofertou o valor mínimo requerido de 41,65% do excedente em óleo para a União e foi responsável pelo pagamento de R\$ 15 bilhões como bônus de assinatura, além de assumir o compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões.

As empresas ainda terão que cumprir cláusula contratual que estabelece parâmetro de conteúdo local de 37% para a fase de exploração e, para a fase de produção, de 55% para os módulos implantados até o ano de 2021, e de 59% para os módulos com início de produção a partir de 2022. Estima-se a necessidade de 12 a 18 plataformas para o desenvolvimento da produção em Libra, com a expectativa de geração de cinco mil empregos diretos para a construção de cada uma dessas plataformas. A adoção da política de conteúdo local garantirá a geração de emprego com alta qualificação e renda no território nacional e poderá ainda contribuir para que a indústria brasileira fornecedora de bens e serviços se torne competitiva em nível mundial. A cerimônia de assinatura do contrato de partilha de produção ocorreu no dia 2 de dezembro de 2013. A primeira perfuração por parte do consórcio vencedor no Campo de Libra deve ocorrer no início de 2015 e, cumprido o programa exploratório mínimo, a produção deve ser iniciada em cinco anos.

Da renda petrolífera esperada de Libra, estima-se que cerca de 75% ficarão com o Estado brasileiro, por meio do bônus de assinatura, de tributos, de *royalties* e do excedente em óleo.

Dessa forma, apenas com a área de Libra, as três esferas de governo, União, Estados e Municípios, deverão receber recursos da ordem de R\$ 1 trilhão nos próximos 35 anos, sendo que R\$ 638 bilhões serão destinados à saúde e à educação e R\$ 368 bilhões serão destinados ao Fundo Social.

No intuito de defender os interesses da União nas áreas contratadas na região do Pré-sal, foi criada a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural - Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA), que fará a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos que sejam devidos à União. Em 2014, a PPSA terá sua implantação concluída, devendo, para tanto, contratar técnicos especializados do setor petróleo e gás para garantir o cumprimento de seu objeto social em relação à gestão dos contratos de partilha de produção.

## **b.2) Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios na Modalidade de Concessão**

No dia 14 maio de 2013, foi realizada a 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, no modelo de concessão, com a oferta de 289 blocos em bacias maduras e em áreas consideradas de novas fronteiras tecnológicas e de conhecimento. Os blocos ofertados se localizam em 23 setores de 11 bacias sedimentares, quais sejam: Barreirinhas; Ceará; Espírito Santo; Foz do Amazonas; Pará-Maranhão; Parnaíba; Pernambuco-Paraíba; Potiguar; Recôncavo; Sergipe-Alagoas; e Tucano Sul. Participaram do processo licitatório 39 empresas oriundas de 12 diferentes países, entre elas a Petrobras, que arrematou 34 blocos. Como resultado, foram assinados 118 contratos de concessão, com arrecadação de R\$ 2,48 bilhões em bônus de assinatura e o compromisso de investimento mínimo de R\$ 5,76 bilhões nas atividades de exploração.

Além disso, com vistas ao incremento do conhecimento geológico das bacias de novas fronteiras e à manutenção das atividades de produção nas bacias maduras, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013, a 12ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios, também sob o regime de concessão, tendo como foco a oferta de áreas com potencial para a descoberta de gás natural. Foram ofertados nessa rodada 240 blocos terrestres, que perfazem área 168,3 mil km<sup>2</sup>, distribuídos nas Bacias do Acre,





do Parnaíba, do Parecis, de Sergipe-Alagoas, do Recôncavo, do São Francisco e do Paraná. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) habilitou, para participar do certame, 21 empresas, de diferentes nacionalidades. Do total ofertado, 72 blocos foram arrematados por 12 empresas, das quais quatro são estrangeiras. A assinatura dos contratos de concessão dessa Rodada proporcionará receitas de R\$ 165 milhões advindas de bônus de assinatura e R\$ 503 milhões de investimento mínimo nas atividades de exploração.

### **b.3) Estudos e Planejamento no Setor Petróleo e Gás Natural**

No exercício de 2013, o Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) concluíram o estudo denominado *Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás*, que constitui base de informações a serem utilizadas no processo de planejamento do setor petrolífero nacional, conforme Portaria MME nº 350, de 10 de outubro de 2013.

Este instrumento estabelece zonas de interesse para o aproveitamento racional do potencial brasileiro no setor de petróleo e gás natural, tanto no âmbito de exploração & produção (*upstream*) quanto no de refino (*midstream*) e de abastecimento (*downstream*).

Os estudos integrantes do Zoneamento possuem previsão de atualização bienal e serão importantes ferramentas para o planejamento energético. Tal estudo também será utilizado para o planejamento na definição de áreas prioritárias para o desenvolvimento das atividades vinculadas à indústria do petróleo e gás natural, para as discussões sobre temas de ordenamento territorial e socioambientais, na definição das áreas prioritárias para os estudos e pesquisas geológicas a serem desenvolvidas no território nacional, e ainda nos estudos relacionados às Avaliações Ambientais de Área Sedimentar (AAAS), instituídas pela Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012.

Visando aumentar o conhecimento geológico das bacias sedimentares nacionais foram adquiridos 3.137 km lineares de dados sísmicos nas bacias sedimentares do Acre, Amazonas e Parnaíba (Estados do Acre, Pará, Maranhão e Piauí); coletadas mil amostras de solo nas bacias sedimentares do São Francisco e Tacutu (Estados da Bahia e Roraima); realizada a perfuração de um poço estratigráfico no norte da Bacia Sedimentar do São Francisco (Estado da Bahia) e nesta mesma bacia está em andamento o estudo de sistemas petrolíferos em cooperação com a Universidade Federal da Bahia (UFBA); processados 10 mil km<sup>2</sup> de sísmica tridimensional com objetivo no Pré-sal das bacias sedimentares de Campos e Santos; e, além disso, também foram processados dados sísmicos antigos das bacias sedimentares do Amazonas, Solimões, Paraná, Parnaíba, São Luís e Marajó (Estados do Pará, Amazonas, Paraná, Maranhão e Piauí) num total de 202.143 pontos de tiro.

Ainda em 2013, foi contratada a realização de aquisição de 2,2 mil km de sísmica de reflexão bidimensional terrestre na Bacia Sedimentar dos Parecis (Estado do Mato Grosso) e a aquisição de 5 mil km de sísmica de reflexão bidimensional terrestre na Bacia Sedimentar do Paraná (Estado do Mato Grosso do Sul). Foi contratada também a coleta de mil testemunhos de fundo oceânico na Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas e a sondagem de 300 estações de magnetotelúrico e transiente eletromagnético nas bacias sedimentares dos Parecis e do Paraná (Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná).

### **b.4) Arcabouço Institucional, Legal e Regulatório do Setor de Petróleo e Gás**

No intuito de direcionar a destinação das receitas petrolíferas pelos entes federados, propiciando o melhor uso desses recursos e permitindo que a receita finita do petróleo possa proporcionar resultados duradouros para a população brasileira, o Governo Federal encaminhou o Projeto de Lei nº 5.500, de 2013, contendo regras para aplicação de parcela das receitas do petróleo e





do gás natural (*royalties* e participação especial), pela União e pelos entes federados, para a área da educação. O Congresso Nacional aprimorou o texto encaminhado e aprovou a Lei nº 12.858, sancionada em 9 de setembro de 2013, destinando tais recursos para as áreas de educação e saúde.

Convém destacar-se, ainda, a instituição do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), feita por intermédio do Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, com vistas a permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para melhorar a capacidade de monitoramento e ampliar a velocidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, minimizando danos ambientais e evitando prejuízos para a saúde pública.

Ainda no exercício de 2013, por meio da Resolução CNPE nº 1, de 7 de fevereiro de 2013, foi estabelecida a política para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, além de estabelecer outras providências. Conforme o art. 3º da referida Resolução, será instituída comissão com a finalidade de acompanhar as ações no âmbito dessa política.

#### **b.5) Reservas, Exploração e Produção**

O Brasil possuía, em 31 de dezembro de 2012, reservas provadas de hidrocarbonetos de 18,19 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). Ademais, nesse mesmo período apenas os blocos em exploração inseridos no Pré-sal, com avaliação já realizada, apresentavam estimativas de volumes recuperáveis entre 28,5 bilhões e 39,1 bilhões de boe.

A produção de petróleo e Líquido de Gás Natural (LGN), até novembro de 2013, ficou na média de 2,093 milhões de barris/dia. A produção média de gás natural brasileira, no mesmo período, totalizou 76,81 milhões de m<sup>3</sup>/dia, representando um incremento de 11% em relação ao mesmo período de 2012. Esse acréscimo decorre do aumento da produção dos campos de Lula, Gavião Real, Baleia Azul, Canapu, Jubarte e Mexilhão.

Tendo em vista os projetos de desenvolvimento da produção em implantação no País, espera-se que a produção de petróleo e gás natural, que atualmente é de 2,499 milhões de barris de óleo equivalente por dia (média até novembro de 2013), atinja 5,9 milhões de boe/dia até 2022, o que representará um aumento de aproximadamente 125% em relação à produção atual. Para este cenário, o Pré-sal responderá pela maior parte deste incremento na produção nacional, o que demandará elevados investimentos em exploração, produção e na indústria fornecedora de bens e serviços. Até novembro de 2013, as jazidas na sequência Pré-sal contribuíram com uma média de 396,7 mil boe/dia, o que representou aproximadamente 15,9% da produção nacional de hidrocarbonetos.

Em relação aos blocos exploratórios em atividade para petróleo e gás natural, em 2013 a ANP registrou 132 notificações de descobertas, sendo 70 em terra e 62 em mar. No mesmo período, a Agência recebeu 12 declarações de comercialidade.

Concluiu-se, em 2013, a perfuração de 510 poços, entre exploratórios e de produção, com uma média de 137 de sondas atuando no País. Destaca-se, nesse sentido, que a perspectiva de investimentos, no período de 2013-2017, para exploração e produção de petróleo pela Petrobras é de US\$ 147,5 bilhões.

Além da construção de oito plataformas do tipo FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência), que foram iniciadas em 2011, visando ao uso no desenvolvimento da produção nas áreas do Pré-sal, deverão ser construídas mais 21 FPSOs, no período de 2013 a 2018, o que contribuirá para o incremento na capacidade de produção de mais de 2,3 milhões de barris/dia de petróleo e 85 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural ao final desse período.





Cinco plataformas iniciaram a produção no ano de 2013. Em 5 de janeiro, entrou em funcionamento a plataforma Cidade de São Paulo, com capacidade para processar, diariamente, 120 mil barris de petróleo e 5 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural; em 16 de fevereiro, a plataforma Cidade de Itajaí, com capacidade para processar, diariamente, 80 mil barris de petróleo e 2 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural; em 6 de junho, a plataforma Cidade de Paraty, com capacidade para processar, diariamente, 120 mil barris de petróleo e 5 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural; em 11 de novembro, a plataforma P-63, com capacidade para processar, diariamente, 140 mil barris de petróleo e 1 milhão de m<sup>3</sup> de gás natural; em 18 de dezembro, a plataforma P-55, com capacidade para processar, diariamente, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural. Destaca-se, ainda, a conclusão das plataformas de perfuração P-59 e P-60, construídas para perfurar poços em águas rasas.

Além disso, a plataforma P-58, com capacidade para processar, diariamente, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural, chegou à locação no Campo de Jubarte, na Bacia de Campos, em 13 de dezembro de 2013, após as obras de integração da plataforma no Estaleiro Honório Bicalho, em Rio Grande/RS.

Estão previstos para iniciar a produção, em 2014, além da P-58, cuja operação deverá ser iniciada em janeiro, outros quatro empreendimentos: i) a plataforma P-62, com capacidade para processar, diariamente, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural; ii) a plataforma P-61, a primeira do tipo TLWP (*tension leg wellhead platform*) no País, que irá operar em conjunto com a P-63 no Campo de Papa-Terra; iii) a plataforma Cidade de Ilha Bela, no Pré-sal, com capacidade para processar, diariamente, 150 mil barris de petróleo e 6 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural; e iv) a plataforma Cidade de Mangaratiba, também no Pré-sal, com capacidade para processar, diariamente, 150 mil barris de petróleo e 8 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural.

#### **b.6) Contrato de Cessão Onerosa**

A Petrobras apresentou no dia 19 de dezembro de 2013 a declaração de comercialidade das acumulações de Franco e Sul de Tupi, sugerindo Búzios e Sul de Lula, respectivamente, como nomes para os novos campos. Campo de Búzios (Franco) tem estimativas de 3,058 bilhões de barris de óleo equivalente (óleo entre 26° e 28° API). Durante a execução do Plano Exploratório Obrigatório de Franco, a Petrobras adquiriu dados sísmicos 3D em toda a área, perfurou dois poços obrigatórios e seis adicionais, com o objetivo de delimitar e caracterizar os reservatórios da jazida. Além disso, foi realizado um teste de formação estendido no Campo Sul de Lula (Sul de Tupi), que tem volume contratado por meio da Cessão Onerosa de 128 milhões de barris de óleo equivalente (óleo de boa qualidade, 27° API). A Petrobras adquiriu dados sísmicos 3D em toda a área e perfurou um poço, conforme previsto no Plano Exploratório Obrigatório.

#### **b.7) Refino, Petroquímica e Logística**

No setor de refino, destaca-se a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, com investimentos na ordem de R\$ 35,8 bilhões, que se encontra na fase de implantação e tem previsão de partida em novembro de 2014. Menciona-se, também, a refinaria Premium I, no Maranhão, com investimentos da ordem de R\$ 41 bilhões, que se encontra na fase de terraplanagem, com previsão de início para outubro de 2017, e a refinaria Premium II, no Ceará, cujo terreno já se encontra de posse da Petrobras e que deverá iniciar suas operações também em dezembro de 2017, com alocação de cerca de R\$ 20,2 bilhões de investimentos. Essas iniciativas aumentarão a capacidade de refino em 1,46 milhão de barris por dia (bpd), o que representa um acréscimo de 80% na atual capacidade de processamento do Brasil.

No setor petroquímico, destaca-se a continuidade dos empreendimentos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj – Trem 1) e da Petroquímica Suape (PE), com investimentos da ordem de R\$ 26,5 bilhões e R\$ 8,8 bilhões, respectivamente.





Em relação à logística de transporte marítimo de petróleo e derivados, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) vem desempenhando papel fundamental na revitalização da indústria naval brasileira. O Programa está ampliando a frota de transporte marítimo de petróleo e derivados com a construção de 46 navios com capacidade total de, aproximadamente, 4 milhões TPB (Tonelagem de Porte Bruto). Atualmente, todos os 46 navios já foram contratados, sendo sete navios entregues e nove navios em construção. Os investimentos previstos são superiores a R\$ 12 bilhões. Destaque-se que, em 2013, foram entregues quatro navios: em 17 de janeiro, o navio Rômulo Almeida; em 20 de maio, o navio Zumbi dos Palmares; em 10 de outubro, o navio José Alencar; e em 16 de dezembro, o navio Dragão do Mar.

Para o ano de 2014, estão previstas as entregas de seis navios: em junho, o navio Anita Garibaldi e o navio Henrique Dias; em agosto, o 1º navio gaseiro Oscar Niemeyer; em setembro, o 5º navio do tipo Suezmax; e em novembro, o navio Irmã Dulce e o 2º navio gaseiro.

### **b.8) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural**

No decorrer do ano de 2013, foram concluídos três novos pontos de entrega (PE) de gás natural na Malha Sudeste (PE UFN III, PE Pindamonhangaba e PE UTE Baixada Fluminense). Adicionalmente cabe destacar o andamento das obras do Gasoduto Gasfor II no Ceará, da adequação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), além do projeto de ampliação da capacidade de processamento do Terminal de Cabiúnas e da construção da unidade de processamento e gás natural UPGN Comperj, no Estado do Rio de Janeiro. A previsão é que em 2014 sejam concluídos o Gasfor II, a adequação na UTGCA e o PE Barra Mansa.

Em relação à malha de gasodutos, foi realizada em 2013 a primeira proposição de construção de um gasoduto de transporte, o Itaboraí-Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, cuja licitação para concessão será realizada em 2014. Para a expansão futura, a atual legislação do setor prevê a publicação do *Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (Pemat)*, que deverá apontar as necessidades de ampliação de gasodutos e de construção de novos em um horizonte de dez anos. A primeira edição do Pemat, em fase final de elaboração, será publicada em meados de 2014.

#### **Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito**

No tocante à regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), destaca-se a construção do Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBahia), com início de operação previsto para janeiro de 2014. O projeto do terminal é constituído por um píer e um gasoduto de aproximadamente 45 km interligando o terminal ao gasoduto Cacimbas-Catu, além de um navio com capacidade para regaseificar, diariamente, até 14 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural.

#### **Fertilizantes Nitrogenados**

A carteira de projetos de fertilizantes nitrogenados acompanhados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) é composta das Unidades de Fertilizantes Nitrogenados UFN III, UFN IV e UFN V, além da Unidade de Produção de Sulfato de Amônio na Fábrica de Fertilizantes Fafen/SE e da Unidade de Produção de Arla 32 (Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo) na Fábrica de Fertilizantes Fafen/BA, perfazendo um total de R\$ 12,5 bilhões em investimentos.

Dos empreendimentos com obras em andamento, destaca-se a Unidade de Produção de Sulfato de Amônio, localizada no Município de Laranjeiras em Sergipe, que se encontra em fase final de construção e montagem (C&M) e tem sua conclusão prevista para abril de 2014. Destaca-se, também, a Unidade de Produção de Ureia e Amônia de Três Lagoas (UFN III), em Mato Grosso do Sul, cuja conclusão está prevista para setembro de 2014.





Para contribuir com a implantação de novos empreendimentos de fertilizantes no País, considerando o caráter estratégico e a grande dependência do produto importado, foi criado o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif), por meio da Lei nº 12.794, de 02 de abril de 2013. O Regime beneficiará pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos.

### **b.9) Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural e Conteúdo Local de Bens e Serviços**

Os contratos de concessão e de partilha para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural incluem a cláusula de conteúdo local sobre as fases de exploração e desenvolvimento da produção, visando assegurar preferência à contratação de fornecedores brasileiros sempre que suas ofertas apresentem condições de preço, prazo e qualidade equivalentes às de outros fornecedores convidados a apresentar propostas.

Nesse sentido, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) foi instituído contando com múltiplas iniciativas conectadas no sentido de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil. O Programa completou dez anos de atividades em dezembro, com um conjunto de resultados que demonstra sua importância para o desenvolvimento da indústria fornecedora nacional, na qual se insere a indústria de construção naval e *offshore*.

No ano de 2013, diversas ações do Prominp merecem destaque, entre elas: i) a substituição competitiva de importados, como a nacionalização de equipamentos; ii) a atração de empresas estrangeiras de alta tecnologia, em especial de equipamentos submarinos; iii) o apoio a arranjos produtivos locais e ao desenvolvimento de micro e pequenos fornecedores na cadeia de petróleo, gás natural e naval; iv) a formação de mais de cinco mil alunos no Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), totalizando mais de 97 mil alunos formados no período de junho de 2006 até o final de 2013; e v) a consolidação do Programa Progredir, que permite acesso a empréstimos a menores taxas de juros, com mais de 1,4 mil operações realizadas desde o início do Programa, em setembro de 2011, até o final de 2013, totalizando R\$ 7,7 bilhões em financiamentos concedidos.

### **b.10) Biocombustíveis**

O Brasil ocupa posição de destaque no cenário internacional dos biocombustíveis como segundo maior produtor, responsável por aproximadamente 22,5% de toda produção mundial. No mercado interno, os biocombustíveis são extremamente importantes. A biomassa de cana representa 15,4% da matriz energética nacional, superando até a energia de fonte hidráulica dentre as energias de fontes renováveis. A participação dos biocombustíveis contribui para manter o alto índice (42,4%) de fontes renováveis da matriz energética nacional.

Na matriz veicular, o Brasil mantém a vanguarda mundial na utilização de biocombustíveis, na qual o etanol e o biodiesel são responsáveis por cerca de 20% do total de combustíveis utilizados em todo o País.

Em 2012 a produção brasileira de etanol foi de 23,5 bilhões de litros. Naquele período, o País consumiu 19 bilhões de litros e exportou o volume excedente. Dados estimados para 2013 indicam produção de cerca de 27 bilhões de litros, um aumento da ordem de 17% em relação a 2012. Impulsionada pela expansão do consumo de óleo diesel, a produção de biodiesel também cresceu 7,5% em 2013, relativamente a 2012, com a produção e o consumo de 2,9 bilhões de litros desse biocombustível.





No âmbito interno, o Governo acompanha permanentemente o mercado de biocombustíveis, mantém diálogo com os agentes produtivos, busca aperfeiçoar os marcos regulatórios, apoiar iniciativas de melhoria das condições de trabalho na colheita da cana-de-açúcar e adotar medidas visando atender regularmente a demanda, além de fiscalizar preços e qualidade dos produtos vendidos ao consumidor final. Numa perspectiva de médio e longo prazos, o Governo também acompanha e apoia o desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração e do bioquerosene de aviação, este já utilizado em um voo comercial em 2013.

Tendo como alvo a transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas globais, o Governo brasileiro busca expandir a produção e o consumo em países com potencial produtivo, notadamente os em desenvolvimento. Com essa finalidade promoveu, em conjunto com o *Global Bioenergy Partnership* (GBEP – Parceria Global de Bioenergia, um fórum internacional de cooperação voluntária na área de desenvolvimento sustentável da bioenergia), a Semana de Bioenergia, em março de 2013. Desse evento participaram cerca de 30 países, dos cinco continentes, tendo por foco a sustentabilidade em seus pilares ambiental, social e econômico. Com esse mesmo alvo, o Brasil vem atuando regularmente no âmbito do Mercosul, tendo participado da X Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis, realizada no Uruguai.

### **Etanol**

Além de dar continuidade a encontros, diálogos e troca de informações com representantes do setor produtivo, iniciados em 2011, visando subsidiar decisões governamentais frente às condições de oferta, demanda e logística de distribuição de etanol, foram adotadas importantes medidas para estimular o desenvolvimento do mercado desse biocombustível. Nessa linha, cabe registrar o aumento de 20% para 25% da mistura de etanol anidro à gasolina, ampliando o mercado interno e estimulando investimentos. Também merecem destaque a redução a zero da alíquota efetiva de PIS/Cofins do etanol (Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013).

Ainda no elenco das medidas de fomento à produção desse biocombustível, em 2013 foram estabelecidas condições mais favoráveis ao financiamento da estocagem de etanol, visando regularizar a oferta. Foi também reduzida a taxa de juros aplicável aos financiamentos para renovação e implantação de novos canais, objetivando estimular o aumento da produção e da produtividade.

No âmbito das obras de infraestrutura listadas no PAC 2, destaca-se o início da operação, em agosto de 2013, do primeiro trecho do Sistema Logístico de Etanol GO-MG-SP que liga a cidade de Ribeirão Preto a Paulínia, com capacidade de movimentar 12 bilhões de litros de etanol por ano. A iniciativa faz parte de parceria formada pela Petrobras com empresas privadas.

Como medida de médio e longo prazos, destacam-se as ações para o crescimento sustentável da produção com foco em ganhos de produtividade, redução de custos e aumento do fator de utilização promovido pelo Programa de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (Paiss). Os recursos previstos, da ordem de R\$ 4,2 bilhões, financiarão 24 iniciativas para a produção de etanol de segunda geração (produzido a partir da biomassa da cana-de-açúcar), esperando-se, para 2015, a produção de 168 milhões de litros de etanol por meio dessa tecnologia inovadora.

### **Biodiesel**

O biodiesel é o mais novo biocombustível integrante de nossa matriz energética, misturado compulsoriamente ao óleo diesel fóssil desde janeiro de 2008. Nesse curto espaço de tempo, a meta de mistura de 5% de biodiesel ao diesel (B5) foi antecipada em três anos para janeiro de 2010, sendo comercializada nos mais de 39 mil postos de revenda no território nacional. Esse avanço coloca o País em posição de destaque no cenário mundial do biodiesel, atrás apenas dos Estados Unidos (maior consumidor) e da Argentina (maior produtor).





Em 2013, a capacidade nominal instalada atingiu 7,5 bilhões de litros, com 58 usinas autorizadas a produzir e a comercializar biodiesel nos leilões públicos. Embora, atualmente, 45 usinas sejam detentoras do selo Combustível Social, o que representa 91,6% da capacidade produtiva do setor, destaca-se que 98,9% do total de biodiesel comercializado nos leilões públicos foram oriundos de usinas detentoras desse certificado. O selo Combustível Social representa importante mecanismo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), concebido para promover a inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva desse biocombustível e a redução de disparidades regionais.

Em 2013, o Brasil avançou na consolidação do modelo de comercialização de biodiesel. O Governo realizou estudos e audiências com os principais elos da cadeia produtiva, incluindo análise multicritério de impacto regulatório do PNPB, com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do mercado, avançar no controle da qualidade desse biocombustível e avaliar a progressão do teor de mistura de biodiesel ao diesel de origem fóssil. A Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (Ceib), em 2013, acompanhou e analisou as propostas de aperfeiçoamento e flexibilização do selo Combustível Social e dos leilões de compra de biodiesel, dando ainda continuidade à interlocução com as partes interessadas envolvidas na cadeia de produção, armazenagem e distribuição de biodiesel, colhendo subsídios para revisão e atualização da proposta técnica de aperfeiçoamento do marco regulatório do biodiesel.

Importante medida implantada em 2013 foi a redução da periodicidade dos leilões públicos de três para dois meses e a alteração da sistemática desses certames, na qual as distribuidoras de combustíveis, por intermédio da Petrobras, indicam os volumes que estão dispostas a comprar de cada produtor. Essa medida resultou no aumento da competição do setor, bem como na valorização da relação cliente/fornecedor, estimulando a consolidação de um mercado mais organizado, valorizando fatores relativos ao atendimento de padrões de qualidade, regularidade de entrega e confiança contratual no relacionamento entre usinas de biodiesel e distribuidoras de combustíveis.

Da mesma forma, foi estabelecido o modelo de leilão para formação de estoque de segurança baseado na modalidade de opção de compra. Nesse modelo, ao invés de adquirir fisicamente o produto e transportá-lo até as suas instalações, o adquirente firma um contrato comercial em que o biodiesel continua no estoque regular do produtor, mas fica disponível para ser entregue ao adquirente, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, caso este exerça a opção dentro do prazo contratual. Com o novo modelo, obteve-se melhoria da logística e consequente redução de custos no setor.

Para 2014, o Governo avalia a possibilidade de aumentar o percentual de mistura de biodiesel ao diesel, visando reduzir importações de diesel mineral, obter maior valor agregado com o óleo e o farelo e ampliar os benefícios sociais e ambientais decorrentes do uso de biodiesel. Além disso, o Governo tem atuado no sentido de promover a diversificação das matérias-primas e o fortalecimento da inserção da agricultura familiar e de regiões carentes na cadeia produtiva do biodiesel.

Atualmente, cerca de 100 mil agricultores familiares de 75 cooperativas da agricultura familiar estão inseridos na cadeia produtiva do biodiesel, com a aquisição de matérias primas que somam mais de R\$ 2 bilhões. A expectativa para 2014 é que o PNPB atenda 110 mil famílias em 80 cooperativas da agricultura familiar, contando com o suporte de assistência técnica e extensão rural.

### **b.11) Fiscalização do Setor de Petróleo e Gás Natural**

Em 2013, no âmbito das atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural e das atividades de exploração e produção em plataformas, para um total previsto de 5.060 ações de fiscalização foram realizadas 6.806 ações, principalmente por meio de Termo de Cooperação com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) do Comando da Marinha. As atividades de distribuição e revenda foram alvo de 16.958 ações de fiscalização contra uma meta anual prevista de 15 mil ações.





No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não conformidade ficou em torno de 1,6%, confirmando a tendência de declínio observada nos exercícios anteriores. Em 2013, até outubro, foram analisadas 222.167 amostras de combustíveis.

### c) Geologia e Recursos Minerais

A estratégia governamental para o setor de mineração está desenhada no sentido de aumentar a competitividade, ampliar a participação do setor na economia e promover o desenvolvimento sustentável na atividade minerária.

Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) da mineração e da transformação mineral atingiu o valor de US\$ 88 bilhões, com participação de 3,9% no PIB nacional. No mesmo ano, o valor da produção mineral nacional foi de US\$ 51 bilhões, confirmando a posição do Brasil entre os cinco maiores produtores de bens minerais do mundo.

O setor figura ainda como um dos mais importantes para a balança comercial brasileira, com destaque para as exportações de minério de ferro e seus concentrados, que em 2013 responderam por 87% das exportações minerais de bens primários, o equivalente a 13,4% do total exportado pelo País naquele ano.

#### c.1) Novo Marco Regulatório da Mineração

A gestão pública do setor mineral, em 2013, promovida pelo MME e suas entidades vinculadas, consistiu em importantes ações para fortalecer, ampliar e promover a participação setorial no desenvolvimento socioeconômico do País.

O novo marco regulatório da mineração, proposta de modernização da legislação mineral brasileira, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados e tem como principais pontos: a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e da Agência Nacional de Mineração (ANM), em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); a melhoria da sistemática de outorga de direitos minerários; e uma nova política de *royalties* para o setor.

Com o objetivo de discutir e avaliar o novo marco regulatório, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial do Projeto de Lei (PL) nº 37/2011. No âmbito da Comissão foram realizadas, em 2013, dezesseis audiências públicas em Brasília e 16 encontros regionais nos Estados, em que estiveram presentes o MME e as entidades vinculadas do setor mineral, além dos diversos atores que compõem a indústria mineral nacional.

No plano institucional, está prevista para 2014 a realização de um estudo visando à reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), frente à proposta de implementação de uma nova legislação mineral.

#### c.2) Geologia e Recursos Minerais

A promoção do conhecimento geológico do território e do potencial mineral brasileiro, atribuição da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), é base essencial à indústria mineral e ao desenvolvimento do País, estando vinculada às políticas para o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Em 2013, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), foram investidos em geologia cerca de R\$ 192 milhões, o que possibilitou avanços nos mapeamentos geológicos e de recursos minerais em todas as regiões do País. Nesse ano, foram realizados importantes avanços, tais como levantamentos aerogeofísicos, com investimento superior a





R\$ 53 milhões e cobertura de 326.259 km<sup>2</sup> de área recoberta. Somam-se a isso a realização, em 2013, de análises geoquímicas em mais de 97.715 km<sup>2</sup>, a partir de coleta e análise de amostras de sedimentos de corrente, solo, água, rocha e minérios.

Para 2014, destaca-se a expectativa de realizar produção de informações geológicas sobre 380 mil quilômetros quadrados e levantamentos aerogeofísicos em 166 mil quilômetros quadrados do território brasileiro.

### c.3) Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Em conformidade com o Programa Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral, que integra o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o MME desenvolveu, em 2013, atividades para aprimorar a gestão dos recursos minerais no País. Nesse sentido destacam-se: a instituição de Grupo Interministerial de Trabalho para a normatização da Rochagem no Brasil, com aprovação da Lei nº 12.890, de 10 de dezembro de 2013, que inclui os reminalizadores na categoria de insumo destinado à agricultura; a realização de estudos de análise e prospecção de cenários futuros para usos e aplicações de elementos terras-raras no País, além da aprovação do Edital do Fundo Setorial Mineral (CT Mineral), para pesquisa e qualificação profissional na área dos minerais terras-raras; e a realização de oficinas de trabalho em Arranjos Produtivos Locais (APLs) e do X Seminário Nacional de APLs de Base Mineral.

Os objetivos setoriais previstos para 2014, no PPA 2012-2015, também incluem o estabelecimento de políticas de incentivo à implantação de uma cadeia de terras-raras no País; a ampliação dos trabalhos da Rede APL Mineral; e a realização de estudos e projetos visando à implantação das Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs), o que envolverá a avaliação de parâmetros técnicos, econômicos, socioambientais e demográficos de geração de renda e riqueza a partir dos bens minerais e de seus impactos nos outros setores econômicos.

## 2. Transportes

Em 2013, os investimentos na área do Ministério dos Transportes tiveram continuidade contribuindo para o necessário avanço do desenvolvimento econômico do País e a melhoria da qualidade de vida da população. Foram investidos R\$ 16.347 milhões conforme a seguir: Transporte Rodoviário – R\$ 8.363 milhões; Transporte Ferroviário – R\$ 2,5 milhões; Transporte Hidroviário – R\$ 128 milhões; Fundo da Marinha Mercante – R\$ 4.981 milhões e Outros Investimentos – R\$ 375 milhões.

Os empreendimentos de transportes do Governo Federal, consubstanciados na carteira do PAC 2012-2015, visam alterar o perfil atual da matriz logística brasileira, em prol de uma maior participação dos modais ferroviário e hidroviário.

Um dos focos da atual estratégia é o de priorizar os grandes gargalos de infraestrutura de transportes por meio de ações integradas ou pontuais que buscam privilegiar o aumento da capacidade em vias nacionais. Para isso, busca-se aumentar a participação da iniciativa privada tanto no processo de financiamento quanto na construção e operação de importantes projetos de infraestrutura de transportes. Este é o sentido da instituição do Regime Diferenciado de Contratações Integrado (RDC Integrado), em 2011, do Programa de Investimentos em Logística, lançado ao longo de 2012, e da publicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. Para incorporar a taxa de risco no processo orçamentário dos projetos, como previsto no Decreto, foi desenvolvido um novo modelo para a análise quantitativa de riscos em orçamentos de obras de infraestrutura.





A partir da instituição do RDC Integrado tem-se a possibilidade de uma mesma empresa executar o projeto de engenharia e a obra associada. Vale lembrar que no RDC Integrado não é possível incorporar aditivos contratuais em nenhuma etapa do empreendimento. Um exemplo de utilização do RDC Integrado é o Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal), lançado em 2013, que sucede os antigos Programas Prosinval e Prodefensas. O Programa contempla ações que promovem a padronização da sinalização rodoviária, sob uma ótica de desempenho aprimorada. Por um período de cinco anos, as empresas contratadas terão seu desempenho constantemente avaliado com vistas ao alcance de padrões de excelência.

Ainda em 2013, para aprimorar e fortalecer a relação entre o interesse público e o privado em futuras parcerias, no âmbito do Programa de Investimento em Logística (PIL), foram aperfeiçoados os mecanismos de garantia de execução contratual e instituída a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal pelo Decreto nº 8.129, de 23 de outubro de 2013. No que se refere às garantias, o proponente de uma concessão do PIL deve apresentar uma declaração de instituição ou entidade financeira que o assessor, atestando viabilidade e exequibilidade do plano de negócios apresentado. Na prática o Governo passou a contar com uma espécie de seguro de garantia de execução contratual. Já no tocante ao aprimoramento da participação do setor privado na operação de infraestrutura de transportes, destaca-se a instituição da política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal com esperado impacto positivo em futuros leilões do setor de infraestrutura ferroviária.

Com o aprimoramento da contratação, da gestão e do processo de concessão de infraestrutura de transportes, espera-se, para os próximos anos, uma maior participação do capital privado no setor de infraestrutura de transportes. O montante de investimentos rodoviários contemplados pelo PIL deve atingir R\$ 46 bilhões no período de 30 anos de concessão, correspondendo à expansão, recuperação e manutenção da malha em 6.837,4 km. No que concerne ao setor ferroviário, a nova previsão é de investimentos da ordem de R\$ 99,6 bilhões, totalizando 11 mil km de expansão da malha. Na mesma linha, os investimentos privados previstos para no setor portuário, com arrendamentos e Terminais Privados, são da ordem de R\$ 54 bilhões. Por fim, no setor aeroportuário, a previsão de investimentos é de R\$ 9,15 bilhões apenas nos aeroportos de Confins (MG) e Galeão (RJ).

#### a) Planejamento

Dentre as principais ações de planejamento desenvolvidas em 2013 no âmbito da Política de Transportes destacam-se:

- A elaboração de estudos iniciados em 2012 para a reimplantação dos trens de passageiros nos seguintes trechos. Estudos concluídos em 2013: Capão do Leão, Pelotas e Rio Grande até o Balneário de Cassino, no Estado do Rio Grande do Sul; Conceição da Feira, Salvador e Alagoinhas, no Estado da Bahia; Estudos com conclusão prevista para 2014: Codó/MA, Teresina/PI e Altos/PI; Itapecuru Mirim-São Luiz, no Estado do Maranhão, em execução pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- O lançamento, em fevereiro de 2013, do Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), composto de um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e da indicação de áreas propícias para instalações portuárias;
- A divulgação, em agosto de 2013, do estudo *Caracterização da oferta e da demanda do transporte fluvial de passageiros na Região Amazônica*, que avaliou a qualidade dos serviços prestados por terminais e embarcações da região;
- A conclusão do Plano Hidroviário Estratégico (PHE) estabelecendo cenários de evolução da demanda do transporte hidroviário a médio e longo prazos capazes de orientar os investimentos necessários; e





- Início da elaboração de estudos e pesquisas para desenvolvimento de metodologia para implantação de Centros de Integração Logística (CIL), com o objetivo de subsidiar políticas públicas voltadas à promoção da intermodalidade no transporte de cargas.

A elaboração de estudos e pesquisas, iniciados em 2012 com conclusão prevista para 2014, subsidiará o aprimoramento da Política de Outorgas das Rodovias Federais e propiciará o aperfeiçoamento das técnicas de gestão pública na área. Em 2014, terá início ainda o desenvolvimento de estudos de avaliação ambiental, que incorporará a dimensão ambiental ao planejamento estratégico setorial, de modo a alinhar a carteira de projetos aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Ademais, em 2014, os estudos para a implantação do Museu Ferroviário Nacional serão complementados com um levantamento do acervo documental de caráter histórico e cultural.

## **b) Transporte Rodoviário**

O conjunto das obras de infraestrutura rodoviária prioriza assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto, além do aumento de capacidade de transporte. Em 2013 foram investidos R\$ 8,4 bilhões.

### **b.1) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade**

Pertencentes à carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investimentos voltados à adequação e construção de rodovias objetivam o escoamento da produção, a ampliação da fronteira agrícola, a integração nacional e a interligação com os países da América do Sul. Em 2013 foram adequados e duplicados 219,1 km e construídos 485,8 km.

Destacam-se as seguintes obras, por região:

#### **Região Norte:**

- BR-153/TO, travessia de Miranorte (7 km) – obra concluída em 2013;
- BR-156/AP, trecho Ferreira Gomes-Oiapoque (308,9 km) – liberadas as condicionantes indígenas em 2013, com previsão de execução de 40 km em 2014;
- BR-163/PA, trecho Divisa MT/PA-Santarém (947 km) – executados 83,2 km de pavimentação em 2013, com previsão de execução de 50 km em 2014;
- BR-230/PA, trecho Divisa TO/PA-Rurópolis (855 km), incluindo o acesso a Miritituba (32,2 km) – executados 102,68 km de pavimentação em 2013, com previsão de execução de 150 km em 2014;
- BR-319/RO, ponte sobre rio Madeira (1,8 km) – executados o correspondente a 12% da obra em 2013, perfazendo o total de 98% concluído, com previsão para conclusão em 2014;
- BR-364/AC, trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul (504,8 km) – executados 11,04 km em 2013, com previsão de execução de 40 km em 2014; e
- BR-429/RO, trecho Presidente Médici-Costa Marques (304,3 km) – executados 38,3 km em 2013, com previsão de conclusão de 15 pontes em 2014.



**Região Nordeste:**

- BR-101/AL, trecho Divisa PE/AL-Divisa AL/SE (248,5 km) – executados 69,1 km de duplicação em 2013, com previsão de execução de 80 km em 2014;
- BR-101/PE, trecho Divisa PB/PE – Divisa PE/AL (191,6 km), incluído Contorno de Recife – concluído o trecho de duplicação da Divisa PB/PE – Igarassu e contratada a execução das obras do contorno de Recife em 2013, com previsão de execução de 60 km de duplicação e 15 km do Contorno de Recife em 2014;
- BR-101/RN, trecho Natal-Divisa RN/PB (81 km) – aberto edital para contratação da execução das obras complementares das marginais e viadutos entre Natal e Parnamirim em 2013, com previsão de execução de 10 km das marginais e 30% do viadutos em 2014;
- BR-101/SE, trecho Divisa AL/SE-Divisa SE/BA (204,3 km), incluindo o contorno de Aracaju – executados 6,7 km de duplicação em 2013, com previsão de execução de 77 km em 2014;
- BR-110/RN, trecho Mossoró-Campo Grande (78 km) – executados 36,6 km de construção e pavimentação em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- BR-235/BA, trecho Divisa SE/BA-Divisa BA/PI (664 km) – contratado um lote em 2013, com previsão de contratação de mais dois lotes em 2014 e execução de 10 km em 2014;
- BR-235/PI, trecho Gilbués-Divisa PI/MA, Santa Filomena (130,2 km) – executados 25 km de construção em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- BR-324/BA, Via Expressa Porto de Salvador (4,3 km) – obra concluída em 2013;
- BR-408/PE, adequação de trecho Carpina – Entroncamento BR-232 (41,9 km) – executados 20,7 km e concluídas quatro obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão em 2014; e
- BR-418/BA, trecho Caravelas – Entroncamento BR-101/BA (72,8 km) – executados 3,3 km em 2013, com previsão de conclusão em 2014.

Para 2014, estão previstas, ainda, conclusão dos contornos das cidades de Mossoró (BR-304/RN) e de Campina Grande (BR-230/PB) e conclusão da duplicação da ponte sobre o rio Jaguaribe, em Aracati (BR-304/CE).

**Região Sudeste:**

- BR-050/MG, trecho Uberlândia-Araguari-Divisa MG/GO (68,4 km) – executados 16,4 km de duplicação em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- BR-101/ES, duplicação do contorno rodoviário de Vitória (25,5 km) – obra concluída em 2013;
- BR-146/MG, construção e pavimentação Passos-Bom Jesus da Penha – licitação concluída em 2013, em 31 de outubro de 2013, com previsão de início em 2014;
- BR-262/MG, adequação de capacidade da travessia urbana de Uberaba (16,5 km) e marginais (11,3 km) – executados 2,3 km na marginal direita e 2,7 km na marginal esquerda em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- BR-364/MG, Trecho Entroncamento BR-153/MG - Gurinhatã-Divisa MG/GO (222,5 km) – executados 11,2 km de pista simples em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;





- BR-365/MG, trecho Uberlândia-Entroncamento BR-153 (Trevão) (95,3 km) – executado 1 km de duplicação em 2013, com previsão de início das obras de arte especiais e do Trevão em 2014; e
- BR-493/RJ, construção do arco rodoviário do Rio de Janeiro (97 km) composto pelo trecho Entroncamento BR-040/RJ-Entroncamento BR-101/RJ (71 km), no qual foram executados 28 km de pavimentação em 2013 e pelo trecho Entroncamento BR-101/RJ (Manilha)-Santa Guilhermina (26 km), com previsão de início em 2014.

#### **Região Sul:**

- BR-101/SC, trecho Palhoça-Divisa SC/RS (248,5 km) – concluída a duplicação, 20% da ponte de Laguna e iniciados o Túnel do Formigão e a travessia de Laguna em 2013, com previsão de conclusão da Ponte de Laguna em 2014;
- BR-163/PR, contorno oeste de Cascavel (23,03 km) – obra concluída em 2013;
- BR-282/SC, adequação de travessia urbana – Município de Lages (SC) (5,9 km) – executados 1,2 km de pista principal, 3,3 km da via lateral direita, 1,2 km da via lateral esquerda e concluído um viaduto em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- BR-376/PR, contorno rodoviário de Maringá (17,6 km) – obra concluída em dezembro de 2013;
- BR-386/RS, trecho Tabai-Estrela (33,8 km) – executados 3,9 km de pavimentação e concluídas as obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- BR-392/RS, trecho Pelotas-Rio Grande (85 km), incluído o Contorno de Pelotas – executados 13,5 km de pavimentação e 28% do Contorno de Pelotas em 2013, com previsão de conclusão da duplicação em 2014;
- BR-448/RS, trecho Sapucaia – Porto Alegre (22,3 km) – executados 10 km de construção em pista dupla e concluídos quatro viadutos em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- BR-480/SC – acesso norte de Chapecó (7,6 km) – executados 5,3 km da pista principal, 2,6 km da via lateral direita e 3,8 km da via lateral esquerda, com previsão de conclusão em 2014; e
- BR-487/PR, pavimentação Cruzeiro do Oeste-Tuneiras do Oeste (18,7 km) – obra concluída em 2013.

#### **Região Centro-Oeste:**

- BR-060/GO, trecho Goiânia-Abadia de Goiás-Jataí (315,4 km) – executados 27,22 km de duplicação, em 2013, com previsão de execução de 26,16 km e conclusão da obra em 2014;
- BR-158/MT, trecho Ribeirão Cascalheira-Divisa MT/PA (481,3 km) – executados 15 km de construção e pavimentação em 2013, com previsão de execução de 40 km em 2014;
- BR-163/364/MT, trecho Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil (378,4 km) – executados 45 km de duplicação em 2013, com previsão de execução de 90 km em 2014; e
- BR-242/MT, trecho BR-163/MT (Sorriso)-BR-158/MT (Querência) (481,1 km) – executados 90 km em 2013, com previsão de execução de 40 km em 2014.





## b.2) Manutenção de Rodovias

A manutenção das rodovias brasileiras encontra-se estruturada em programas de manutenção, restauração, conservação e sinalização. Em 2013, 52.235,8 km da malha rodoviária federal pavimentada foram contemplados, conforme detalhamento a seguir, o que corresponde a cerca de 95% da malha:

- **Crema 1ª etapa e Crema 2ª etapa:** estão cobertos por este Programa 35.755,9 km de rodovias pavimentadas, por meio de contratos de dois anos e de cinco anos de duração e que preveem a realização de obras de recuperação do pavimento e execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante todo o prazo contratual;
- **Restauração Tradicional:** encontram-se em execução 2.712,4 km de obras de restauração do pavimento de rodovia, por meio da modalidade de serviços de restauração tradicional, em que são previstas intervenções substanciais da pista existente;
- **Conservação Tradicional:** estão cobertos 13.767,5 km de rodovias pavimentadas por meio da contratação de serviços de conservação preventiva e rotineira; e
- **BR-Legal- Segurança e Sinalização:** no âmbito do Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais (Prodefensas), foram executados, em 2013, 114 km de fornecimento e substituição de defensas. Quanto ao Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal), que vem sendo implantado em substituição ao Programa de Sinalização nas Rodovias Federais (Prosinal) e Prodefensas, foram assinados, em 2013, 32 contratos referentes à 1ª Etapa, compreendendo uma extensão total de 17.573,3 km de rodovias federais. Para 2014, está prevista a assinatura de mais 82 contratos, que perfazem uma extensão de 41.968,0 km.

## b.3) Operação Rodoviária

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) tem como objetivo principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. Este Programa tem como meta a instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. Em 2013, foram instalados 429 equipamentos de controle de velocidade, com meta de instalação de mais 957, em 2014, perfazendo a totalidade de equipamentos previstos no Programa.

No tocante ao Plano Nacional de Pesagem (PNP), que visa fiscalizar o excesso de peso transportado na malha rodoviária federal, destaca-se que estão em operação 73 Postos de Pesagem de Veículos (PPV). A finalidade dos PPV é submeter à pesagem todos os veículos de transportes de carga e de passageiros, visando coibir o excesso de peso nas rodovias. Nesses postos, em 2013, foram fiscalizados 10,4 milhões de veículos. Em dezembro de 2013, foi publicado o Edital 0686/13-00 para licitação, por meio do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), dos projetos de construção e execução dos serviços de apoio técnico à operação de seis novos postos de fiscalização de excesso de peso.

Por meio dessa nova contratação, os postos passarão por um processo de modernização e serão denominados de Posto Integrado Automatizado de Fiscalização (Piaf). Para 2014, está prevista a licitação de mais 32 Piafs, e ainda, o início da reforma dos atuais PPVs que apresentarem viabilidade para operar de acordo com o novo modelo de fiscalização proposto.





#### b.4) Concessões Rodoviárias

O Programa de Concessões Rodoviárias tem como diretrizes principais a provisão de uma malha rodoviária ampla e de maior capacidade, moderna e integrada, cadeias de suprimentos eficientes e competitivas, além de modicidade tarifária.

Em 2013, o trecho BR-101/ES/BA, de 475,9 km, pertencente à Fase II da 3ª etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais, trecho não inserido no escopo do PIL, foi somado às 14 concessões já existentes referentes às 1ª e 2ª etapas, totalizando 5.239,7 km de rodovias concedidas.

Com a implantação do PIL, a partir de agosto de 2012, houve uma ampliação dos projetos de concessões rodoviárias, englobando as Fases I e III da 3ª etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. A Fase I, composta por dois lotes referentes à BR-040/DF/GO/MG e BR-116/MG, perfaz um total de 1.753,5 km e a Fase III, composta por sete lotes referentes às BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO e rodovia TO-080; BR-050/GO/MG; BR-163/MT; BR-163/MS e BR-060/153/262/DF/GO/MG, perfaz um total de 5.273,1 km. O escopo quantitativo do PIL rodoviário, em 2013, contempla, portanto, nove lotes, com uma extensão total de 6.837,4 km.

O lote da BR-050/GO/MG foi leiloado com sucesso em setembro de 2013, com assinatura do contrato em dezembro de 2013. Os lotes da BR-163/MT, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-040/DF/GO/MG e BR-163/MS tiveram os leilões realizados com sucesso entre novembro e dezembro de 2013.

No âmbito do PIL, em 2013, foram realizadas audiências públicas para o aprimoramento dos estudos de viabilidade e das minutas de editais e de contratos, que na sequência foram submetidos à análise do Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão de controle externo, até o presente momento, aprovou os documentos referentes aos lotes: BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO e da BR-116/MG. Os documentos referentes aos lotes BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO e da BR-116/MG deverão ser novamente submetidos ao TCU após revisão de modelagem. É importante ressaltar que os lotes BR-163/MS e BR-153/TO/GO sofreram alteração em relação ao escopo inicialmente divulgado. Foram excluídas as rodovias BR-267/MS e BR-262/MS, bem como a rodovia TO-080, respectivamente. Essa alteração foi submetida à nova audiência pública.

Os lotes da BR-101/BA, BR-153/TO/GO, BR-262/ES/MG e BR-116/MG têm previsão de leilão para 2014.

Concluindo, pode-se destacar, dentre as características qualitativas dos lotes rodoviários do PIL, a ampliação de capacidade de rodovias pela duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, interseções em desnível e contornos), com início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas no Programa de Exploração Rodoviária (PER).

Destacam-se ainda diversas obras de grande relevância e que resultarão em benefícios aos usuários das rodovias concedidas, gerando melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto:

- Ampliação da Avenida do Contorno, em Niterói – BR-101/RJ (2,4 km), executados 57% da obra em 2013, previsão de conclusão em 2014;
- Duplicação da BR-101/RJ trecho Macaé-Campos (105,7 km), executados 42 km da obra em 2013, com previsão de conclusão em 2014;





- Duplicação da Serra do Cafezal, na rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP, executados 3,96 km da obra em 2013, com previsão de execução de 2,04 km em 2014;
- Duplicação da BR-116/PR, trecho Curitiba-Mandirituba (25,4 km), executados 5,04 km da obra em 2013, com previsão de continuação da execução da obra em 2014;
- Execução da nova subida Serra de Petrópolis, na rodovia BR-040/RJ (21 km), com execução de 4,2 km da obra em 2013, com previsão de continuação da execução da obra em 2014; e
- As obras previstas para serem iniciadas em 2014 são: construção do contorno de Florianópolis na BR-101/SC, na qual foi proposto novo traçado do contorno e que se encontra em fase de audiência pública; duplicação do trecho na Serra das Araras, na rodovia BR-116/RJ/SP, explorada pela Concessionária Nova Dutra e implantação da ligação da Ponte Rio-Niterói com a Linha Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, a ser executada pela Concessionária da Ponte.

Para as concessões da 2ª etapa foram firmados em 2013 oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para execução das obras com cronogramas em atraso.

### b.5) Transporte de Cargas

O transporte rodoviário autorizado de cargas, atividade econômica realizada por terceiros mediante remuneração, depende de prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC).

Estão regularmente inscritos no RNTRC, até dezembro de 2013, 902.856 transportadores, sendo 756.867 autônomos, 145.621 empresas e 368 cooperativas, com uma frota total de 2.058.866 veículos.

O Pagamento Eletrônico de Frete (PEF) visa formalizar o relacionamento entre embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, tendo como foco os transportadores autônomos, as empresas de transporte rodoviário com até três veículos e as cooperativas cadastradas no RNTRC. Em 2013 foram habilitadas duas empresas administradoras de meio de pagamento eletrônico, totalizando 20 empresas. Entre janeiro e dezembro de 2013, foram cadastradas 5.311.994 operações de transporte.

Foram habilitadas, até 2013, cinco empresas para o fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, cujos modelos devem ser, obrigatoriamente, aceitos em todas as praças de pedágio.

Quanto ao transporte rodoviário internacional de cargas, até dezembro de 2013 foram concedidas 410 habilitações a empresas brasileiras e 148 a estrangeiras. Atualmente, 692 empresas brasileiras estão autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.196 empresas estrangeiras estão autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 55.269 veículos brasileiros e 43.453 veículos estrangeiros.

A respeito do Transporte Multimodal de Cargas, o exercício da atividade do Operador de Transporte Multimodal (OTM) depende de prévia habilitação e registro. No ano de 2013 foram habilitadas 63 OTM, dentre os quais um foi amparado pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, perfazendo um total de 447 habilitados.

No que se refere à fiscalização do transporte rodoviário de cargas (TRC), no ano de 2013, foram realizadas 20.273.692 fiscalizações, com percentual de 23,63% superior, em relação ao mesmo período de 2012. Do total de fiscalizações realizadas





nesse período, 20.102.360 referem-se à modalidade Excesso de Peso, sendo 20.090.034 fiscalizações em balanças rodoviárias e 12.326 fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal. Foram fiscalizados ainda 84.376 veículos quanto à regularidade no RNTRC e 31.215 veículos quanto ao PEF. No que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório, foram fiscalizados 26.096 veículos. Na modalidade Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (Tric) 26.714 veículos foram fiscalizados. Ressalta-se ainda 2.335 fiscalizações referentes ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TRPP). A partir dessas ações de fiscalização no TRC foram lavrados 159.782 autos de infração o que representa, em relação ao mesmo período de 2012, uma redução de 3,41%.

### **b.6) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros**

A rede do transporte interestadual de passageiros vem sendo ampliada e dinamizada por meio do Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Propass Brasil). Notadamente, em relação aos serviços interestaduais operados por ônibus rodoviários, após a aprovação final do Plano de Outorga pelo Ministério dos Transportes, foi publicado o Edital de Licitação nº 1/2013, em 29 de agosto de 2013, dando início ao processo licitatório de todo o sistema interestadual operado por ônibus rodoviário, com previsão de atendimento a quase 55 milhões de passageiros/ano, por meio de 2.110 linhas.

No ano de 2013 foram fiscalizados 326.553 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip). Do total de fiscalizações do Triip, 273.717 referem-se a veículos fiscalizados em Postos de Fiscalização e Atendimento (PFA), localizados em terminais rodoviários de passageiros, 33.310 são referentes a veículos fiscalizados em Comandos Operacionais em rodovias, 1.666 veículos foram fiscalizados em atendimento a Ordens de Serviço, 1.029 veículos fiscalizados nas dependências de empresas (FDE) e outros 16.831 veículos fiscalizados na Ponte Internacional da Amizade. Essas ações resultaram na lavratura de 37.734 autos de infração no Triip.

### **c) Transporte Ferroviário**

A existência de malha ferroviária com abrangência nacional confere ao País uma elevada capacidade de transporte, com baixo custo operacional e alta eficiência energética, contribuindo para aumentar a competitividade nos mercados internos e externos. As externalidades positivas advindas da maior utilização do transporte ferroviário impactam a geração de empregos diretos e indiretos em todo o Brasil. Em 2013 foram investidos R\$ 2,5 bilhões.

#### **c.1) Expansão da Malha**

O Brasil está realizando importantes empreendimentos visando à expansão de sua malha ferroviária que, quando plenamente concluídos, integrarão todas as regiões do País. Os projetos ferroviários em curso como parte dessa iniciativa são:

##### **Ferrovias Norte-Sul**

- Tramo Central: Palmas/TO-Uruaçu/GO (575 km) – o início das obras complementares, para conclusão do empreendimento, se deu em agosto de 2013, com execução de 3,22%. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 93,2%. Há previsão de conclusão das obras e início de operação para 2014; e
- Tramo Sul: Uruaçu/GO-Anápolis/GO (280 km) – houve execução de 12% das obras complementares, para conclusão do empreendimento, excluindo o Pátio de Anápolis que teve uma execução de 14,9%, em 2013. Há previsão de conclusão das obras complementares e início da operação para 2014.



**Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul**

- Trecho Ouro Verde/GO-Estrela d'Oeste/SP (681 km) – foram executados 42,9% de infraestrutura, 1% de superestrutura e 26% de obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014.

**Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)**

- Trecho Ilhéus/BA-Caetitê/BA (537 km) – foram executados 25% de infraestrutura e 28,9% de obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014; e
- Trecho Caetitê/BA-Barreiras/BA (485 km) – não houve execução em 2013 em razão da suspensão dos contratos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para que fossem feitas sondagens de verificação do solo. A previsão para 2014 é de execução de 35% das obras dos quais 37,5% de infraestrutura e 50,5% de obras de artes especiais.

**Ferrovia Nova Transnordestina:**

- Trecho Missão Velha/CE-Salgueiro/PE (96 km) – obra concluída em 2013;
- Trecho Salgueiro/PE-Trindade/PE (163 km) – executados 99% da infraestrutura, 98% das obras de arte especiais e 70% da superestrutura em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- Trecho Trindade/PE-Eliseu Martins/PI (420 km) – executados 42% da infraestrutura e 35% das obras de arte especiais (OAEs) em 2013;
- Trecho Salgueiro/PE-Suape/PE (522 km) – executados 55% da infraestrutura, 53% das obras de arte especiais e 35% da superestrutura em 2013; e
- Trecho Pecém/CE-Missão Velha/CE (527 km) – executados 4% da infraestrutura e 3% das obras de arte especiais em 2013.

**Ferronorte**

- Trecho Itiquira/MT-Rondonópolis e Pátio de Rondonópolis (91 km) – obra concluída em 2013.

**c.2) Adequação da Malha**

Em 2013, foram concluídas as obras de adequação ferroviária no Município de Paverama/RS e adequação ferroviária no Município de Santa Maria/RS. Além disso, foram concluídos os seguintes projetos: transposição sobre Via Férrea no Município de Dois Córregos/SP, contorno ferroviário no Município de Santos Dumont/MG, adequação ferroviária em Jaú/SP, adequação ferroviária em Botucatu/SP e obras de arte especiais no município de Rolândia/PR.

Com previsão de conclusão em 2014, destacam-se: a construção do Terminal Intermodal de Campo Grande (MS), a construção do contorno ferroviário e pátio de Tutóia, no Município de Araraquara/SP, a adequação ferroviária e pátio Anísio Braz no Município de Barra Mansa/RJ e a construção de contorno ferroviário no Município de Três Lagoas/MS.

**c.3) Regulação**

A agenda regulatória para o biênio de 2013/2014 referente ao transporte ferroviário foi aprovada por meio da Resolução nº 4.057, de 25 de março de 2013, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A agenda do transporte ferroviário de cargas é composta por 16 temas, nos quais se destacam: i) o regulamento de segurança na circulação de trens; ii) a padronização dos sistemas de sinalização de comunicações ferroviárias; e iii) o regulamento do operador ferroviário independente (OFI),





componente do novo modelo de acesso ao Subsistema Ferroviário Federal adotado no PIL. Mais quatro temas relacionados a este assunto foram incluídos na revisão da agenda: implantação e operação de terminais, regras sobre operações acessórias, regras para venda de capacidade operacional e regras sobre usuário investidor.

Consolidou-se, em 2013, a política de livre acesso ao subsistema ferroviário federal, com a publicação do Decreto nº 8.129, de 2013, com vistas à promoção de competição entre operadores ferroviários e à garantia de acesso de usuários e operadores ferroviários a toda a malha. E em atendimento à nova regra regulatória que prevê metas anuais de produção e de redução de acidentes, as concessionárias de serviços de transporte ferroviário deram prosseguimento ao Plano Trienal de Investimentos (PTI) para o período 2014-2016, com previsão de investimentos privados na ordem de R\$ 15 bilhões.

#### c.4) Concessão

O Programa de Concessões de Ferrovias tem como diretrizes principais a provisão de uma rede ferroviária ampla, moderna e integrada – cadeias de suprimentos eficientes e competitivas e modicidade tarifária.

Em cumprimento aos contratos de concessão, foi efetuada a revisão anual das tabelas de referência do serviço de transporte ferroviário concedido. Também foram autorizadas as seguintes obras e projetos:

- América Latina Logística (ALL) – Malha Paulista (190 km): duplicação do trecho Boa Vista/SP-Evangelista de Souza/SP – previsão de execução de 104 km em 2014; e
- Estrada de Ferro Carajás (991 km): Linha Tronco, com extensão de 891 km – executados 65 km em 2013, com previsão de duplicação de 85 km em 2014; e ramal Sudeste do Pará, com extensão de 100 km – com previsão de execução de 25 km em 2014;

No setor ferroviário, o PIL prevê investimentos de R\$ 99,6 bilhões em construção e/ou melhoramentos de 11 mil km de linhas férreas, conforme trechos: Açailândia/MA-Porto de Vila do Conde (Barcarena)/PA; Anápolis/GO-Estrela d'Oeste/SP-Panorama/SP-Dourados/MS; Lucas do Rio Verde/MT-Campinorte/GO-Palmas/TO-Anápolis/GO; Vila Velha/ES-Rio de Janeiro/RJ; Feira de Santana/BA- Ipojuca/PE; Uruaçu/GO-Corinto/MG-Campos/RJ; Mairinque/SP-Rio Grande/RS; Belo Horizonte/MG-Candeias/BA; Maracaju/MS-Engenheiro Bley/PR-Paranaguá/PR; Ferroanel de São Paulo/SP.

#### c.5) Transporte de Cargas e Passageiros

Ao longo de 2013 foram realizadas diversas parcerias e acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades de diferentes esferas de Governo com o objetivo de realizar estudos de viabilidade para prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros.

Em maio de 2013, foi contratado, com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, um Consórcio de empresas que será responsável pela elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Socioambiental e Jurídico-legal (EVTESAL), do transporte ferroviário de cargas e passageiros no corredor Brasília/DF-Anápolis/GO-Goiânia/GO. Os estudos estão em andamento e deverão ser concluídos no segundo semestre de 2014.

Foi assinado, também, um Acordo de Cooperação Técnica entre os Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e os Governos do Distrito Federal e de Goiás, com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros entre as cidades de Luziânia/GO e Brasília/DF. Em junho de 2013 publicou-se o Edital de Licitação para contratação de





empresa especializada para realizar tal estudo. Concluído o processo licitatório, em dezembro de 2013, foi firmado contrato com o consórcio vencedor. O estudo será iniciado em janeiro de 2014, com previsão de conclusão para novembro de 2014.

Em setembro de 2013, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais, com o objeto de verificar a viabilidade da prestação de serviços de transporte ferroviário regular de passageiros utilizando a infraestrutura existente na região metropolitana de Belo Horizonte.

As ações preparatórias para implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas estão em andamento com a realização de estudos socioambientais necessários ao licenciamento ambiental: estudos de fauna, flora, limnologia/qualidade de água, patrimônio arqueológico e áreas contaminadas.

#### **d) Transporte Hidroviário**

O incremento da participação do modal hidroviário é importante para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros e o fortalecimento econômico nacional. Em 2013 foram investidos R\$ 127,9 milhões.

##### **d.1) Manutenção e Adequação das Hidrovias**

Em 2013, visando atender ao disposto nas diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário (PNTH), foram executadas ações pontuais para garantir a manutenção da navegabilidade em mais de 6 mil km de hidrovias federais, além de investimentos em 800 km de extensão de hidrovias estaduais. Dentre essas ações, destacam-se: sinalização, balizamento, destocamento, dragagens, batimetrias e elaboração de cartas náuticas.

Concomitantemente, estão sendo realizados sete Estudos de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental (EVTEA) dos principais corredores hidroviários nacionais (Madeira-Mamoré-Guaporé; Amazonas; Paraná-Tietê; Tapajós-Teles Pires-Juruena; Brasil-Uruguai; Parnaíba e São Francisco) e, em outros dois corredores hidroviários os EVTEA estão em vias de contratação (Paraguai e Tocantins-Araguaia).

Foi concluído o projeto para o derrocamento dos pedrais localizados na Hidrovia do Tocantins, destacando-se o Pedral do Lourenço. A execução das obras de derrocamento dará segurança e confiabilidade ao transporte fluvial pela hidrovia do Tocantins e propiciará a integração logística do corredor Norte aos do Centro-Sul, Sul e Sudeste. Prevê-se, assim, uma alternativa para o fluxo de carga a partir da região Norte (Vila do Conde) com eliminação de gargalos logísticos em nível nacional.

Estão também em fase de elaboração de projeto os seguintes portos e terminais fluviais: Belém (terminal Condor), Abaetetuba, São Miguel do Guamá, Viseu, Cametá, Tucuruí, Conceição do Araguaia, Juruti, Oriximiná e Óbidos – todos no Estado do Pará, bem como Guajará Mirim no Estado de Rondônia.

Foram realizadas ainda, em 2013, ações de sinalização, balizamento e dragagem no rio Paraguai; manutenção de sinalização no rio Paraná; dragagem no rio Madeira, em Tamandúá; dragagem e sinalização no rio São Francisco e dragagem no rio Taquari.

Além disso, estima-se a aplicação de R\$ 900 milhões na hidrovia do Tietê. Em 2013 foi concluída a dragagem do canal de Igaracu. Para 2014, estão previstas a conclusão de cinco obras de adequação de pontes, melhorias em eclusas, o início das obras do atracadouro de espera de Bariri e a ampliação do vão da ponte Ayrosa Galvão.





Destacam-se para 2014, intervenções pontuais visando à manutenção das condições de navegação nas hidrovias nacionais, em atendimento às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, bem como a continuidade dos empreendimentos previstos no PAC, desde a elaboração dos EVTEs das Hidrovias do Amazonas, Madeira, Tapajós, Paraná, Parnaíba, São Francisco e Mercosul até a execução de dragagens e sinalização Hidrovias do Madeira, Tapajós, Paraná, São Francisco e Mercosul e os investimentos na Hidrovia do Tietê.

#### d.2) Construção de Terminais Fluviais

A existência de grande concentração de rios associada à rede rodoviária reduzida faz com que o transporte hidroviário na Região Norte seja a principal forma de locomoção e abastecimento entre as comunidades da região. O transporte hidroviário tem, portanto, impacto significativo na economia local, incentivando a atividade pesqueira, o turismo e o acesso sustentável aos produtos da floresta. Para melhorar as condições de acessibilidade, conforto e segurança do transporte hidroviário, diversas instalações portuárias estão em construção, em estágios diversos de execução:

- **Amazonas:** em 2013, foram concluídos os empreendimentos nos Municípios de Beruri, Tapauá, Boa Vista do Ramos, Carauari, Guajará, Itapiranga, Ipixuna, Canutama, Codajás e Coari. Encontram-se em fase de construção as obras nos Municípios de Barreirinha; Eirunepé; São Gabriel da Cachoeira; Itamarati; Careiro da Várzea; Iranduba/Solimões; Apuí; Japurá; Fonte Boa; Tonantins; São Paulo de Olivença; Novo Aripuanã; e Borba. Em fase de licitação, em 2013, encontram-se as obras dos Municípios de Anori, Anamá e Alvarães. Os projetos básico e executivo de engenharia das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), para atender aos Municípios de Envira e Silves, no Estado do Amazonas, encontram-se em análise para a aprovação. Para o ano de 2014, será publicado o edital de contratação das obras de IP4 dos Municípios de Parintins (Vila Amazônia), Tefé (Lago), bem como das obras remanescentes de Lábrea, Autazes, Tabatinga, Itacoatiara e Manacapuru;
- **Pará:** foi realizada campanha de levantamentos preliminares (topografia e batimetria) das áreas propícias para receber IP4, nos Municípios de Conceição do Araguaia, Tucuruí, São Miguel do Guamá, Viseu, Augusto Correa, Belém, Juruti, Cametá, Abaetetuba, Altamira e Oriximiná. Os editais para contratar os projetos de engenharia, bem como as obras, serão publicados em 2014; e
- **Rondônia:** em 2014, serão realizados os levantamentos para licitar a obra do IP4 do Município de Guajará-Mirim, que será integrada ao Convênio com o Governo do Estado de Rondônia para ampliação do Porto Organizado de Porto Velho.

#### e) Fomento à Indústria Naval

As ações de fomento à indústria naval brasileira propiciam alternativas logísticas mais baratas, além de mais eficientes do ponto de vista energético para o País. A atual carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM) compõe-se de 402 projetos contratados com os agentes financeiros, no total de R\$ 40 bilhões. Atualmente, estão em construção 168 projetos com valor de R\$ 16,6 bilhões, abrangendo 160 embarcações e oito obras de construção, ampliação e modernização de estaleiros. Os investimentos abrangem os Estados do Amazonas, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda compõem a carteira do Fundo outros 234 projetos contratados, sendo três intervenções em estaleiros e 231 embarcações, cujas obras ainda não iniciaram, mas que representarão investimentos de R\$ 23,4 bilhões.

Em 2013, foram concluídas 77 embarcações e quatro projetos em estaleiros, com valor total de R\$ 3,9 bilhões. No que tange a desembolsos do FMM, o montante liberado atingiu o patamar recorde de R\$ 5 bilhões. Para os próximos anos, esse ritmo tende a ser acelerado, considerando o aumento da capacidade de produção (novos estaleiros), os financiamentos já contratados, bem





como as novas prioridades concedidas pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, que, atualmente perfazem R\$ 20,9 bilhões, abrangendo 250 projetos, sendo oito estaleiros e 242 embarcações.

O Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef I e II) já conta com sete embarcações finalizadas. Em 2013, foram concluídos os petroleiros Zumbi dos Palmares e Dragão do Mar e o navio de produtos José Alencar. Atualmente, estão em construção mais 16 embarcações para o transporte de petróleo e derivados, além de três comboios hidroviários para o transporte de etanol ao longo do Rio Tietê no âmbito do Promef Hidrovias.

Em 2013, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante priorizou recursos para o projeto de construção de oito navios-sonda, para a exploração de óleo e gás na plataforma continental brasileira, em estaleiros nos Estados da Bahia, Pernambuco e Espírito Santo.

## **f) Incentivos para Investimentos no Setor Transportes**

### **f.1) Debêntures de Infraestrutura**

A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, criou incentivo fiscal para o financiamento de investimentos em infraestrutura junto ao setor privado e o Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, definiu como prioritárias as áreas de transportes e logística. O incentivo consiste na isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas para financiar investimentos de infraestrutura.

A Portaria MT nº 009, de 27 de janeiro de 2012, estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura no setor de transportes e determina providências no sentido de divulgar o instrumento para o setor de transportes e logística, de modo que as primeiras emissões do setor ocorreram em seguida às alterações da Lei.

Foram aprovados, em 2013, sete projetos de investimentos para emissão de debêntures de infraestrutura, dos quais três realizaram a emissão com êxito na captação de R\$ 2,4 bilhões. Houve um aumento do valor emitido de 355% em relação a 2012, ano em que houve três emissões no valor R\$ 675 milhões.

Os recursos captados com as debêntures financiarão parte dos investimentos em infraestrutura de rodovias e ferrovias em melhores condições, já que o aumento da rentabilidade concedido pelo incentivo atrai maior número de investidores e aumenta a competição pelos papéis resultando na redução do custo de captação das concessionárias.

Os recursos advindos com as emissões de debêntures do setor de transportes, desde a criação do incentivo em 2011, e os volumosos investimentos previstos nas concessões rodoviárias e ferroviárias, apontam para a intensificação do uso das debêntures incentivadas para captação de recursos em 2014, resultando no crescimento do financiamento privado nos investimentos.

### **f.2) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura**

A Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, criou o Regime Especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (Reidi), que consiste na suspensão da incidência da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as





aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica habilitada.

Desde a criação do incentivo até dezembro de 2013 foram aprovados, no âmbito do Ministério dos Transportes, catorze projetos de investimentos para o enquadramento no Regime Especial, sendo que em 2013 foi aprovado um projeto para o enquadramento no Reidi de Construção de Ramal Ferroviário no Estado do Maranhão, com valor estimado das obras previstas no projeto de R\$ 152,7 milhões. A desoneração do Reidi implica a redução do custo estimada em R\$ 14 milhões.

O referido ramal conectará a Unidade Industrial de Celulose localizada no Município de Imperatriz/MA, à margem direita do rio Tocantins, com a Ferrovia Norte-Sul, no Município de João Lisboa, com extensão total de 24 quilômetros.

A perspectiva para 2014 é de aumento do número de projetos submetidos à aprovação do Ministério dos Transportes para enquadramento no Reidi devido aos leilões de concessões de rodovias e ferrovias que vêm sendo realizados.

### 3. Portos

Os portos brasileiros são responsáveis por mais de 95% do fluxo de comércio exterior do País, sendo, portanto um setor estratégico para o desenvolvimento nacional. Entre 2001 e 2012, houve um crescimento de 78,6% na movimentação de carga. Para o período 2012-2030, a projeção indica que a movimentação total tenha um incremento da ordem de 150%.

Neste contexto, as políticas e diretrizes do Governo Federal para o desenvolvimento do setor portuário contemplam o planejamento e o desenvolvimento institucional, bem como a melhoria da gestão e a promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos.

#### a) Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário

##### a.1) Novo Marco Regulatório do Setor Portuário Nacional

A Medida Provisória nº 595, de 06 de dezembro de 2012, que introduziu o novo marco regulatório do setor, foi convertida na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, e regulamentada por meio do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.

Diversos dispositivos, tanto da Lei quanto do Decreto exigem regulamentações complementares, por meio de portarias ministeriais e interministeriais, resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e mesmo decreto presidencial. Até dezembro de 2013, a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) expediu 11 normativos e espera-se, em 2014, completar o conjunto de normas necessário à aplicação e ao funcionamento pleno do novo marco regulatório do setor.

Ressalte-se que a nova legislação manteve as diretrizes que visam ao aperfeiçoamento do modelo institucional do setor, com foco no aumento da movimentação de cargas, na redução de custos e no aumento da eficiência, com vistas a eliminar as barreiras ao fluxo do comércio exterior brasileiro.





## a.2) Investimentos Privados nos Portos: Arrendamentos Portuários e Anúncios Públicos de Terminais de Uso Privado

A SEP/PR, juntamente com a Antaq, conduz duas ações complementares para a ampliação de capacidade do sistema portuário nacional: o Programa de Arrendamentos Portuários e Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs). Essas ações prevêem o montante de recursos privados para serem investidos da ordem de R\$ 54,2 bilhões até 2017, dentro do Programa de Investimentos em Logística, conduzido pelo Governo Federal.

O Programa de Arrendamentos Portuários visa à celebração de contratos de arrendamento, sempre precedida de licitação, em áreas localizadas dentro dos portos organizados. Na primeira fase do Programa, estão sendo desenvolvidos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para 159 áreas passíveis de serem arrendadas nos portos públicos brasileiros, relativas a contratos de arrendamento vencidos ou a vencer até 2017, com a previsão de investimentos de aproximadamente R\$ 17,2 bilhões.

Os referidos estudos foram divididos em quatro blocos, quais sejam:

1º BLOCO	2º BLOCO	3º BLOCO	4º BLOCO
Santos/SP	São Sebastião/SP	Maceió/AL	Rio Grande/RS
Vila do Conde/PA	Salvador/BA	Suape/PE	Porto Alegre/RS
Santarém/PA	Aratu/BA	Recife/PE	Imbituba/SC
Belém/PA	Paranaguá/PR	Cabedelo/PB	Itajaí/SC
Miramar/PA		Fortaleza/CE	São Francisco do Sul/SC
Outeiro/PA		Itaqui/MA	Rio de Janeiro/RJ
		Santana/AP	Niterói/RJ
			Itaguaí/RJ
			Vitória/ES
			Manaus/AM

Os blocos de arrendamento estão sendo objeto de consulta e audiência públicas, com o objetivo de colher subsídios junto à sociedade e, em especial, ao setor produtivo. Para o primeiro bloco, a consulta pública foi realizada entre os dias 12 de agosto de 2013 e 6 de setembro de 2013, a audiência pública do Porto de Santos (SP) ocorreu em 30 de agosto 2013 e a dos Portos do Estado do Pará, em 2 de setembro de 2013. Quanto ao segundo bloco de arrendamentos, o período de consulta pública foi de 30 de setembro de 2013 a 25 de outubro de 2013 e as audiências públicas para o Porto de São Sebastião (SP), Porto de Salvador/Aratu (BA) e Porto de Paranaguá (PR) ocorreram nos dias 17 de outubro de 2013, 18 de outubro de 2013 e 21 de outubro de 2013, respectivamente.

A entrega dos estudos do primeiro bloco de arrendamentos para análise do Tribunal de Contas da União (TCU) aconteceu em 11 de outubro de 2013. A expectativa é que a publicação dos editais de licitação para esse bloco ocorra em meados de 2014.

Com relação aos Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de TUPs, prevê-se que, mediante autorização, sempre precedida de chamada ou de anúncio públicos, instalações portuárias localizadas fora das áreas dos portos organizados possam ser exploradas pelos agentes econômicos habilitados no processo de autorização.





A partir do segundo semestre de 2013, SEP/PR e Antaq passaram a realizar os referidos Anúncios Públicos. Os dois primeiros conjuntos de Anúncios, que possuíam maior expectativa do mercado, apresentaram os seguintes resultados:

ANÚNCIOS PÚBLICOS	PROponentes Interessados	PROponentes HABILITADOS	INVESTIMENTOS PREVISTOS	Nº DE UFs CONTEMPLADAS
Julho/2013	56	34	R\$ 5,68 bilhões	11
Agosto/2013	12	5	R\$ 137,2 milhões	3

Nos meses subsequentes, os Anúncios aconteceram à medida que os interessados apresentaram seu pleito à Antaq. Em 2013, foram realizados um total de 50 Anúncios Públicos contemplando 81 empreendimentos, distribuídos em 18 unidades da Federação, com investimentos previstos que somam R\$ 16,52 bilhões. Esses pleitos, abrangem 79 novas autorizações, uma ampliação de área maior que 25% e uma troca de perfil de carga.

Além dos pedidos para instalação de novos empreendimentos, foi autorizada a ampliação de área, menor que 25%, do TUP-Ultrafértil, em São Paulo, que independe de publicação de Anúncio Público, conforme previsto no novo marco regulatório. Ainda nessa esteira, está em curso o processo de ampliação do TUP-Brasfels, no Rio de Janeiro. Juntos esses TUPs representam investimentos da ordem de R\$ 2,28 bilhões.

### a.3) Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional

Com o novo marco regulatório do setor portuário, o papel da SEP/PR como órgão planejador e formulador de políticas para o setor ficou definido de forma mais precisa, reforçando o trabalho de planejamento de longo prazo iniciado em 2010.

Em 2012, foi elaborado e entregue à sociedade o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) e os 15 Planos Diretores Estratégicos (Planos Mestres) dos principais portos públicos nacionais.

Em 2013, foram concluídos os Planos Mestres dos seguintes portos localizados em: Manaus/AM; Belém/PA, Santarém (PA) e Vila do Conde/PA; Porto de Paranaguá/PR e Antonina/PR; Porto de Santana/AP; Cabedelo /PB; Porto Alegre/RS; Pelotas/RS e Rio Grande/RS.

Com a nova legislação do setor, a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZs) ficou a cargo das respectivas Autoridades Portuárias, cabendo à SEP/PR sua aprovação. A compatibilização entre o planejamento nacional, a cargo da SEP/PR (PNLP e Planos Mestres), e o planejamento local, de responsabilidade das Autoridades Portuárias (PDZs), será mediada por portaria ministerial da SEP/PR.

Ressalte-se que esses planos seguem as diretrizes do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit) e se alinham com o PNLT.

### a.4) Inteligência Logística Portuária

O Programa Inteligência Logística Portuária é composto por quatro projetos, em fase de desenvolvimento: i) Sistema de Atendimento Portuário Unificado – Porto Sem Papel (PSP); ii) Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações (VTMIS); iii) Cadeia Logística Portuária Inteligente; e iv) Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária (Infraport).





O Porto Sem Papel (PSP) tem a finalidade de desenvolver um sistema capaz de permitir a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária por meio de uma janela única, a padronização de documentos com a eliminação de papéis e a consequente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. Em 2013, o PSP cumpriu a meta estipulada de implantação do sistema em 35 portos brasileiros, já no 1º semestre. A criação da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), com o objetivo de harmonizar as atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias, visa contribuir para o objetivo de promover a desburocratização dos procedimentos de estadia dos navios nos portos brasileiros, perseguido pelo PSP e possibilitando a integração entre os sistemas dos vários anuentes portuários.

O *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS) objetiva implantar um monitoramento ativo do tráfego aquaviário, ampliando a segurança da navegação e a proteção do meio ambiente, além de aumentar a eficiência das operações portuárias. A primeira fase do projeto, iniciada em dezembro de 2011, visa à implantação do sistema em cinco portos brasileiros: Salvador/Aratu (BA); Vitória (ES); Itaguaí (RJ); Rio de Janeiro (RJ); e Santos (SP). Em 2012, iniciou-se a segunda fase, que consiste no desenvolvimento das ações preparatórias necessárias à implantação em mais 12 portos: Manaus (AM); Belém (PA); Vila do Conde (PA); Itaqui (MA); Suape (PE); Fortaleza (CE); Paranaguá (PR); Antonina (PR); São Francisco do Sul (SC); Itajaí (SC); Imbituba (SC); e Rio Grande (RS).

Os editais de licitação do VTMIS dos portos de Vitória (ES), Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ) foram publicados entre maio e junho de 2013, porém revogados para adequação dos instrumentos convocatórios, e republicados em janeiro de 2014. Quanto aos portos de Salvador/Aratu (BA) e de Itaguaí (RJ), os estudos conceituais para serem submetidos à Marinha do Brasil (MB), fase preparatória para a licitação, estão em fase final de conclusão, prevista para meados de 2014.

O projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente consiste em um sistema para o rastreamento e monitoramento da carga com destino final aos portos, sequenciamento e ordenamento do acesso terrestre de veículos, atendimento das exigências e regulamentações internacionais de segurança e disponibilização de informações com antecedência para a comunidade portuária e anuentes. O sistema será desenvolvido e implantado em 12 portos nacionais: Santarém (PA); Itaqui (MA); Pecém (CE); Fortaleza (CE); Suape (PE); Salvador (BA); Vitória (ES); Itaguaí (RJ); Rio de Janeiro (RJ); Santos (SP); Paranaguá (PR); e Rio Grande (RS).

Em 2013, as ações preparatórias para a implementação do projeto avançaram tanto no desenvolvimento do sistema de informação PortoLog – modelo de gestão do projeto –, como na conclusão de estudos necessários à implantação do projeto nos portos de Santos (SP), Fortaleza (CE), Pecém (CE) e Paranaguá (PR) e Vitória (ES).

O Projeto Infracport objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, por meio da aquisição e implantação de um sistema corporativo integrado governamental nas respectivas Autoridades Portuárias. O projeto, iniciado em fevereiro de 2012, será implementado nas sete Companhias Docas vinculadas à SEP/PR.

O sistema foi homologado em setembro de 2013, e o treinamento dos usuários e a colocação do sistema em produção, concluídos em novembro. Para 2014, espera-se a aquisição de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para dar suporte à utilização do sistema em cada companhia ainda no primeiro semestre, bem como ao uso pleno do sistema pelos gestores da SEP/PR e das Companhias Docas.





### a.5) Modernização da Gestão nas Companhias Docas

O Programa Modernização da Gestão Portuária visa à reestruturação estratégica, de gestão e de processos das Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, por intermédio da realização de diagnóstico e implantação de melhorias, seja nos processos internos da empresa (estruturas organizacionais, modelos de governança e demais aspectos da administração portuária), seja nos processos logístico-portuários, como entrada e saída de embarcações, liberação de cargas e passageiros e acessos terrestres.

Projeto-piloto do Programa está sendo implantado na Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), que administra os portos de Natal (RN), de Areia Branca (RN) e de Maceió (AL) e, posteriormente será implementado em outras Companhias Docas, como Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e Companhia Docas do Ceará (CDC).

Para os portos administrados pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Companhia Docas do Pará (CDP), a estratégia da SEP/PR reside na contratação de uma empresa de consultoria para implementar o novo modelo de gestão, a partir de uma série de incentivos para a administração, com metas corporativas e financeiras. A contratação da referida empresa de consultoria redundou na edição, em 20 de dezembro de 2013, de Pregão Eletrônico de nº 09/2013, restando o recebimento de propostas das empresas interessadas previsto para o mês de janeiro de 2014.

Em 2014, como parte do trabalho de modernização da gestão nas companhias, dois artigos da Lei nº 12.815, de 2013 devem ser regulamentados. Em atenção ao art. 64, decreto presidencial introduzirá regras para os termos e as condições do Compromisso de Metas e Desempenho Empresarial a ser pactuado entre a SEP/PR e as companhias vinculadas. A regulamentação deste instrumento se fará por meio de Portaria Interministerial SEP-Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a ser editada no início de 2014. Em complemento a esta iniciativa, deverá ser introduzido o honorário variável mensal dos dirigentes de Companhias Docas, eliminando-se a indexação a índices inflacionários dos honorários dos dirigentes destas companhias.

A segunda regulamentação que busca dar agilidade às ações de gestão das Companhias Docas refere-se à edição de Regulamento Simplificado de Contratação, previsto no art. 63 da nova Lei dos Portos, cujo resultado será uma maior agilidade na contratação de obras, serviços e aquisições por parte das administrações portuárias.

Esse conjunto de ações visa criar um ambiente de fortalecimento institucional para que as entidades tenham condições de exercer com plenitude o papel de Autoridade Portuária, pautado nas melhores práticas de governança corporativa.

### b) Praticagem

Instituída por meio do Decreto nº 7.860, de 06 de dezembro de 2012, a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (Cnap) tem o papel de propor medidas para apoiar a Autoridade Marítima – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC/MB) a exercer seu papel de regulação econômica do serviço de praticagem. Os trabalhos da Cnap buscam aperfeiçoar o marco regulatório, a fim de reduzir ineficiências e gerar transparência e segurança institucional para o desenvolvimento do setor portuário nacional. Ressalte-se que a atribuição legal para assuntos praticagem é da DPC/MB, sendo a Cnap um fórum técnico para estudos, análises e proposições.

A comissão, presidida pelo DPC/MB, é composta pela SEP/PR, no papel de Secretaria Executiva; pelo Ministério dos Transportes (MT); pelo Ministério da Fazenda (MF), por meio da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae/MF); e pela Antaq.





Como resultado dessa política de regulação dos serviços de praticagem, cabe mencionar o início do processo seletivo para contratação de novos Práticos em novembro de 2012, cujo resultado final foi homologado em 19 de dezembro de 2013. No âmbito da Cnap, foi concluída, em maio de 2013, a Consulta Pública nº 1/2013, da Metodologia de Regulação de Preços dos Serviços de Praticagem, e sua respectiva publicação, em junho de 2013, pela Autoridade Marítima, por meio da Portaria DPC/MB nº 284, de 26 de setembro de 2013. Atualmente encontra-se aberto o prazo para recebimento de contribuições da Consulta Pública nº 2/2013, referente aos preços máximos das Zonas de Praticagem de Santos (ZP-16), Vitória (ZP-14) e Salvador (ZP-12).

### c) Gestão Ambiental Portuária

A SEP/PR desenvolve um conjunto de projetos e ações referentes à gestão ambiental portuária, das quais se destacam: i) Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos; ii) Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP); e iii) medidas institucionais para o aperfeiçoamento da legislação ambiental que afeta o setor portuário nacional, em especial a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, referente ao processo de licenciamento ambiental.

O PRGAP, instituído pela Portaria Interministerial MMA/SEP nº 425/2011, de 26 de outubro de 2011, consiste na elaboração de estudos ambientais, visando à emissão pelos órgãos ambientais competentes da licença ambiental de operação a portos administrados pelas Companhias Docas. O Programa conta com dez portos beneficiados: Areia Branca (RN), Natal (RN) e Maceió (AL), vinculados à Codern; Aratu (BA), Salvador (BA) e Ilhéus (BA), vinculados à Codeba; Vitória (ES), vinculado à Codesa; Rio de Janeiro (RJ) e Itaguaí (RJ), vinculados à CDRJ; e Santos (SP), vinculado à Codesp.

Em 2013, foi obtido o licenciamento de operação do Porto de Vitória (ES) e concluídos os estudos dos portos de Ilhéus (BA), do Rio de Janeiro (RJ) e de Itaguaí (RJ), dos quais o do porto baiano foi protocolado no órgão ambiental em fevereiro de 2013.

O Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos compreende um conjunto de ações que visa promover a conformidade legal dos portos marítimos frente às exigências ambientais, das vigilâncias sanitária e agropecuária, relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos. O Programa será aplicado em 22 portos marítimos brasileiros.

As ações serão distribuídas em três fases. Concluída em maio de 2013, a primeira consistiu na elaboração de inventário e diagnóstico da situação atual de geração e movimentação de resíduos e efluentes, resultando em 22 *Manuais de Boas Práticas*, que contêm perspectivas de gestão sustentável dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos. A segunda fase, iniciada em julho de 2013, caracteriza-se pela elaboração de projetos específicos à implantação das práticas indicadas nos manuais. A terceira fase, prevista para a partir de julho de 2014, corresponde à implantação das ações e obras projetadas na segunda fase, de acordo com as características de cada porto.

### d) Programas e Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos

#### d.1) Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II

A Lei nº 12.815, de 2013, instituiu, ainda, o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II (PND II), com vistas a manter as condições de profundidade e segurança estabelecidas no projeto de dragagem implantado. No PND II permanece





o conceito de “Dragagem por Resultado”, instituído pelo PND I, compreendendo, em síntese: i) aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação; ii) serviços de sinalização e balizamento; iii) serviços de monitoramento ambiental; iv) contratação em blocos (mais de um porto, em um mesmo contrato); e v) possibilidade de realização de licitações em âmbito internacional e de utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), de que trata a Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011.

#### **d.2) Investimentos do PAC e PAC Copa**

Estão sendo implementadas diversas ações nos portos brasileiros que visam capacitá-los a atender ao incremento da demanda por movimentação de cargas, impulsionada pelo crescimento econômico por que passa o País. Em 2013, alcançaram-se no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do PAC Copa e demais projetos os seguintes resultados:

##### **Projetos e obras concluídos em 2013:**

PAC Copa:

- Execução das obras de construção do Terminal Marítimo de Passageiros, instalação de estacionamento, pavimentação e urbanização do entorno do Terminal no Porto do Recife (PE).

PAC:

- Recuperação do Berço 201 do Porto de São Francisco do Sul (SC);
- Recuperação, alargamento e ampliação do cais comercial do Porto de Vitória (ES);
- Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos (SP), no Município de Guarujá (Margem Esquerda 1ª fase); e
- Projeto de construção de píer de atracação e ponte de acesso no Terminal Alamoá.

##### **Projetos em andamento:**

PAC Copa:

- Construção do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza (CE) – 71% realizados;
- Construção do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN) – 68% realizados;
- Construção do Terminal de Passageiros do Porto de Salvador (BA) – 52% realizados;
- Alinhamento do Cais de Outeirinhos para promover a atracação de navios de grande porte, inclusive de navios de passageiros, no Porto de Santos (SP) – 46% realizados; e
- Reformulação dos armazéns 0, 3 e 4 para Terminal Internacional de Passageiros no Porto de Manaus (AM), compreendendo: recuperação estrutural dos cais flutuante do *Roadway* e Torres, restauração de armazéns, urbanização de pátios para estacionamento, construção de passarelas climatizadas para pedestres nas pontes de acesso (*Roadway* e Torres) – obras iniciadas em Novembro de 2013.





**PAC:**

- Construção do acesso rodoviário do Porto de Suape (PE) – 90% realizados;
- Construção do Berço 108 do Porto de Itaqui (MA) – 47% realizados;
- Construção de Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza (CE) – 28% realizados;
- Estudos e projetos para implantação do Porto de Águas Profundas do Estado do Espírito Santos – 95% realizados;
- Construção de berço nos *dolphins* do Atalaia, com retroárea, no Porto de Vitória (ES) – iniciada a elaboração do projeto executivo, com previsão de conclusão em julho de 2015;
- Reforço do píer de acostagem na Alamoia, no Porto de Santos (SP) – 5% realizados;
- Obra de dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário ao Porto de Vitória (ES) – 42% realizados;
- Adequação dos molhes do Porto de Barra de Furado (RJ) – concluir os estudos e o projeto executivo e iniciar a primeira fase das obras; e
- Obra de dragagem de Aprofundamento, Porto de Imbituba (SC) – previsão de conclusão em 2014.

**Demais projetos em andamento:**

- Modernização do Terminal Portuário de Uso Misto do Pecém/CE – 70% realizados.

**Projetos em licitação:**

- Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e Recuperação do Terminal de Múltiplo Uso 1 no Porto de Santarém (PA);
- Reforço estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ);
- Reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os Armazéns 12A ao 23, no Porto de Santos (SP); e
- Projeto de implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos (SP), no Município de Guarujá (Margem direita – 2ª fase).

**Para o ano de 2014, pretende-se ainda:**

- Iniciar e concluir a restauração do leito marítimo em área adjacente ao Molhe Leste do Porto do Rio Grande (RS);
- Iniciar o alinhamento e reforço do Berço 4 do Porto de Itajaí (SC) e modernização do Cais Público do Porto Novo em Rio Grande (RS);
- Iniciar a construção do pátio de estocagem para cargas pesadas no Cais Comercial do Porto de Vitória (ES);
- Elaborar Projeto de Dragagem de Manutenção e iniciar obra de Aprofundamento dos Canais de Acesso e Bacia de Evolução, no Porto de Paranaguá (PR);
- Elaborar projeto e iniciar obra de Dragagem de Manutenção no Porto de Rio Grande (RS);
- Iniciar a dragagem de adequação da navegabilidade no Porto do Rio Janeiro (RJ);
- Iniciar a dragagem de manutenção no Porto de Santos (SP);





- Iniciar a dragagem de manutenção no Porto de Fortaleza (CE);
- Iniciar obra de dragagem de aprofundamento do segundo berço (externo) do Terminal de Granéis Líquidos (TGL), no Porto de Maceió (AL);
- Iniciar obra de dragagem e derrocamento de áreas, no Porto de Itaguaí (RJ);
- Conclusão dos estudos para a construção do acesso e arrendamento do terminal de múltiplos usos do Porto de Suape (PE);
- Iniciar a dragagem dos berços dos cais 6 e 7 do Porto de Suape (PE); e
- Iniciar estudos para adequação do terminal de passageiros e para ampliação da capacidade de movimentação de carga do Porto de Santana (AP).

#### **Portos Fluviais:**

- Iniciar a construção do Terminal Hidroviário de Manaus Moderna, no Porto de Manaus (AM) – valor estimado R\$ 105 milhões;
- Iniciar a construção do Terminal Hidroviário Itacoatiara Novo, no Porto de Itacoatiara (AM) – valor estimado R\$ 27 milhões;
- Reforma e adequação do Porto de Porto Velho (RO) – valor estimado R\$ 27,3 milhões;
- Implantação do porto fluvial no rio Guaporé, no Porto de Guajará-Mirim (RO) – valor estimado R\$ 17,2 milhões;
- Execução de estudos e projetos para implantação de um Porto em Marabá (PA) – valor estimado R\$ 5 milhões; e
- Construção de Terminal Hidroviário no Porto de Altamira (PA) – valor estimado R\$ 14 milhões;

#### **e) Regulação e Fiscalização do Setor Portuário**

A Lei nº 12.815, de 2013 e o Decreto nº 8.033, de 2013 trouxeram aprimoramentos ao marco regulatório do setor, conferindo maior segurança jurídica, promovendo maior competição e redefinindo as competências institucionais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que passou a centralizar a regulação e a fiscalização de todos os agentes do modal aquaviário: Autoridade Portuária, Arrendatários, Operadores Portuários, Terminais de Uso Privado (TUP), Estações de Transbordo de Carga (ETC), Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), Instalações Portuárias de Turismo (IPT) e Empresas Brasileiras de Navegação (EBN).

Em vista da mudança no cenário institucional, estão sendo revistos o Regimento Interno, o Planejamento Estratégico e a estrutura organizacional da Agência e será contratada consultoria especializada para rever os principais processos de trabalho, os fluxos procedimentais, a estrutura organizacional e a alocação da força de trabalho.

Em 2014, serão realizadas as licitações relativas aos arrendamentos nos Portos Organizados e as seguintes ações previstas: i) análise e instrução dos requerimentos de adesão ao Reidi, tendo em vista a edição da Resolução Antaq nº 3.106, de 16 de outubro de 2013 em conformidade com a Portaria SEP nº 124, de 29 de agosto de 2013, que estabelece os procedimentos para aprovação dos projetos de investimento em infraestrutura portuária; ii) contratação de pesquisas para obter indicadores de satisfação dos usuários dos serviços prestados pelas empresas reguladas pela Agência; e iii) apresentação do Planejamento Plurianual das Fiscalizações do Triênio 2014-2016, iniciativa relevante considerando o aumento significativo dos quantitativos de regulados, como consequência do novo cenário regulatório.





### e.1) Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura dos Transportes Aquaviários

No segundo semestre de 2013, duas propostas de norma foram submetidas à audiência pública: a Resolução Antaq nº 3.066, de 18 de setembro de 2013, que dispõe sobre a autorização para construção, exploração e ampliação de TUP, ETC, IP4 e IPT; e a Resolução nº 3.093, de 08 de outubro de 2013, que estabelece procedimentos para a elaboração de projetos de arrendamento e aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos Portos Organizados.

Adicionalmente, foram realizadas duas audiências públicas para a obtenção de contribuições para o aprimoramento das minutas jurídicas (edital de licitação, contrato de arrendamento e seus respectivos anexos), necessárias à realização do certame licitatório nos portos organizados de Santos (SP), Belém (PA), Santarém (PA), Vila do Conde (PA) e Terminais de Outeiro (PA), Paranaguá (PR), Salvador (BA) e São Sebastião (SP).

Importante salientar, ainda, que a Antaq publicou 50 Anúncios Públicos para outorga de construção ou ampliação de Terminais de Uso Privado. Em 2013, foram celebrados quatro Contratos de Adesão e um Termo Aditivo para ampliação de Terminal já Autorizado, cujos investimentos previstos são da ordem de R\$ 2,48 bilhões.

No âmbito da navegação marítima e de apoio, foram emitidas 55 outorgas de autorização nas modalidades de navegação de Longo Curso, Apoio Marítimo, Apoio Portuário e Cabotagem, referentes a 35 novas empresas brasileiras de navegação autorizadas; e processadas 1.847 solicitações de liberação de carga prescrita à bandeira brasileira, para embarcações estrangeiras pertencentes a empresas estrangeiras de navegação que operaram no tráfego entre portos brasileiros e portos estrangeiros. A partir de maio de 2014, as empresas autorizadas a operar na navegação marítima e de apoio e na navegação interior deverão repassar informações mensais sobre suas operações e os valores cobrados pelos serviços efetuados por meio da ferramenta intitulada Sistema de Desempenho da Navegação (SDN).

Foram publicadas em junho de 2013 as Normas de Afretamento para a navegação de longo curso e liberação do transporte de carga prescrita à bandeira brasileira, para a navegação de cabotagem, para a navegação de apoio marítimo e para a navegação de apoio portuário, que introduziu alguns aperfeiçoamentos regulatórios e instituiu o Sistema de Gerenciamento de Afretamento na Navegação Marítima e de Apoio (Sama).

Em fevereiro de 2013, foi concluído o Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH) e disponibilizados relatórios técnicos e executivos de cada uma das seis hidrovias analisadas: Solimões-Amazonas, Tocantins-Araguaia, São Francisco, Paraguai, Paraná-Tietê e Sul. Os estudos comprovaram o grande potencial de transporte das riquezas do País por hidrovia, além de apontar novas áreas para novos terminais hidroviários ao longo das principais hidrovias nacionais.

Também em 2013, foram emitidas 28 novas outorgas de autorização para operadores na navegação interior e foram aditados 40 Termos de Autorização, para operação de transporte hidroviário misto, de travessia e de carga.

Um dos destaques do ano de 2013 na navegação interior foi a divulgação, no mês de agosto, do estudo *Caracterização da oferta e da demanda do transporte fluvial de passageiros na Região Amazônica*. Desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Pará, o estudo produziu, pela primeira vez, uma estimativa da demanda de passageiros, obteve o perfil socioeconômico dos usuários e avaliou a qualidade dos serviços prestados por 106 terminais de passageiros e 602 embarcações da região. O conjunto das conclusões do estudo – que apontou uma movimentação anual de cerca de nove milhões de passageiros – contribuirá para a formulação de políticas públicas para a navegação interior e para a melhoria do padrão de atendimento aos usuários das embarcações e dos terminais.





## e.2) Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transportes Aquaviários

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou, em 2013, 802 fiscalizações, sendo 191 ações de fiscalização em instalações portuárias, 433 na navegação interior e 178 fiscalizações na navegação marítima e de apoio. Das ações de fiscalização, 370 foram arquivadas sem pendências por parte dos regulados, correspondendo a 46,1% do total.

Como desdobramento, foram instaurados 69 processos administrativos de apuração de irregularidades – Processos Administrativos Contenciosos e Contenciosos Simplificados, sendo 27 na área portuária e 42 nas áreas de navegação marítima e interior; e celebrados 58 Termos de Ajuste de Conduta (TAC), 13 portuários e 45 na navegação marítima e interior.

Importante registrar que, em cumprimento ao Termo de Cooperação firmado entre a Antaq e a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), foram realizadas 16 auditorias. As auditorias visam checar a conformidade das instalações portuárias com as exigências internacionais da Organização Marítima Internacional (IMO), impostas pelo Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS-Code).

## 4. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

O transporte de passageiros e cargas pelo modal aéreo, assim como a adequação da infraestrutura aeroportuária, é grande vetor de desenvolvimento do País. O transporte aéreo é, ainda, imprescindível à integração nacional, pois ele é o único meio rápido de acesso a diversas regiões isoladas.

O indicador utilizado para mensurar o aumento da demanda pelo transporte aéreo doméstico de passageiros – número de passageiros pagantes multiplicado por quilometragem voada – apresentou incremento de 238% para os meses de janeiro a novembro de 2013, quando comparados ao mesmo período de 2003. O índice de ocupação das aeronaves, por sua vez, passou de 60,05% em 2003 para 75,84% em 2013. O crescimento médio do transporte aéreo desde 2003 representou mais de 3,5 vezes o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e mais de 14 vezes o crescimento médio da população no mesmo período.

Em 2013, contudo, observou-se aumento do preço das passagens aéreas domésticas, conforme dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), cujo valor real médio foi 4,15% superior ao valor relativo ao primeiro semestre do ano de 2012, em decorrência de questões relativas à estrutura de custos das empresas aéreas, aspectos tributários, cambiais e, também, reflexo do custo do querosene de aviação, precificado por parâmetros internacionais.

Ainda assim, o aumento da renda média do brasileiro nos últimos anos permitiu a inclusão de novos usuários no setor de transporte aéreo, o que torna imprescindível a continuidade dos investimentos na adequação e expansão da infraestrutura e regulação do mercado de aviação civil no País.

### a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos

Dando continuidade aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero), criada por meio do Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011, os comitês técnicos apresentaram diversas realizações durante o ano de 2013.

O Projeto Eficiência nos Aeroportos, que busca a otimização do fluxo dos passageiros nos aeroportos, gerou benefícios aos clientes. Os aeroportos de Fortaleza (CE), Confins (MG), Santos Dumont (RJ), Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Congonhas (SP) foram contemplados em 2012 com o Projeto e apresentaram ganhos significativos de desempenho. Na sequência, em 2013, os aeroportos de Recife (PE) e Salvador (BA) também integraram o Projeto. A melhoria global média no desempenho dos





processos, que reflete o percentual de redução de tempo de processamento dos atos necessários para o fluxo dos passageiros, foi, respectivamente, de 14,89% e de 33,17%. No Aeroporto de Porto Alegre (RS), a melhoria global média no desempenho dos processos foi de 9,64%. A implantação do Projeto no Aeroporto de Curitiba (PR) foi iniciada em outubro de 2013. Os aeroportos de Manaus (AM) e Cuiabá (MT) serão contemplados no início de 2014.

O Governo Federal, em parceria com a *International Air Transport Association* (Iata) e demais atores do setor, iniciou, em maio de 2013, a implementação do projeto-piloto de cadeia logística de carga aérea segura (*Secure Freight*) no Aeroporto de Guarulhos (SP), com o objetivo de realizar a inspeção da carga fora do aeroporto e garantir que ela permaneça estéril até o seu destino, trazendo maior celeridade e segurança ao processo.

A partir do dia 15 de maio de 2013, por deliberação da Conaero, os órgãos anuentes responsáveis pelo processo de liberação de cargas começaram a funcionar durante 24 horas nos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Manaus (AM) e Galeão (RJ), que responderam por 76% de toda a carga aérea movimentada no País no ano de 2012.

Coordenou-se com êxito o planejamento das ações do setor de aviação civil para a realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Jornada Mundial da Juventude, realizadas, respectivamente, nos meses de junho e julho de 2013, eventos que trouxeram ao setor aeroportuário grande movimentação de aeronaves e passageiros, nacionais e internacionais, além de exigir tratamento diferenciado para os diversos tipos de clientes de cada evento. Nas duas operações, foram coordenados 32 aeroportos com a alocação de 38.095 slots (horários de voos). Os níveis de atendimento dos serviços prestados aos passageiros obtiveram melhorias no período: a média do tempo de restituição de bagagem foi reduzida em 7,5%, em comparação com o feriado de carnaval de 2013 e houve também melhoria na pontualidade das chegadas. Houve redução de 14,9% para 11,9%, comparando-se junho de 2012 com junho de 2013 nos atrasos na chegada superiores a 30 minutos.

As novas regras sobre o acesso ao transporte aéreo de Passageiros com Necessidade de Assistência Especial foram publicadas para melhorar a qualidade do atendimento prestado às pessoas com deficiência, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por criança de colo, pessoas com mobilidade reduzida ou qualquer pessoa que, por alguma condição específica, tenha limitação na sua autonomia como passageiro.

No mês de fevereiro de 2013, iniciaram-se discussões com a sociedade para a regulamentação de novos procedimentos de utilização de horários e partidas (*slots*) em aeroportos que operam no limite de sua capacidade (coordenados) ou que sejam considerados de grande relevância para a malha aérea no Brasil (aeroportos de interesse). A minuta de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi submetida à audiência pública. O objetivo da nova norma da Anac é incentivar a melhor utilização dos *slots* pelas companhias aéreas, estimulando-se a eficiência e a concorrência e promovendo o acesso de novas companhias aos aeroportos com infraestrutura saturada. A partir das contribuições recolhidas durante a audiência, estão sendo promovidos estudos e visitas técnicas para aprimoramento da norma a ser publicada.

No mês de abril de 2013, foi realizada audiência pública sobre proposta de norma a respeito das condições gerais de transportes aplicáveis ao transporte aéreo doméstico e internacional de bagagem. As sugestões estão em análise na Anac.

Foram negociados Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA) que buscaram ampliar a conectividade do Brasil com o exterior, sendo os principais com os seguintes países: Aruba, Iêmen, Filipinas, Turquia, Luxemburgo e Cabo Verde. Além desses, foi firmado um ASA com a Comunidade Econômica e de Desenvolvimento da África Ocidental (Cedeao). A negociação dos acordos visa expandir a oferta de serviços aéreos aos cidadãos brasileiros por meio do incremento de capacidade e frequências, ampliação dos quadros de rota e a conquista de novos direitos de tráfego.





No plano internacional, destaca-se também a participação da delegação brasileira na Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), agência especializada da ONU. Quatorze documentos de trabalho (*Working Papers* e *Information Papers*) foram preparados pelo Brasil. A ampla participação do País nos debates no âmbito da Oaci corrobora o desenvolvimento regulatório do setor, em harmonia com os preceitos definidos internacionalmente. Registre-se que o Brasil obteve o maior número de votos para composição do Grupo I do Conselho, órgão diretivo da Oaci.

Ainda na esfera internacional, importante registrar que o Brasil apresentou à Oaci seu Plano de Ação para a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor.

### **b) Segurança, Fiscalização e Capacitação**

Em outubro, foi publicada a agenda regulatória da Anac, para o ano de 2014, com o objetivo de direcionar o desenvolvimento e a atualização das normas do setor de forma transparente e com participação da sociedade. A agenda contém ao todo 28 temas prioritários para 2014. Com a contribuição de representantes da sociedade, estabeleceram-se diretrizes para as atividades normativas da Agência, com vistas a garantir a melhoria contínua dos processos organizacionais e do planejamento interno.

Em 2013, houve participação em importantes eventos, como a Reunião da Cúpula Panamericana de Segurança Operacional, cujo objetivo foi compartilhar estratégias para abordar áreas de risco para a segurança operacional na aviação, o Seminário Latino Americano de Suprimentos e Serviços para a Aviação, e o Seminário sobre qualidade de serviços aeroportuários, em parceria com o Governo dos Estados Unidos.

Visando à formação e capacitação de recursos humanos especializados para a atuação em aeroportos regionais, firmaram-se parcerias para ofertar cursos de capacitação de gestores de aeroportos regionais e de formação de bombeiros de aeródromos. Ao término de 2013, a expectativa é ter concluída a formação de mais de 740 profissionais. Em 2014, espera-se capacitar mais de 1,2 mil profissionais de aeroportos regionais, em diversas especialidades como gestão aeroportuária, operações aéreas, manutenção aeroportuária, segurança operacional e resposta às emergências aeroportuárias.

Na esteira de inovadoras melhorias operacionais que visam aumentar a eficiência e garantir elevados níveis de segurança operacional da atividade da navegação aérea, iniciou-se a ação que tem por objetivo apoiar e fomentar Grupos de Pesquisa de Instituições de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) que proponham soluções na área de tráfego aéreo que auxiliem a autoridade aeronáutica na sua responsabilidade pela implantação das referidas melhorias.

As ações de órgãos federais, municipais e concessionárias, foram coordenadas para a implantação, melhoria e operação de equipamentos ILS (*Instrument Landing System*) em diversos aeroportos. Espera-se que até o fim do primeiro semestre de 2014, tenham início as operações dos novos equipamentos de ILS nos aeroportos de Guarulhos (SP) – categoria III –, Porto Alegre (RS) – categoria II –, Joinville (SC), Uberlândia (MG) e Vitória (ES) – categoria I –.

### **c) Outorgas a Aeródromos Civis Públicos**

Com a publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, que regulamentou o modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização, foram recebidos oito requerimentos formais, dos quais três já resultaram na publicação de Plano de Outorga Específico pela Secretaria de Aviação Civil (SAC/PR), sendo que os demais casos encontram-se em andamento.





Além disso, foi aprovado, por meio da Portaria da SAC/PR nº 110, de 08 de julho de 2013, o Plano Geral de Outorgas (PGO) para a exploração de aeródromos civis públicos, importante documento da política pública setorial que estabelece as diretrizes e os modelos de exploração de aeródromos civis públicos em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil (Pnac).

Em relação ao processo de delegação da exploração de aeródromos civis públicos aos demais entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios), foram assinados, em 2013, cento e cinquenta e oito termos de convênio, incluindo os processos de modernização das delegações existentes, a regularização de aeródromos civis públicos explorados sem instrumento de delegação e a celebração de convênios de novos aeródromos em processo de homologação.

#### d) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária

Teve continuidade o processo de concessão para exploração da infraestrutura aeroportuária, iniciado em 2012, com a realização do leilão para a concessão do Aeroporto de Guarulhos e do Aeroporto de Campinas, ambos no Estado de São Paulo, e do Aeroporto de Brasília, no Distrito Federal. O trabalho de acompanhamento periódico das obras e demais obrigações contratuais relativos a essas concessões aponta que os cronogramas têm sido cumpridos conforme o esperado. Desde o segundo semestre de 2012 e durante todo o ano de 2013, foram executadas as obras exigidas nos respectivos contratos de concessão: melhorias de pista, construção de pátio de aeronaves, *taxiways*, ampliação de áreas de segurança operacional, construção de novos terminais de passageiros e reforma/expansão das infraestruturas existentes, e novos estacionamentos para veículos, entre outros. Ademais, os investimentos anunciados até 2014 pelos três consórcios vencedores, com vistas ao atendimento da crescente demanda por transporte aéreo, bem como a realização da Copa do Mundo, superaram as exigências do edital.

Após o sucesso da primeira rodada de concessões, realizou-se em 22 de novembro de 2013, o leilão de concessão do Aeroporto do Galeão (RJ) e do Aeroporto de Confins (MG). O valor adjudicado para o aeroporto do Galeão foi de R\$ 19,02 bilhões e o valor para Confins foi de R\$ 1,82 bilhão, o que representa um valor 3,52 vezes maior que o valor mínimo de R\$ 5,9 bilhões definido pelo Governo para as duas concessões.

Assim como na primeira rodada, as concessões foram feitas por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais a Infraero possui participação de 49% e que terão como principais responsabilidades a ampliação da infraestrutura e a gestão dos aeroportos.

O modelo trouxe alguns aprimoramentos com relação às concessões anteriores. Nessa nova rodada, foi exigido que o operador aeroportuário tivesse experiência em pelo menos um aeroporto com movimentação mínima de 22 milhões de passageiros em um único ano, nos últimos cinco anos, para o Galeão, e 12 milhões de passageiros em um único ano, nos últimos cinco anos, para Confins. Além disso, o operador deveria deter pelo menos 25% de participação societária no consórcio vencedor. Os prazos de concessão serão de 25 anos para o Galeão e de 30 anos para Confins.

Previsões iniciais indicam investimentos da ordem de R\$ 9,15 bilhões nesses dois aeroportos, sendo R\$ 5,65 bilhões no Galeão e R\$ 3,5 bilhões em Confins. Esses investimentos incluirão a ampliação dos terminais de passageiros com construção de novas infraestruturas e expansão das existentes, melhorias e construção de novas pistas de pousos e decolagens, novos estacionamentos e pátios para aeronaves.

Concedida à iniciativa privada em 2011, a construção do novo Aeroporto Internacional do Rio Grande do Norte/São Gonçalo do Amarante – Governador Aluizio Alves atenderá a região da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. A previsão é que o aeroporto esteja operando em abril de 2014. No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa), destinado à





construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com Estados da Federação, no exercício de 2013, foram aprovados os projetos dos convênios de Linhares/ES, Cabo Frio/RJ, Cascavel/PR, e Santo Ângelo/RS, sendo que esse último teve autorização para início da obra.

O Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos, anunciado em 20 de dezembro de 2012, contempla, dentre outras vertentes, investimentos em construção, reforma, ampliação, modernização de 270 localidades/aeroportos regionais.

Nesse contexto, foi publicada, em 20 de junho de 2013, a Lei nº 12.833 (conversão da Medida Provisória nº 600, de 20 de setembro de 2012) que, entre outras providências, alterou a Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, no que se refere à gestão e administração dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), e o Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013, que estabelece que o Banco do Brasil S.A. poderá, em nome da União, adquirir bens e contratar obras e serviços de engenharia e técnicos especializados, voltados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos. Em junho de 2013, foram publicados, respectivamente, a Portaria Interministerial SAC/PR-MF nº 360, de 19 de junho de 2013, que define a remuneração do Banco do Brasil S.A. pela prestação dos serviços, e foram estabelecidas em contrato as obrigações, regras, diretrizes e procedimentos para a gestão e administração de recursos do FNAC.

O estudo de projeção de demanda para cada um dos aeroportos/localidades constantes no Programa foi concluído em julho de 2013. A previsão de início das contratações das obras e aquisição de equipamentos é maio de 2014. Para 2014, também está prevista a entrega de 86 Caminhões Contra Incêndio de Aeródromo (CCI), a partir do 1º trimestre, com vistas a aumentar o nível de proteção contra incêndio dos aeródromos constantes no Programa.

Saliente-se, ainda, a importância das obras e investimentos realizados nos aeroportos operados pela Infraero, durante o ano de 2013, com destaque para os aeroportos localizados em: Salvador/BA, Macapá/AP, Curitiba/MT, Vitória/ES, Carajás/PA, Ilhéus/BA, Uberlândia/MG, Belo Horizonte/Pampulha/MG, Petrolina/PE, Santarém/PA, Palmas/TO, Marabá/PA, Macaé/RJ, Joinville/SC, Foz do Iguaçu/PR, Porto Velho/RO, Rio de Janeiro/Galeão e Florianópolis/SC.

Em relação à logística de carga, foram movimentadas pelos terminais de carga (Rede Teca) da Infraero 353,1 mil toneladas de carga, possibilitando uma arrecadação de R\$ 268 milhões até o mês de setembro de 2013.

Entre as principais obras concluídas em 2013 na Rede Infraero, destacam-se i) as obras de ampliação do pátio de aeronaves dos aeroportos de Salvador (BA), Macapá (AP) e Carajás (PA); ii) reforma e ampliação do terminal de cargas do aeroporto de Curitiba (PR); iii) reforma e adequação do sistema de balizamento da cabeceira da pista do aeroporto de Uberlândia/(MG), iv) recuperação do pavimento do pátio norte e sinalização, bem como a construção da nova torre de controle, incluindo o acesso viário, do aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte/MG; v) intervenções realizadas nos terminais de passageiros dos aeroportos de Petrolina/PE, Santarém/PA e Marabá/PA; e vi) obras de manutenção operacional efetivadas nos aeroportos de Palmas/TO, Macaé/RJ, Altamira/PA e Campina Grande/PB. Até o final de 2013, estima-se que tenham sido concluídas as intervenções relacionadas ao terminal de passageiros, pátio e pistas dos aeroportos de Foz do Iguaçu/PR, Galeão (RJ), Vitória/ES, Porto Velho/RO, Petrolina/PE, Porto Alegre/RS, Campo Grande/MS e de Navegantes/SC.

Por fim ressalta-se a retomada, em 2013, das obras de construção do terminal de passageiros do Aeroporto de Goiânia (GO); o início das obras para ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS); e os projetos básico e executivo para ampliação da pista de pouso e decolagem, implantação da pista de táxi e área de teste de motores e restauração da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio de aeronaves para o Aeroporto de Aracaju (SE).





## 5. Comunicações

O Governo tem trabalhado para ampliar as políticas públicas de comunicação, meio fundamental para o desenvolvimento econômico com inclusão social, assim como para o exercício pleno da cidadania e da democracia.

Fazendo frente às recentes denúncias de espionagem, o Decreto nº 8.135, de 04 de novembro de 2013, prevê a obrigatoriedade da adoção de serviços de correio eletrônico e suas funcionalidades complementares oferecidos por órgãos e entidades da administração pública federal e a dispensa de licitação para contratação de redes de telecomunicações de propriedade do Governo. Com isso, os *e-mails* trocados dentro da rede de Governo estarão protegidos de violações externas, desde que não caiam em redes abertas de comunicação eletrônica, garantindo ao Estado brasileiro a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações na troca de comunicações eletrônicas.

No âmbito internacional, o Brasil tem assumido a liderança nas discussões sobre um novo modelo mundial de governança da Internet, com vistas a democratizar a gestão da rede e garantir a privacidade dos usuários. Nesse sentido, o País sediará conferência internacional para debater o novo modelo de governança global da Internet, em abril de 2014, na cidade de São Paulo/SP, em parceria com a *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN)*, entidade estadunidense que atualmente administra a Internet. A ideia do encontro surgiu a partir do discurso proferido pela Presidenta da República na abertura da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova York, sobre o tema.

### a) Radiodifusão

#### a.1) Televisão Digital

O ano de 2013 foi extremamente significativo para a consolidação do processo de implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), especialmente em razão das alterações regulatórias e da aceleração de digitalização das geradoras e das retransmissoras dos sinais de televisão aberta.

Nesse sentido, diversas ações foram realizadas a fim de proporcionar os benefícios do SBTVD à população usuária dos serviços de TV Digital, garantindo, ao mesmo tempo, que todos continuem recebendo o sinal de televisão mesmo após o processo de desligamento da transmissão analógica, que terá início em janeiro de 2015.

No que se refere às questões regulatórias, com a publicação do Decreto nº 8.061, de 29 de julho 2013, o processo do desligamento do sinal analógico de TV, anteriormente fixado para 30 de junho de 2016, passou a ser escalonado a partir de 1º de janeiro de 2015, com encerramento em 31 de dezembro de 2018, mediante cronograma.

Em linha com esse cronograma está sendo elaborado o Plano de Comunicação com o objetivo de informar a população sobre o processo de desligamento do sinal analógico de TV, e o Projeto de *Call Center/Help Desk* com capacidade de atender e informar todos os envolvidos. Será ainda realizado estudo da política de subsídios destinada às famílias que não disponham das condições para adquirirem o aparelho adequado à recepção do sinal de TV digital. Até dezembro de 2013, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) promoveu o replanejamento de 6.503 canais de televisão, objetivando a melhoria do espectro para a transição do sistema analógico para o digital.

Foram conduzidos, em 2013, testes para verificar a taxa mínima necessária para a transmissão de programação com boa qualidade técnica visual em *Standard Definition (SD)* e *Full High Definition (Full HD)* no sistema de radiodifusão de sons e imagens digital. A partir da definição dessas taxas, os canais públicos e as emissoras educativas que aderirem ao Canal da





Cidadania terão segurança para determinar a configuração mais adequada às características das suas programações, bem como às características das localidades em que prestam serviço. O trabalho foi baseado em recomendações da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e apresenta resultados obtidos a partir de avaliações subjetivas, com a participação de um grupo de pessoas classificando a qualidade das imagens dos vídeos em diferentes taxas, e de análises objetivas, realizadas por meio de *software* que simula a percepção da imagem pelo ser humano.

Atualmente, 90% das emissoras e mais de 54% das retransmissoras analógicas, em caráter primário, já foram consignadas a operar com tecnologia digital. Tão logo concluído o trabalho de replanejamento de canais de televisão pela Anatel, serão consignadas cerca de 7 mil retransmissoras que precisam de um canal digital para operar.

É importante registrar que todas as TVs, a partir de 32", e 10% dos celulares fabricados no Brasil já contemplam a tecnologia do *middleware* de interatividade Ginga.

No âmbito internacional, em 2013, deu-se seguimento à cooperação técnica em matéria de TV Digital aos países latino-americanos e africanos que adotaram o padrão Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital Terrestre (ISDB-T) e em agosto de 2013, um representante do Governo brasileiro assumiu a Secretaria Geral do Fórum ISDB-T Internacional.

Durante o ano de 2013, foram realizadas, ainda, audiências públicas sobre TV Digital com enfoque especialmente na transição e na destinação da faixa de 700 Megahertz (MHz) e, em 2014, a publicação do cronograma de transição da TV Digital e a licitação da faixa de 700 MHz enviairão do Governo mais debates com a sociedade.

### **a.2) Rádio Digital**

Os estudos técnicos visando à digitalização dos serviços de radiodifusão sonora tiveram avanços no ano de 2013, com estabelecimento de duas linhas de trabalho visando ao estudo dos diversos tipos de área de cobertura, e à ocupação do espectro de radiofrequência, tendo em vista o congestionamento do espectro nos grandes centros urbanos.

Os trabalhos realizados no âmbito do conselho consultivo do rádio digital indicaram a necessidade de execução de novos testes, já que a cobertura do sinal, na maior parte dos testes iniciais, ficou aquém da esperada, inclusive, da cobertura do sinal analógico. Melhores resultados poderão ser obtidos com mudanças na configuração dos dois sistemas testados, DRM (europeu) e HD Radio (americano).

### **a.3) Migração das Emissoras de Rádio que Operam na Faixa Amplitude Modulada para a Faixa Frequência Modulada**

O Decreto nº 8.139, de 08 de novembro de 2013, que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora OM, atende a uma antiga solicitação dos radiodifusores, qual seja, a migração das emissoras de rádio que operam na faixa AM para a faixa FM.

A migração das outorgas de serviço em OM na faixa AM para o serviço na faixa FM permitirá a sobrevivência de várias entidades, uma vez que o comprometimento do acesso da população à programação gerada, seja pela qualidade do sinal, seja pela opção dos fabricantes na produção de receptores somente para a faixa FM, tem resultado em perda de audiência, inviabilizando a sustentabilidade desses veículos, com possível impacto na pluralidade dos meios de comunicação.





Com essa mudança, espera-se que as 1.772 emissoras que operam na faixa AM em todo o Brasil recuperem a sua audiência. Para isso, as emissoras terão prazo máximo de um ano para requerer a mudança da frequência de AM para FM, cabendo ao poder concedente avaliar, caso a caso, a demanda de acordo com o plano básico de distribuição dos canais. Se deferido o requerimento, será emitida autorização para que as emissoras possam continuar operando simultaneamente nas duas faixas, por um período de até cinco anos, prazo final para a migração definitiva.

#### **a.4) Rádio, Televisão e Retransmissora de Televisão**

No exercício de 2013, foram celebrados contratos de outorgas com 45 emissoras de rádio e com uma de TV. Ainda foram autorizadas 38 retransmissoras de televisão (RTV), contribuindo para que mais de 97% da população do País recebam o sinal de televisão em sua residência.

A atualização e modernização das normas de radiodifusão trouxeram ganhos, destacando-se a simplificação de procedimentos e estabelecimento de regras para as emissoras iniciarem a operação dos serviços de radiodifusão e seus ancilares em caráter provisório, estabelecendo tratamento isonômico entre as emissoras e permitindo que a população tenha acesso mais tempestivo aos serviços que a emissora almeja lhe prestar.

Com a edição da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, a União promoveu a desoneração da folha de pagamento de diversos setores da economia, dentre eles, das empresas de radiodifusão e jornalísticas. E com a Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, que alterou o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), foi dispensada a necessidade da prévia anuência do poder concedente para a modificação do quadro diretivo das entidades detentoras de outorgas de serviços de radiodifusão, promovendo maior celeridade ao processo.

Em 2014 será dado prosseguimento aos trabalhos para o desenvolvimento de metodologia para a realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das outorgas com vistas ao estabelecimento de proposta de cálculo do preço mínimo da outorga, tornando-o mais compatível com a realidade do mercado.

Em 2014, está previsto o lançamento do Plano Nacional de Outorga para RTV e para radiodifusão comercial, este último condicionado à aprovação da metodologia mencionada. Serão realizadas ainda novas rodadas para outorga de RTVs secundárias no País com o objetivo de possibilitar maior oferta dos sinais de televisão no interior do País mediante procedimento específico para esse tipo de outorga.

No que tange à radiodifusão pública, em 2013, foram consignados mais 12 canais públicos, sendo 67% deles para localidades do Norte e Nordeste. São serviços de radiodifusão sonora em FM, de retransmissão de sons e imagens e de radiodifusão de sons e imagens digitais.

Em relação à Radiodifusão Educativa, houve prosseguimento na análise dos processos relativos aos avisos de habilitação publicados nos anos de 2011 e 2012. Em 2013, 7,96% dos Municípios detinham pelo menos uma emissora de Radiodifusão Educativa. Para 2014, a meta é avançar no sentido de se atingir o índice de pelo menos 20% dos Municípios até 2015.

#### **a.5) Radiodifusão Comunitária**

No ano de 2013, catorze avisos de habilitação foram publicados, contemplando 740 Municípios, incluindo um aviso de habilitação que abrangeu Municípios localizados em áreas de assentamento e de influência da BR-163. Este aviso integra umas das ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), uma vez que cada emissora local poderá





promover o convívio social, prestar serviços de utilidade pública e contribuir para democratização dos meios de comunicação especialmente por serem as rádios comunitárias importantes instrumentos de cidadania.

Até dezembro de 2013, foram outorgadas 107 novas autorizações para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Em 2013 foi lançado o Plano Nacional de Outorga (PNO 2014), que contemplará, nos avisos de habilitação ao longo do ano, Municípios onde ainda exista demanda por novas outorgas para estes Serviços.

#### **a.6) Canal da Cidadania**

Com a publicação da Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, em 18 de dezembro de 2012, estabeleceu-se o prazo para que os Estados, Municípios e o Distrito Federal, ou fundações e autarquias a eles vinculadas, solicitem autorizações para explorar o Canal da Cidadania. Os Municípios ou fundações e autarquias a eles vinculadas terão prioridade até 18 de junho de 2014 e, após esse prazo, os Estados e o Distrito Federal ou fundações e autarquias a eles vinculadas poderão solicitar a autorização.

Visando acelerar a implantação do Canal da Cidadania nos Municípios, foi publicada a Portaria/MC nº 57, de 13 de março de 2013. A partir dessa alteração, as emissoras educativas que já possuem outorgas para transmitir o sinal de TV Digital, desde que vinculadas a governos estaduais e municipais, podem solicitar autorização para utilizar o recurso da multiprogramação, funcionando nos moldes do Canal da Cidadania. Assim, nas capitais do País e em outras localidades marcadas pelo congestionamento do espectro de frequências, seria possível dispor, no curto prazo, da programação institucional de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos conteúdos produzidos pela comunidade, ampliando o pluralismo na TV Digital brasileira.

Até dezembro de 2013, cento e cinquenta e dois Municípios tinham demonstrado interesse em executar o serviço, encontrando-se os processos em análise técnica e jurídica. Após a conclusão dos processos de outorga solicitados pelos Municípios, pelo Distrito Federal, pelos Estados ou pelas fundações e autarquias a eles vinculadas, serão abertos avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias, que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

#### **a.7) Loudness**

Foi realizada consulta pública sobre proposta de norma relativa a variação de volume entre a programação de rádio e TV e os intervalos comerciais veiculados durante a exibição da programação das TVs abertas, chamado mundialmente de *loudness*.

Ao longo de 2012 e 2013, foram realizados testes na TV Brasil (sinais analógico e digital) e Rádio Nacional FM, emissoras pertencentes à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Os resultados obtidos demonstraram que essas emissoras, mesmo sem fazer um controle rigoroso do áudio, atendiam ao disposto na Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012, que regulamentou a padronização do volume de áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Depois da realização desses testes, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, promoveu duas alterações na legislação que trata de *loudness*. A primeira é que as regras sobre elevação injustificada do áudio passaram a se aplicar apenas aos serviços de radiodifusão transmitidos por tecnologia digital (e não mais a todos os serviços de radiodifusão) e a segunda que as sanções cabíveis passaram a observar o princípio de gradação válido para outras infrações cometidas pelas emissoras de radiodifusão.





#### a.8) *Very High Frequency* – VHF Alto

Com a publicação da Portaria MC nº 14, de 06 de fevereiro de 2013, indicando uma possível destinação futura da faixa de 698 MHz a 806 MHz para sistemas de telecomunicações móveis, foram iniciados estudos para verificar as condições necessárias para utilizar a faixa de *Very High Frequency* (VHF) alto na radiodifusão de sons e imagens digitais, atualmente em funcionamento apenas na faixa de *Ultra High Frequency* (UHF).

A utilização dessa faixa permitirá a disponibilização de sete canais para acomodar aqueles que eventualmente sejam afetados pelo replanejamento do espectro nas localidades com congestionamento na faixa destinada ao serviço de televisão ou para expandir o próprio serviço no futuro, inclusive para a implantação dos canais públicos previstos no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

#### a.9) Fiscalização dos Serviços de Radiodifusão

As ações de fiscalização dos serviços de radiodifusão, buscando garantir a prestação de serviços em conformidade com as normas legais e regulamentares, atingiram, em 2013, o índice de 56% de fiscalização das emissoras de rádio e TV.

O Plano Anual de Fiscalização (PAF) para o ano de 2014, lançado em julho de 2013, consolida a estratégia de fiscalizar todas as estações de radiodifusão brasileiras até o final de 2015. A Portaria MC nº 1.613, de 09 de agosto de 2012, criou os sorteios para o acompanhamento da radiodifusão (SAR), tendo sido realizados até dezembro de 2013, dez sorteios para definir os Municípios para fiscalização de todas as entidades executantes dos serviços de radiodifusão, licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório. Também foram fiscalizadas todas as emissoras localizadas em todas as capitais brasileiras.

Também foram regulamentados, em 2013, os procedimentos relativos à aplicação de sanções administrativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, no que se refere a infrações relativas ao conteúdo da programação veiculada e aos aspectos legais, contratuais e societários, aumentando, assim, a transparência quanto aos processos adotados pelo MC.

Como resultado do fortalecimento da ação fiscalizatória, até dezembro de 2013, foram publicadas 1.205 portarias de sanções administrativas, o que corresponde a um acréscimo de 61% em relação ao ano de 2012. As sanções de multa aplicadas totalizam mais de R\$ 4,1 milhões (o que equivale a um aumento em torno de 217% das multas aplicadas em 2012). Além das sanções de multa, foram aplicadas 44 advertências; vinte e sete suspensões; uma cassação e uma revogação de portaria de autorização. Esses totais não incluem a aplicação de sanções referentes a infrações de aspectos técnicos, que são de competência da Anatel.

#### b) Infraestrutura de Telecomunicações

Um conjunto de ações voltadas para a expansão e desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações vem sendo realizado. No último trimestre de 2011, as empresas concessionárias do serviço de telefonia fixa na modalidade local – Oi/Brasil Telecom, Vivo/Telefônica, CTBC/Algar e Sercomtel – mediante Termos de Compromisso – iniciaram a oferta de serviço de acesso à Internet de pelo menos 1 Mbps (megabits por segundo) por até R\$ 35,00. A meta atual é de ampliar a disponibilidade destes serviços nas localidades-sede de todos os Municípios até o fim de 2014, incluindo as cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA 2014, cujo prazo é até 30 de junho de 2014. No final do segundo trimestre de 2013, essa oferta estava disponível em 3.214 Municípios, em 25 Estados e no Distrito Federal, contabilizando 2,343 milhões de clientes, o que representa mais de 10% do total de acessos de Internet banda larga fixa no Brasil.





Além da oferta de varejo, os Termos de Compromisso permitiram a ampliação da oferta de banda larga também no atacado, alcançando 4.130 Municípios e beneficiando pequenos e médios provedores e prefeituras.

Ao longo de 2013, houve significativo avanço no processo de implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que integrará a rede da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) com a contratação da Visiona Tecnologia Espacial, *joint-venture* entre Embraer e Telebras, em novembro de 2013, para desenvolver as atividades de integração do sistema satelital e para realizar as atividades de absorção da tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico nacional nessa área.

Estima-se que tal satélite, cujo lançamento está previsto para 2016, servirá para atender a dois mil Municípios em complemento à rede terrestre da Telebras, em especial na região Norte do País. Além de oferecer serviços de acesso à Internet em banda larga e de prover a comunicação entre os órgãos e entidades da administração pública federal (APF), o satélite garantirá a soberania do País em suas comunicações satelitais militares.

Atualmente, os satélites que prestam serviço no Brasil ou são controlados por estações que estão fora do País ou possuem o controle de atitude em mãos de empresas de capital estrangeiro, com riscos de interrupções dos serviços em uma situação de conflito internacional ou decorrente de outros interesses geopolíticos ou econômicos.

Nas comunicações estratégicas em banda Ka, todo o controle de segurança será realizado pelas estações *gateways* e a comunicação entre essas estações e os terminais de usuários será controlada por um mecanismo de segurança de identificação de terminais. Todo o controle e os registros de identificação serão controlados pela Telebras.

Além de capacitação e treinamento específico das equipes de operação do SGDC, o projeto inclui também um plano de absorção e transferência de tecnologia a ser conduzido pela Agência Espacial Brasileira (AEB), cuja adesão foi condição obrigatória aos fabricantes interessados em fornecer o satélite para o Sistema SGDC.

Além de garantir segurança às comunicações militares e estratégicas de Governo, o SGDC atenderá às necessidades do Programa Nacional de Banda Larga (PNLB), levando conexão de alta qualidade e a baixo preço aos Municípios mais remotos, aonde não chega a rede de fibra óptica da Telebras. O satélite vai também garantir a segurança das comunicações nas áreas do Pré-sal.

Em 2013, a Telebras, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), sob coordenação do Ministério das Comunicações, deram início ao desenvolvimento do projeto Conectar, em Cachoeira Paulista/SP. Esse projeto inovador conta com a parceria de empresas especializadas nacionais e visa agregar tecnologia espacial de fronteira a um sistema de telecomunicação embarcado em um balão troposférico, permitindo a oferta de banda larga a localidades carentes de infraestrutura de redes do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). O balão é içado a 240 metros de altitude e fornece cobertura *WiFi* em um raio de aproximadamente 70 km. A próxima etapa do Conectar será a realização de uma série de estudos para tentar prolongar o período de suspensão do balão, para que seja superior a uma semana. Em 2014 serão desenvolvidos protótipos industriais para cobertura de regiões carentes do País, incluindo a região amazônica.

No âmbito internacional, em 2013 deu-se continuidade às ações para concluir as conexões terrestres com Argentina, Uruguai e Paraguai, no âmbito do projeto de criação de um anel óptico sul-americano. Ainda durante o ano de 2013, a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) deu continuidade às negociações para construção de novos cabos submarinos e para ampliação





das saídas transoceânicas, sobretudo para os Estados Unidos e para a Europa. As parcerias firmadas com empresas da América Latina, da África e da Europa para viabilizar cabos ópticos submarinos, proporcionam autonomia de comunicação internacional e a redução dos custos de Internet. Tem-se a expectativa de que os projetos sejam alavancados em 2014.

Nos últimos três anos a infraestrutura de rede de fibra óptica da Telebras cresceu de 400 km para 25 mil km, interligando todas as regiões do País. Atualmente a empresa possui 1.265 provedores cadastrados, que manifestaram interesse por 285 gigabits. A rede da Telebras tem um potencial de atendimento de 1.938 Municípios, englobando uma população de 125 milhões de pessoas. A rede é estratégica, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, chegando aos Municípios mais distantes e, com isso, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos e reduzindo preços aos consumidores finais.

A aprovação do Projeto de Lei Geral de Antenas (PL 5013/2013) será um passo importante para harmonizar a legislação nacional referente ao procedimento de licenciamento para a implantação de infraestrutura de telecomunicações, em especial sobre antenas. A necessidade de atendimento da demanda adicional resultante dos grandes eventos de caráter internacional que ocorrerão no Brasil e a perspectiva de disponibilização de novas faixas de radiofrequência reforçam a sua relevância para viabilizar a expansão da infraestrutura no País.

O desenvolvimento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) representou um avanço significativo no acesso à banda larga desde 2010, ano de lançamento do Programa em direção a sua principal meta de alcançar 70% dos domicílios com acesso à Internet até 2015.

Os acessos de banda larga fixa aumentaram 45%, passando de 15,3 milhões em dezembro de 2010 para 22,2 milhões em novembro de 2013. Entre dezembro de 2010 e novembro de 2013, a quantidade de acessos móveis – acessos de voz e dados do Serviço Móvel Pessoal (SMP) – cresceu 33%, passando de 203 milhões para 271 milhões. Considerando-se tanto as tecnologias móveis quanto as fixas, a banda larga passou de 36 milhões para 118,3 milhões acessos, o que representa um crescimento de 230%, num período de três anos, resultado esse acentuado no caso da Internet em banda larga móvel (3G e 4G), em que o número de acessos foi de 21 milhões para 96 milhões, um aumento de 367%; e o número de Municípios com o serviço de banda larga móvel subiu de 824 para 3.161, um crescimento de 284%. Em novembro de 2013, a TV por assinatura estava presente em 17,9 milhões de domicílios brasileiros, um acréscimo de 8,2 milhões de domicílios em relação a dezembro de 2010.

#### Evolução dos Acessos à Internet – Fixa e Móvel – Em milhões de acessos

INTERNET	2009	2010	2011	2012	2013(**)
<b>Acessos banda larga</b>	<b>21,7</b>	<b>35,9</b>	<b>59,3</b>	<b>79,0</b>	<b>118,3</b>
Total de acessos banda larga fixa	13,0	15,3	18,1	19,8	22,2
Total de acessos banda larga móvel	8,7	20,6	41,1	59,2	96,1
Acesso banda larga móvel (3G)	8,7	20,6	41,1	59,2	95,5
Acesso banda larga móvel (4G)	-	-	-	-	0,65
<b>Acessos sistemas máquina a máquina (M2M)(*)</b>	-	-	-	<b>6,75</b>	<b>8,03</b>

Fonte: Anatel.

Notas: (\*) Os terminais de dados M2M não são classificados como banda larga; e

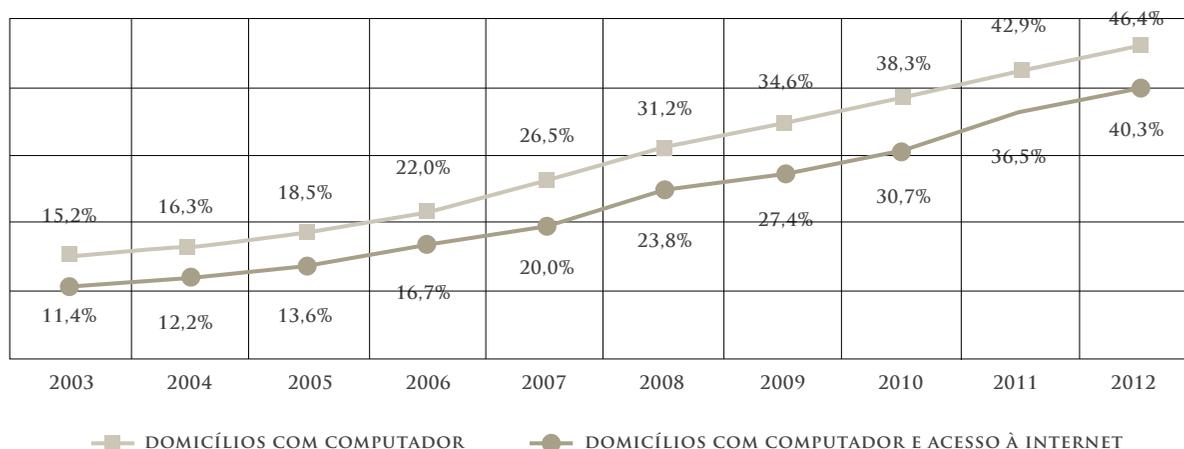
(\*\*) Dados com posição até novembro de 2013.





A evolução do setor também se reflete nos indicadores de penetração domiciliar de equipamentos e serviços de telecomunicações. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2010 e 2012, a proporção de domicílios com microcomputador passou de 38,27% para 46,36%. Além disso, a proporção de domicílios com acesso à Internet passou de 30,7% para 40,29%. Com vistas a possibilitar a captura de dados sobre os acessos por telefone celular, *tablet* e outros equipamentos eletrônicos, houve a adaptação do questionário da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, de forma a permitir a identificação dos equipamentos eletrônicos utilizados para acessar a Internet e diferenciar conexões discadas, de banda larga fixa e de banda larga móvel.

### Penetração dos Serviços de Internet no Brasil - Proporção de domicílios com serviços de Internet ou microcomputador disponível (%)<sup>(\*)</sup>



Fonte: PNAD (2012); IBGE. Elaboração: Ministério das Comunicações.

Nota: (\*) Esse número não reflete a real penetração domiciliar da Internet, uma vez que só considera os acessos realizados por meio microcomputador, ignorando acessos por telefone celular, *tablet* e outros equipamentos eletrônicos.

O espectro para a banda larga móvel 4G foi lançado em março de 2013 e já está presente em 66 cidades. No edital foram incluídas obrigações de cobertura com voz e dados em um raio de 30 km a partir da sede de cada Município do País. Cerca de 80 mil escolas rurais serão atendidas gratuitamente em decorrência do leilão. Até dezembro de 2014, 60% dos Municípios deverão ser atendidos pelas operadoras de acordo com as obrigações de cobertura rural.

Em 2014, o Governo pretende revisar as metas e ações do PNBL, de forma a alinhar o desenvolvimento das políticas às novas demandas da sociedade.

### c) Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento das Telecomunicações

Com o objetivo de promover maior crescimento da infraestrutura de telecomunicações do Brasil, incentivar o aumento do investimento por parte das empresas e aumentar o acesso aos serviços e dispositivos de telecomunicações pela população brasileira, foram empreendidos esforços nas seguintes ações estratégicas com foco na desoneração tributária:





### c.1) Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga

Para acelerar a implantação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga, foi criado o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL-Redes) pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012. A medida estimula a antecipação de investimentos, no decorrer da vigência do regime, por meio da suspensão dos impostos federais IPI, PIS/Pasep e Cofins na aquisição de materiais de construção, equipamentos e componentes de infraestrutura e de redes. De forma semelhante, a contratação dos serviços destinados às obras civis, no âmbito do projeto executado por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes, também será desonerada de PIS/Pasep e Cofins, com concessão incentivos fiscais da ordem de 10% do investimento total para a construção, até 2016, de infraestrutura de telecomunicações.

O regime especial foi regulamentado por meio do Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e da Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013. O prazo para a submissão dos projetos que inicialmente era até 30 de junho de 2013 foi ampliado para 30 de junho de 2014, dando oportunidade para que mais projetos sejam apresentados. Adicionalmente, o REPNBL-Redes visa à internalização da produção industrial por meio do estabelecimento de percentuais mínimos de conteúdo nacional nos projetos apresentados e a massificação do acesso à banda larga e à elevação dos padrões de qualidade das telecomunicações no Brasil.

No primeiro ano de vigência da iniciativa, foram submetidos 623 projetos, representando um investimento da ordem de R\$ 15 bilhões por parte das operadoras de telecomunicações. A expectativa é que até o fim da vigência do regime especial, em 31 de dezembro de 2016, os projetos incentivados pelo REPNBL-Redes representarão um volume de investimento superior a R\$ 30 bilhões.

### c.2) Debêntures para Infraestrutura

No intuito de fomentar investimentos em infraestrutura de banda larga, o Governo Federal estabeleceu um novo mecanismo de incentivo para a captação de recursos privados de longo prazo e, assim, possibilitar que as prestadoras de serviço de banda larga tenham fontes alternativas aos financiamentos oferecidos pelo Governo Federal para os investimentos em infraestrutura.

A medida atinge diretamente a receita líquida dos investidores. Todos os projetos que cumpram os requisitos mínimos para a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura, considerados prioritários para os setores de telecomunicações e radiodifusão, poderão lançar, conforme as regras da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), debêntures que serão tributadas com alíquota zero sobre os rendimentos de pessoas físicas e de 15% sobre as pessoas jurídicas. No ano de 2013, foi aprovado um projeto de implantação de infraestrutura prioritária em telecomunicações no valor de R\$ 1,2 bilhão e está em processo de análise outro projeto com estimativa inicial no valor de R\$ 1,7 bilhão em investimentos.

### c.3) Desoneração de Smartphones

Iniciativa que visa facilitar o acesso, pela população, a equipamentos como os *smartphones* foi propiciada pela inclusão dos referidos aparelhos na “Lei do Bem” pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e regulamentada pelo Decreto nº 7.981, de 08 de abril de 2013. A Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013, especificou as características mínimas que os aparelhos celulares devem apresentar para usufruir dos benefícios fiscais.

A desoneração dos *smartphones* é uma política vinculada à Política Nacional de Inclusão Digital, e sua aplicação tem como principal objetivo tornar esse tipo de equipamento de acesso à banda larga móvel mais acessível para a população brasileira.





Tal política tem estimulado a troca do equipamento celular 2G para 3G, ampliando a quantidade de dispositivos capazes de oferecer acesso à banda larga móvel.

#### **c.4) Desoneração de Terminais de Comunicação Máquina a Máquina**

A ampliação da utilização da máquina a máquina (M2M) adiciona facilidades significativas na gestão de sistemas inteligentes em diferentes áreas, tais como segurança pública, agricultura e o setor energético. A evolução e o surgimento de novas aplicações M2M resultantes da desoneração serão acompanhados por uma câmara de gestão e acompanhamento do desenvolvimento desses sistemas. Esse acompanhamento identificará o surgimento de aplicações específicas para atender setores considerados estratégicos pelo Governo, como saúde, educação, segurança e monitoramento de infraestrutura.

#### **c.5) Desoneração de Serviços Prestados em Área Rural e Locais Remotos**

A Lei nº 12.715, de 2012, concedeu isenções fiscais aos tributos federais sobre telecomunicações associadas à faixa de 450 MHz. Em 2014, pretende-se ampliar essa desoneração para todos os serviços de interesse coletivo – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), desde que prestados na área rural ou em locais remotos, e para todas as faixas de radiofrequência. Assim, será possível fornecer acesso às telecomunicações em locais onde a infraestrutura de telecomunicações atual ainda não alcança.

#### **d) Política Produtiva e Tecnológica**

As ações do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) têm por objetivo ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações e suprir o País de conhecimento, principalmente em áreas estratégicas para as Telecomunicações, como comunicações ópticas, comunicações digitais sem fio, redes de transportes de dados e comunicações estratégicas.

Em 2013 foram realizados investimentos de R\$ 52 milhões com recursos não reembolsáveis em chamadas públicas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD).

Quanto aos recursos reembolsáveis, trabalhou-se no apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação nas empresas brasileiras da cadeia de Telecomunicações, com o incentivo ao seu adensamento e ampliação da competitividade, por meio do Programa Inova Telecom. Para atendimento desta iniciativa foram repassados R\$ 200 milhões à Finep com vistas à contratação dos projetos que serão apresentados em 2014. Cumpre destacar que o Programa Inova Telecom prevê investimentos de R\$ 1,5 bilhão de 2014 a 2018.

Ainda no ano de 2013, foram divulgados resultados de um estudo voltado a avaliar a aplicação de recursos nos projetos financiados de 2001 até 2011, em especial quanto aos seguintes indicadores: i) a taxa de retorno dos investimentos demonstrou que de 2001 a 2011, para cada R\$ 1 investido pelo Fundo, as instituições, em média, retornaram R\$ 4,88 em faturamento na indústria brasileira; e ii) quanto à capacitação de recursos humanos, constatou-se que devido aos investimentos do Funttel, 861 profissionais trabalharam em projetos que abrangem novas tecnologias no Brasil.

Para 2014, está prevista a continuidade e ampliação da ação de capacitação de profissionais que trabalham em projetos que envolvem novas tecnologias no Brasil, bem como a avaliação contínua da aplicação dos recursos do Funttel.





### e) Regulação dos Serviços de Telecomunicações

Durante 2013, avanços importantes na implementação das políticas públicas estabelecidas para o setor de telecomunicações, em especial com relação ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) foram alcançados na regulação dos serviços de telecomunicações, com vistas à universalização e à ampliação do acesso aos serviços. Em abril de 2013, concluiu-se a conexão gratuita de mais de 65 mil escolas públicas urbanas à Internet.

Dentre as ações realizadas em 2013, destacam-se:

- Antecipação do cronograma de atendimento do Acesso Individual Classe Especial (Aice): mais conhecido como telefone popular para todas as famílias incluídas no Cadastro Único do Governo Federal, em continuidade ao cumprimento à política de universalização do acesso à telefonia fixa, visa à progressiva universalização do acesso individualizado do STFC por meio de condições especiais, como a redução no valor da assinatura básica vigente para R\$ 9,50 ao mês;
- Obrigatoriedade de oferta do serviço de telefonia fixa nas áreas rurais por meio de planos de serviços: os usuários vinculados aos acessos rurais terão suas chamadas tarifadas como locais dentro de toda a área de numeração na qual estão localizados. A oferta dos Planos será obrigatória a partir da cobertura da faixa de 450 MHz pelas prestadoras vencedoras do edital da banda larga urbana e rural;
- Instalação e manutenção de Conselho de Usuários: instituída a obrigatoriedade, não apenas para as concessionárias de telefonia fixa, mas também para as prestadoras de telefonia fixa em regime privado, de telefonia móvel, de TV por assinatura e dos serviços de Comunicação Multimídia e Móvel Especializado com mais de um milhão de clientes, computados nacionalmente. Cada empresa deverá ter um conselho de usuários, composto por usuários e representantes de entidades de defesa do consumidor eleitos pela sociedade, em cada região do País, com exceção para as regiões em que houver menos de 50 mil assinantes, onde a implantação é facultativa. As primeiras eleições para implantação dos Conselhos de Usuários serão concluídas até maio de 2014;
- Implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (Snoa): esse sistema é uma espécie de bolsa de valores virtual, na qual são negociados insumos de telecomunicações, como torres, dutos, linhas dedicadas (EILD), interconexões, acesso local e *roaming* – infraestruturas essenciais, principalmente, para agentes que estão chegando ao mercado brasileiro. Todas as negociações de atacado são centralizadas nessa plataforma, o que assegura maior transparência nas relações comerciais de produtos de atacado do setor de telecomunicações;
- Regulamentação sobre a destinação da faixa de 700 MHz: com a decisão, os benefícios do dividendo digital, resultante da transição da TV Analógica para a TV Digital poderão ser auferidos pela sociedade. O regulamento contribuirá para a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações e a promoção das políticas públicas estabelecidas para inclusão digital;
- Novas regras para o Serviço Limitado Privado (SLP): com a finalidade de viabilizar a implementação de políticas públicas de inclusão digital, estimulando, em especial, o Programa Cidades Digitais;
- Revisão das regras do Serviço de Comunicação Multimídia: um dos principais objetivos da revisão, com vistas a dar suporte à oferta de conexão à Internet em banda larga, consistiu em reforçar diversos direitos dos usuários desse serviço, principalmente no que se refere aos aspectos de atendimento;
- Implementação do nono dígito no Serviço Móvel Pessoal (SMP): o nono dígito será implementado em todo o País até o fim de 2016. O acréscimo do dígito nove à esquerda dos números de telefones celulares propiciou o aumento da capacidade de numeração de 37 milhões para 90 milhões de números em cada código nacional; e





- Implementação da liberdade tarifária nas chamadas internacionais: como resultado, as concessionárias poderão oferecer preços melhores nestas chamadas por meio da oferta de planos de serviço mais flexíveis, de acordo com a demanda de mercado.

Ainda em elaboração, destacam-se os seguintes normativos: i) o que trata da obrigatoriedade de produção de telefones celulares que permitam a acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências visuais; ii) o que trata do compromisso de aquisição de produtos de tecnologia nacional, estabelecendo contrapartidas que buscam fortalecer a indústria brasileira; e iii) a revisão dos contratos de concessão do STFC, com o objetivo de atualizar o conjunto de regras que orientam a prestação do serviço no regime público e alinhá-lo com a realidade do setor, tendo como referência futuros cenários de prestação do serviço.

No ano de 2013, foram realizadas 11.937 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos em todas as regiões do País, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado e o controle do espectro. Foram interrompidas 711 estações de telecomunicações que operavam de forma irregular e a Anatel, neste período, instaurou 3.851 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados) e encerrou 4.044 Pados.

## f) Serviços Postais

### f.1) Universalização dos Serviços Postais

A universalização do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços postais busca a expansão dos serviços de atendimento e de distribuição postal de modo a aproximá-lo do cidadão. A infraestrutura nessa área permite a conjugação do atendimento dos serviços postais e financeiros, este último por intermédio do Banco Postal.

No ano de 2013, o atendimento foi expandido para mais 459 distritos que não contavam com serviços postais básicos cuja população perfaz um total de mais de 3,1 milhões de habitantes, conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, superando a meta de 450 distritos estabelecida para o ano.

Por meio da sua rede de atendimento, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está presente em mais de oito mil localidades, ou seja, em 85,78% das localidades brasileiras, considerando o total de distritos-sede e distritos (com população igual ou superior a 500 habitantes). Até dezembro, as agências da ECT totalizaram 11.966 unidades, entre próprias e terceirizadas, por meio das quais foram atendidas as demandas de serviços postais transportando mais de 6,5 bilhões de objetos.

Para 2014, está prevista a expansão a mais 450 distritos. Nesse contexto, a agência comunitária é o modelo mais utilizado para viabilizar a universalização postal, notadamente voltada para localidades rurais. A meta global até 2015 é a prestação de serviço de atendimento postal a 4.261 distritos (com população igual ou superior a 500 habitantes), dos quais 80,09% já foram alcançadas.

### f.2) Atuação no Âmbito Internacional

Neste ano de 2013, de acordo com a Portaria MC nº 276, de 17 de setembro de 2013, foi estabelecida a política postal internacional brasileira e as respectivas diretrizes e procedimentos a serem aplicados no âmbito das organizações intergovernamentais e das relações intragovernamentais, no que se refere a temas postais, objetivando aprimorar as relações junto a países e organizações em que o tema postal seja tratado, permitindo consolidar a presença brasileira no cenário internacional. Além disso, o Governo Federal participou dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da União Postal Universal (UPU) e da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), organismos que regulam as relações intergovernamentais em matéria postal.





### f.3) Serviços de Interesse Coletivo

Dentre os serviços de interesse coletivos apoiados pela ECT, em 2013, cabe ressaltar: i) continuidade do Programa Leve-Leite, que distribuiu mais de 18,5 milhões de quilos de leite em pó, entregues a aproximadamente 815 mil alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Município de São Paulo/SP; ii) operação especial para garantir a distribuição dos cartões de inscrição e das provas do Exame Nacional do Ensino (Enem) 2013, que distribuiu mais de 16,1 milhões de provas para mais de sete milhões de inscritos; iii) operação Programa Medicamento em Casa; iv) operação 2013/2014 do Programa de distribuição de livros didáticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que atende 140 mil escolas nos 5.570 Municípios, com a previsão do envio de 136 milhões de exemplares, beneficiando diretamente 38 milhões de alunos da rede pública de ensino; e v) operacionalização do Programa de Assistência Humanitária em situações de desastres naturais, mantendo os Centros de Distribuição com o serviço de armazenamento e entrega de *kits* assistenciais em todo o território nacional.

### g) Conteúdos Digitais Criativos

Deu-se início, em 2013, à implantação de dois centros de produção e pós-produção de conteúdos digitais criativos nas cidades de Recife/PE e Porto Alegre/RS. No âmbito Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (Ginga Brasil), lançado em dezembro de 2012, foram instalados dez laboratórios de testes de conteúdos interativos para TV Digital (Ginga BR Labs) em emissoras públicas de sete Estados: Bahia; Amazonas; Tocantins; Rio Grande do Sul; São Paulo; Minas Gerais; e Goiás.

Esses laboratórios estarão conectados a um repositório de conteúdos, o Intercambio de Conteúdos Digitais interativos (ICDi), que vai funcionar como uma central de aplicativos, promovendo a divulgação dos programas e facilitando o contato entre emissoras e desenvolvedores, funcionando como um repositório de conteúdos digitais voltado não apenas para o intercâmbio de aplicações por parte de emissoras de TV, mas também para qualquer desenvolvedor ou produtor disponibilizar obras de sua autoria no ambiente digital. Também em 2014, prevê-se o fomento ao desenvolvimento de aplicativos e jogos eletrônicos para dispositivos móveis, por meio de concursos, bem como terá início a implantação de mais um centro de produção e pós-produção de conteúdos digitais criativos em mais um Estado da região Sudeste.

## 6. Saneamento

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, definem as competências de cada ente federado no setor de saneamento. À União compete o estabelecimento de diretrizes gerais para a execução da política pública, enquanto às administrações locais, titulares dos serviços de saneamento, competem a organização, o planejamento e a oferta dos serviços à população, que devem ser prestados de forma integral, com equidade, sustentabilidade e eficiência operacional. Contudo, a Constituição Federal também define como competência comum dos entes da Federação a promoção de programas destinados à melhoria das condições de saneamento básico.

Em consonância ao preceito constitucional, a União tem envidado esforços para apoiar os titulares dos serviços na melhoria das condições de saneamento básico, na realização de obras de infraestrutura e no aperfeiçoamento da capacidade local de planejamento e gestão dos serviços.





As iniciativas da União em saneamento básico, realizadas em conjunto com os entes federados, têm por objetivo promover a universalização do acesso aos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais urbanas, por meio da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios a tais serviços.

Assim, com o objetivo de reduzir o déficit de cobertura dos serviços de saneamento, o Governo Federal tem realizado importantes investimentos em infraestrutura no setor, onde se destacam as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em conjunto com tais investimentos, também têm sido realizadas medidas de melhoria de gestão do setor, por meio de planejamento, regulação, incentivo a atividades de controle social, capacitação de gestores locais e apoio à participação comunitária na formulação da política de saneamento básico.

### a) Medidas de Melhoria de Gestão

As medidas de melhoria de gestão em saneamento básico referem-se a ações de planejamento, capacitação, regulação e outras, para melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos investimentos em infraestrutura. Em 2013, o Governo Federal deu passos importantes na implementação de tais medidas, especialmente quanto ao planejamento do setor em escala nacional.

Os principais instrumentos de planejamento da política de saneamento básico são: o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab); os Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride); e os Planos Municipais de Saneamento Básico.

A formulação do Plansab, iniciada em 2008, foi coordenada pelo Ministério das Cidades (MCidades) e contou com a participação de diversos órgãos e entidades federais e do Conselho das Cidades em todo o processo. A formulação do Plano foi precedida de amplo diagnóstico das condições do saneamento básico no Brasil, o que incluiu a análise do *deficit* no acesso a tais serviços e das dificuldades a serem enfrentadas para o alcance da universalização, além da avaliação político-institucional do setor. Em 2012, a proposta do Plansab foi submetida à consulta pública que contou com expressiva participação da sociedade, da qual resultaram 649 contribuições ao texto do Plano, apresentadas por 108 diferentes autores.

Em 2013, o Plansab foi apreciado e aprovado pelos Conselhos Nacionais da Saúde, de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e pelo Conselho das Cidades, tendo sido instituído pela Portaria Interministerial nº 571, de 06 de dezembro de 2013, definindo as metas para o saneamento em todo o País para os próximos 20 anos, com investimentos estimados em R\$ 508 bilhões. Em 2014, será iniciado o processo de acompanhamento da agenda de implementação desse Plano Nacional.

Em relação aos Planos Regionais das Rides, no exercício de 2013 foi celebrado acordo de cooperação técnica entre o Governo Federal e instituições de pesquisa que serão responsáveis pela elaboração do estudo denominado *Diagnóstico do saneamento básico das Rides*, abrangendo as seguintes Rides: Distrito Federal e Entorno; Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA; e Polo Grande Teresina/PI, as quais abrangem 45 Municípios, pertencentes a seis Estados e o Distrito Federal. Esse Diagnóstico será constituído por três partes: Diagnóstico Analítico (técnico, social, econômico e institucional) da situação do saneamento básico nas Rides; Visão Estratégica, com a identificação das condições a serem enfrentadas e a formulação de prognósticos para a política pública e os serviços públicos de saneamento básico para os próximos 20 anos; e Plano Regional de Saneamento Básico das Rides. Para 2014, é prevista a conclusão da primeira parte do Diagnóstico e o início do módulo *Visão Estratégica*.





Quanto às ações de planejamento municipal, durante o ano foi dada continuidade ao apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, que, nos termos da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, são de formulação obrigatória pelos titulares dos serviços de saneamento. Em 2013, o Governo Federal apoiou a elaboração de 92 Planos referentes a Municípios e a consórcios municipais. Além de tal assistência financeira direta, foram realizadas atividades de capacitação em Planos Municipais, a exemplo dos Seminários Regionais sobre Política e Planos de Saneamento, em 11 edições, em diversas capitais do País. Os seminários contaram com a presença de mais de 950 participantes, entre gestores, técnicos dos poderes municipal, estadual e federal, além de representantes da sociedade civil e prestadores de serviços.

Além das atividades de capacitação acima mencionadas, foram realizados os cursos *Contratos de Programa de Saneamento Básico*, oferecidos aos Municípios, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Tais cursos tiveram por finalidade fornecer elementos práticos e teóricos relativos aos instrumentos contratuais celebrados com os prestadores de serviços de saneamento (contratos de concessão ou de programa). Em 2013, foram realizadas três edições do curso: em Salvador/BA, incluindo participantes dos Municípios dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Sergipe e Bahia; em João Pessoa/PB, com a presença de representantes dos Municípios de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão; e em São Paulo, com a presença de representantes de aproximadamente 30 Municípios paulistas, além da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps), Associação Paulista de Municípios e Tribunal de Contas de São Paulo, dentre outras entidades. As três edições contaram com a presença de aproximadamente 240 participantes.

Também durante o ano de 2013, foi ofertado o curso *Planejamento, Orçamentação, Licitação e Execução de Obras Públicas*, com o objetivo de capacitar os agentes públicos no planejamento e condução de processos licitatórios, com foco na elaboração de orçamentos para licitação de obras de saneamento básico executadas com recursos federais, e nos procedimentos a serem seguidos no planejamento, licitação, contratação e execução de obras públicas. Os cursos foram realizados em Brasília/DF, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Salvador/BA, Belém/PA e Goiânia/GO e contaram com a presença de mais de 450 participantes.

Em 2014, será dada continuidade à realização de ações de capacitação, e mantido o apoio institucional à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento.

Em junho de 2013, foram publicados os *Diagnósticos dos Serviços de Água e Esgotos*, e do *Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos*, ano de referência 2011, com base nos dados coletados por meio do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS). O Sistema contém informações e indicadores atualizados anual e ininterruptamente sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (desde 1995) e de manejo de resíduos sólidos urbanos (desde 2002), a partir de dados fornecidos pelos Municípios ou pelos prestadores de serviços de saneamento. Em 2013, foram coletadas informações acerca de 4.941 Municípios, em relação aos serviços de abastecimento de água, de 2.925 Municípios, para os serviços de esgotamento sanitário e de 2.100 Municípios, no que se refere aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. Em 2013, deu-se início à coleta de dados do SNIS, ano de referência 2012, que terá sua publicação realizada no primeiro semestre de 2014.

Em 2013, foi iniciado o Projeto de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) na Área de Saneamento Básico – Projeto Interáguas/Saneamento, no âmbito do Acordo de Empréstimo 8074-BR-Bird, firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O Interáguas tem por objetivo oferecer assistência técnica ao Governo brasileiro, com foco em ações de apoio ao planejamento, à melhoria da gestão, ao fortalecimento institucional e à elaboração de estudos e projetos. A finalidade é a de aperfeiçoar a articulação e coordenação das entidades e órgãos





brasileiros que atuam com recursos hídricos. O Interágua se estrutura em cinco componentes: Gestão de Recursos Hídricos; Água, Irrigação e Defesa Civil; Saneamento Básico; Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado; e Gerenciamento, Monitoria e Avaliação. No âmbito do Ministério das Cidades, espera-se dar início à implementação do Projeto Interágua/Saneamento em 2014.

## **b) Investimentos em Saneamento Básico**

O Governo Federal tem, ao longo da última década, ampliado os recursos disponíveis para investimento em saneamento básico, por meio do repasse de recursos onerosos e não onerosos. Por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esse processo intensificou-se, com o aumento do número de empreendimentos e projetos apoiados, elevando a média dos recursos destinados ao setor, de R\$ 4,6 bilhões anuais (2000 a 2006) para R\$ 12,1 bilhões anuais (2007 a 2012), valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) para 2012.

### **b.1) Investimentos do PAC 1**

No âmbito do Ministério das Cidades, o PAC 1 Saneamento (período 2007-2010) contratou 100% dos investimentos previstos para apoio aos Municípios localizados em regiões metropolitanas ou com população acima de 50 mil habitantes. Atualmente, esses investimentos são da ordem de R\$ 36,8 bilhões.

Dentre os diversos empreendimentos do PAC 1 concluídos em 2013, podem ser citados como exemplo, os seguintes:

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água em Boa Vista/RR – 2ª etapa: com investimentos da ordem de R\$ 39,2 milhões, foram realizadas a recuperação de duas Estações de Tratamento de Água, a ampliação de adutora de água tratada e construção de reservatórios de distribuição, além da substituição e a implantação de rede de distribuição e ligações domiciliares, beneficiando mais de 28 mil famílias da cidade de Boa Vista;
- Saneamento Integrado e Urbanização de Jardim Catarina em São Gonçalo/RJ: com investimentos da ordem de R\$ 25 milhões, foram executadas obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e pavimentação da Favela Jardim Catarina, em São Gonçalo/RJ, beneficiando mais de duas mil famílias; e
- Ampliação e melhoria das Estações de Tratamento de Esgoto São João e Bonsucesso – Esgotamento sanitário em Guarulhos/SP: com investimentos da ordem de R\$ 87,4 milhões, o empreendimento compreendeu a construção de Estações de Tratamento de Esgoto, beneficiando em torno de 30 mil famílias em Guarulhos.

A execução média dos empreendimentos do PAC 1 situa-se em torno de 64% e já foram concluídas 541 obras, correspondentes a investimentos da ordem de R\$ 7,4 bilhões.





**Total de Investimentos do PAC 1, por modalidade, número de empreendimentos, contratados e em contratação, sob gestão do Ministério das Cidades**

MODALIDADE	Nº DE EMPREENDIMENTOS	INVESTIMENTO PAC 1 (R\$ MILHÕES)*
		CONTRATADO
Abastecimento de Água	451	8.249,95
Desenvolvimento Institucional	37	1.125,40
Esgotamento Sanitário	548	14.597,40
Estudos e Projetos	167	170,49
Manejo de Águas Pluviais	205	5.237,81
Manejo de Resíduos Sólidos	85	179,09
Saneamento Integrado	134	7.260,11
<b>Total geral</b>	<b>1.627</b>	<b>36.820,28</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Base: Banco de Dados de Saneamento do Ministério das Cidades (BDSAN), atualizado em 15 de janeiro de 2014.

Nota: (\*) Valores do PAC 1 estão apresentados em termos de Valor de Investimento (União + contrapartida).

**b.2) Investimentos do PAC 2**

O PAC 2 disponibilizou recursos da ordem de R\$ 45,8 bilhões para o setor de saneamento básico para os anos de 2011 a 2014. Desse total, R\$ 41,8 bilhões sob coordenação do Ministério das Cidades (MCidades), e R\$ 4 bilhões, sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para apoio às intervenções em Municípios de pequeno porte.

Em 2013, foi concluído o terceiro processo seletivo de propostas para intervenções em abastecimento de água e de esgotamento sanitário, iniciado em 2012, que atendeu Municípios com população superior a 250 mil habitantes, capitais ou Municípios localizados nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre/RS, Curitiba/PR, São Paulo/SP, Campinas/SP, Baixada Santista/SP, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Recife/PE, Belém/PA e na Rde/DF e Entorno. Foram selecionadas 232 propostas, com um valor total de R\$ 16,9 bilhões.

Ainda em 2013, foi realizado o quarto processo seletivo de propostas de intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário, que selecionou 310 propostas perfazendo um valor total de repasse da ordem de R\$ 10,5 bilhões.

Assim, conforme apresentado na tabela a seguir, do total de R\$ 44 bilhões já selecionados no PAC 2, foram contratados R\$ 29,8 bilhões (67,8% dos recursos selecionados), com destaque para ações de esgotamento sanitário com 41,6% dos recursos; manejo de água pluviais, com 25,5%; e abastecimento de água, com 23,1%, o que reflete na melhoria das condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos domicílios urbanos.

Cabe ressaltar, também, o aumento de investimentos na gestão de riscos e prevenção de desastres naturais. No ano de 2013, foram selecionadas, em caráter extraordinário, doze propostas de intervenções em manejo de águas pluviais, totalizando R\$ 1,6 bilhão.





Os empreendimentos contratados pelo PAC 2 contam com uma execução média de 6%, que representa desembolsos da ordem de R\$ 2,6 bilhões.

**Total de Investimentos do PAC 2, por modalidade, número de empreendimentos, contratados e em contratação, sob gestão do Ministério das Cidades**

MODALIDADE	Nº DE EMPREENDIMENTOS	INVESTIMENTO PAC 2 (R\$ MILHÕES)**		
		CONTRATADO	EM CONTRATAÇÃO	TOTAL
Abastecimento de Água	361	6.273,15	3.926,16	10.199,32
Desenvolvimento Institucional	9	337,28	-	337,28
Esgotamento Sanitário	426	10.997,14	7.323,88	18.321,03
Estudos e Projetos	440	507,99	137,11	645,11
Manejo de Águas Pluviais	137	9.486,61	1.764,89	11.251,50
Manejo de Resíduos Sólidos	6	636,65	-	636,65
Redução e Controle de Perdas	2	25,72	-	25,72
Saneamento Integrado	54	1.612,69	1.009,84	2.622,53
<b>Total geral</b>	<b>1435</b>	<b>29.877,27</b>	<b>14.161,90</b>	<b>44.039,18</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Base: Banco de Dados de Saneamento do Ministério das Cidades (BDSAN), atualizado em 15 de janeiro de 2014.

Nota: (\*\*) Valores do PAC 2 estão apresentados em termos de Valor de Repasse (União).

Dentre os diversos empreendimentos em execução no âmbito do PAC 2, alguns merecem ser destacados, entre eles:

- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário beneficiando as regiões de Contagem/MG e Belo Horizonte/MG: com repasse da União da ordem de R\$ 82 milhões, o empreendimento envolve intervenções no sistema de coleta de esgotos, além de obras de drenagem e pavimentação, elevando para 95% o percentual de cobertura de coleta de esgotos na região, beneficiando mais de 23 mil famílias;
- Esgotamento Sanitário das Zonas Sul e Norte de Natal/RN: trata-se de três contratos, com repasse total da União da ordem de R\$ 510 milhões, para execução de obras de implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Natal/RN. Em conjunto, os três empreendimentos beneficiarão diretamente mais de 123 mil famílias; e
- Implantação do Sistema de Abastecimento de Água em Macapá/AP: o empreendimento em contratação, com repasse da União previsto da ordem de R\$ 133 milhões, consiste em obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Macapá, com metas de redução de perdas e de universalização do acesso.

Para o exercício de 2014, o Governo Federal concentrará seus esforços na execução dos empreendimentos já contratados, assim como na efetivação da contratação dos empreendimentos selecionados em 2013.

O aumento dos investimentos promovido pelo PAC tem contribuído para a melhoria dos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) aponta que o número de domicílios urbanos com acesso à rede geral de água com canalização interna aumentou de 45,1 milhões de domicílios urbanos em 2008 (92,1% de cobertura) para mais de 50,4 milhões em 2012 (93,3% de cobertura). Isso representa um acréscimo de mais de 5,3 milhões de domicílios





urbanos com acesso à rede geral de água. As regiões Sudeste e Nordeste foram as que apresentaram o maior aumento da quantidade de domicílios com acesso à água entre 2008 e 2012 (mais de 2,1 milhões e 1,3 milhão, respectivamente). Em relação à cobertura do esgotamento sanitário (rede e fossa), 39,9 milhões de domicílios urbanos possuíam acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica em 2008 (81,7% de cobertura), número que passou a ser de 45,9 milhões em 2012 (85% de cobertura). Ou seja, cerca de seis milhões de domicílios urbanos passaram a ter acesso a estes serviços entre 2008 e 2012. A ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, especialmente a implantação de redes e estações de tratamento, impacta diretamente na qualidade das águas superficiais e subterrâneas, trazendo melhoria à saúde pública.

Dos projetos selecionados pelo PAC 2 direcionados aos investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário e apoio a gestão dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário aos Municípios com até 50 mil habitantes, temos: i) contratação de 368 projetos de sistemas de abastecimento de água para pequenas comunidades do total de 923 projetos selecionados; e ii) contratação de 695 projetos de esgotamento sanitário de pequenas comunidades do total de 811 projetos selecionados.

A Funasa tem atuado também na capacitação de equipes técnicas municipais visando à melhoria da gestão dos serviços de saneamento. Foram realizados 60 cursos, os quais capacitaram 1.949 técnicos de 835 Municípios. Para apoiar os Municípios na elaboração de planos municipais de saneamento básico, a Funasa vem estabelecendo parcerias com entidades locais. Foram celebradas parcerias nos Estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí e Santa Catarina, com benefício de 174 Municípios. Para meados de 2014 prevê-se a formalização de parcerias em benefício dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Sergipe.

## 7. Habitação

### a) Política Nacional de Habitação

A Política Nacional de Habitação, o arcabouço institucional do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que integra as três esferas de Governo, e o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) oferecem as diretrizes para os programas e ações implementadas no setor habitacional com o objetivo de promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente ao de baixa renda. Para tanto, o Governo atua sobre dois eixos prioritários: o enfrentamento do passivo urbano por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Habitação – Urbanização de Assentamentos Precários, e o atendimento à demanda por habitação e produção de novas unidades, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Para esses dois eixos estão previstos investimentos da ordem de R\$ 305 bilhões no quadriênio 2011-2014, além de medidas de apoio ao desenvolvimento institucional dos integrantes do SNHIS e cooperação técnica.

Em urbanização de assentamentos precários, os investimentos do PAC (etapas 1 e 2) são da ordem de R\$ 34,5 bilhões, e devem beneficiar mais de 1,8 milhão de famílias. Por sua vez, o PMCMV realizou investimentos que ultrapassam a marca de R\$ 194 bilhões desde o seu lançamento, em março de 2009, com a meta de contratar 3,75 milhões de moradias até 2014. Outra fonte de recursos relevantes para o setor habitacional é o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que até dezembro de 2013 totalizou investimentos da ordem de R\$ 253,8 bilhões.

Um marco importante alcançado no ano de 2013 foi a edição da Portaria MCidades nº 317, de 19 de julho 2013, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados e medidas compensatórias nos casos de deslocamento involuntário de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas provocados por obras e serviços realizados no âmbito dos programas e ações sob gestão do Ministério das Cidades, vinculados às áreas de habitação, saneamento ambiental ou transporte e mobilidade urbana.





## b) PAC Urbanização de Assentamentos Precários

O Governo realiza investimentos em intervenções de urbanização de assentamentos precários visando selecionar propostas com ações necessárias à melhoria das condições de habitabilidade e do espaço urbano por meio da aquisição, construção e melhoria habitacional, execução de infraestrutura e saneamento ambiental, construção de equipamentos comunitários, recuperação das áreas degradadas e implementação de trabalho social e regularização fundiária.

Os programas e ações governamentais integrantes do eixo PAC/Habitação contrataram recursos da ordem de R\$ 18,8 bilhões na primeira etapa do Programa (quadriênio 2007-2010), de acordo com o último balanço. Desse total, os recursos contratados pelo Orçamento Geral da União (OGU), totalizaram R\$ 9,4 bilhões que, somados aos recursos de Financiamento (R\$ 4,4 bilhões) e de Contrapartida (R\$ 5,0 bilhões), superaram em 12% a meta inicial de R\$ 16,9 bilhões.

A produção habitacional necessária para a urbanização dos assentamentos precários está sendo realizada por meio do PMCMV na continuidade do PAC – quadriênio 2011-2014. No lançamento dessa etapa, R\$ 30,5 bilhões foram previstos para investimentos em urbanização de tais assentamentos, sendo R\$ 18,8 bilhões para a produção habitacional pelo PMCMV, R\$ 8,2 bilhões do OGU e R\$ 3,5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Até dezembro de 2013 foram selecionados e contratados R\$ 12,7 bilhões, estando contratados R\$ 11,2 bilhões desse montante.

## c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas

Na segunda etapa do PAC, que compreende o quadriênio 2011-2014, foi prevista a alocação de R\$ 176 bilhões em financiamentos habitacionais com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), tendo sido contratados R\$ 75 bilhões em 2011, R\$ 76,5 bilhões em 2012, e, até dezembro de 2013, R\$ 102,2 bilhões, totalizando para o triênio 2011-2013 o valor de R\$ 253,8 bilhões. Para o mesmo período, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinou R\$ 79 bilhões para a contratação de financiamentos a pessoas físicas e, ainda, R\$ 30 bilhões para a concessão de subsídios a famílias com rendimento mensal limitado a R\$ 3.275,00.

## d) Programa Minha Casa, Minha Vida

Em seu quinto ano de existência, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) contabiliza mais de três milhões de unidades habitacionais contratadas em 5.272 Municípios. Isso significa dizer que, aproximadamente, em 95% dos Municípios há pelo menos uma unidade habitacional financiada pelo Programa. Se considerarmos apenas as famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 – faixa 1 do Programa – são 4.219 Municípios atendidos.

Dos 100 Municípios com piores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), noventa e um já foram atendidos pelo Programa nas modalidades da Faixa 1 e 95% dos Municípios que fazem parte do Programa Territórios da Cidadania têm unidades contratadas pelo PMCMV (1.774 Municípios de 1.852).

Ao todo, são mais de 1,5 milhão de moradias entregues e com investimentos que ultrapassam a marca de R\$ 194 bilhões. Ao final da segunda etapa do Programa, em dezembro de 2014, serão 3,75 milhões de unidades contratadas, o que beneficiará, aproximadamente, quinze milhões de pessoas.

As importantes conquistas sociais promovidas pelo Programa não se restringem às famílias beneficiadas com a moradia. O Minha Casa, Minha Vida tem impacto significativo na economia do País. A cada R\$ 1 milhão investido do Programa





são mantidos ativos 32 postos de trabalhos diretos e indiretos, com geração de renda direta e indireta anual adicional de R\$ 744 mil para esse conjunto de postos, segundo estudo realizado pelo Ministério das Cidades (MCidades) com apoio da Confederação Nacional de Serviços.

A demanda por materiais de construção e serviços alcançou R\$ 9,2 bilhões no primeiro semestre de 2013. Nesse ano as despesas com materiais devem alcançar R\$ 11,2 bilhões. Em 2013, o Programa deve sustentar cerca de 1,3 milhão de postos de trabalhos diretos e indiretos na cadeia de construção. O Produto Interno Bruto (PIB) gerado pelas atividades fomentadas pelo Programa atingiu R\$ 12,2 bilhões no primeiro semestre de 2013. No ano, a renda gerada pelo Programa deve atingir R\$ 29,8 bilhões, o que equivale a 0,6% do PIB brasileiro no ano.

#### Contratação (2009-2013) – PMCMV Unidades Contratadas

ANO DE ASSINATURA	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	TOTAL
	(RF DE ATÉ R\$ 1.600,00)	(RF DE ATÉ R\$ 3.275,00)	(RF DE ATÉ R\$ 5.000,00)	
2009	143.314	98.915	46.384	288.613
2010	333.911	275.345	103.232	712.488
2011	104.321	325.575	77.776	507.672
2012	386.401	316.679	97.600	800.680
2013	559.432	278.375	92.369	930.176
<b>Total Geral</b>	<b>1.527.379</b>	<b>1.294.889</b>	<b>417.361</b>	<b>3.239.629</b>

Fonte: Ministério das Cidades (MCidades), em 31 de dezembro de 2013.

RF: Renda Familiar.

#### Contratação/entrega por faixa de Renda (PMCMV I e II - 2009-2013)

FAIXA	UNIDADES CONTRATADAS	UNIDADES ENTREGUES
Até R\$ 1.600,00	1.527.379	459.648
Até R\$ 3.275,00	1.294.889	919.950
Até R\$ 5.000,00	417.361	129.922
<b>Total Geral</b>	<b>3.239.629</b>	<b>1.509.520</b>

Fonte: Ministério das Cidades (MCidades), em 31 de dezembro de 2013.





### Contratação por região (PMCMV I e II - 2009-2013)

REGIÃO	UNIDADES CONTRATADAS			
	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	TOTAL GERAL
Centro Oeste	140.194	179.073	50.395	369.662
Nordeste	606.141	253.332	73.275	932.748
Norte	187.598	36.749	21.727	246.074
Sudeste	429.538	487.548	215.582	1.132.668
Sul	163.908	338.187	56.382	558.477
<b>Total Geral</b>	<b>1.527.379</b>	<b>1.294.889</b>	<b>417.361</b>	<b>3.239.629</b>

Fonte: Ministério das Cidades (MCidades), em 31 de dezembro de 2013.

Em 2013, foram promovidos os seguintes aperfeiçoamentos no PMCMV:

- A meta de contratação, até dezembro de 2014, do PMCMV II (2011-2014) inicialmente prevista para dois milhões de unidades foi ampliada, em 2012, para 2,4 milhões de unidades e, no ano de 2013, para 2,75 milhões;
- Os agricultores familiares assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foram incluídos entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Realizado processo de habilitação de novas entidades privadas sem fins lucrativos para operarem os programas de habitação de interesse social geridos pelo MCidades;
- Alterações nos normativos do PMCMV – Empresas, programa destinado a famílias com renda até R\$ 1.600,00 mensais, nos quais se destacam: ampliação da área de atuação do Programa promovendo também o atendimento aos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes; previsão de aporte de recursos para edificação dos equipamentos públicos para atender às demandas geradas pelos empreendimentos do Programa; possibilidade de acréscimo de revestimento de piso nas áreas privativas da unidade habitacional e nas áreas de uso comum em edificações multifamiliares em todas as unidades do Programa;
- Desde junho de 2013, por meio do Minha Casa Melhor, todas as famílias que conquistaram sua casa ou apartamento pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e que estão em dia com as prestações do seu imóvel podem utilizar um crédito especial de até R\$ 5 mil para comprar diversos produtos, entre móveis e eletrodomésticos e tecnologias assistivas. As famílias que já residem no imóvel recebido do Programa podem comprar os bens em mais de 13 mil lojas credenciadas pela Caixa Econômica Federal em todo o Brasil, com desconto de 5% sobre o preço à vista. O crédito conta com prazo de 48 meses para pagamento, com juros de 5% a.a.;
- Revisão da linha programática do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinada a pessoas jurídicas do ramo da construção civil, que possibilitou ampliar o prazo de amortização da dívida, de 60 (sessenta) para 96 (noventa e seis) meses, e revogou o percentual máximo de financiamento de 60% (sessenta por cento) do valor de venda ou avaliação, o menor, das unidades habitacionais a serem produzidas, parâmetro que passou a ser estabelecido diretamente pelos agentes financeiros, com base na análise de capacidade de pagamento; e





- Revisão da linha programática do FGTS destinada a pessoas físicas organizadas sob a forma associativa, que passou a contemplar, exclusivamente, entidades privadas ou públicas, sem fins lucrativos, reservando às empresas do ramo da construção civil o papel de gerenciadoras de obras e serviços, quando contratadas para tal.

#### e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

As ações de desenvolvimento institucional e cooperação técnica buscam fortalecer as capacidades administrativas do setor público e dos agentes integrantes do Sistema Nacional Habitação de Interesse Social (SNHIS). Para tanto, são apoiadas a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e a criação de conselhos e fundos de habitação de interesse social pelos Estados e Municípios e fomentados estudos e iniciativas de cooperação técnica.

Até outubro de 2013, 5.435 Municípios já haviam aderido ao SNHIS, dos quais 985 encontram-se regulares, ou seja, cumprem todos os requisitos que os habilitam a receber recursos do FNHIS. Mais de dois mil contratos para apoio à elaboração de PLHIS foram firmados com Municípios nos 26 Estados, totalizando investimento da ordem de R\$ 275,4 milhões oriundos do FNHIS.

Para 2014, serão alocados R\$ 387 milhões no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) com o objetivo de servir de suporte para apoio à Habitação de Interesse Social (HIS), Desenvolvimento Institucional, Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), Planos e Projetos, assistência técnica, monitoramento e avaliação para o fortalecimento da Política Nacional de Habitação (PNH).

Em 2013 foram realizadas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de pesquisas e avaliações na área habitacional de interesse social, destacando-se: i) estabelecida parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para realizar pesquisa de pós-ocupação em empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); ii) promovidos *workshops* e reuniões técnicas para aprimorar a sustentabilidade e a qualidade do PMCMV, contando com especialistas de centros de excelência nacionais e internacionais; iii) apoio ao lançamento de Chamada Pública pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de subvenção econômica em apoio à inovação por empresas do setor da construção civil, abrangendo também inovações de projetos; iv) realização de parcerias para viabilizar o PMCMV + Sustentável, que visa demonstrar os ganhos em eficiência energética, sustentabilidade e qualidade do ambiente construído a partir de soluções de projetos adequadas ao contexto urbano e bioclimático dos empreendimentos; e v) realização de atividades de cooperação no âmbito do Grupo de Trabalho em Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo Ibas – Índia, Brasil e África do Sul.

#### f) Qualidade e Produtividade

As ações orçamentárias de qualidade e produtividade, contempladas no Programa Moradia Digna, representam a interlocução do Governo com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil habitacional, com o objetivo primordial de elevar a qualidade e a produtividade no setor da construção civil.

Em 2013, o Governo inseriu na regulamentação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) destinado a Municípios com população inferior a 50 mil habitantes as mesmas exigências de qualidade e produtividade, implantadas em 2012, no PMCMV, visando dar continuidade ao processo de melhoria da qualidade e produtividade das obras dos programas habitacionais de interesse social.

Para 2014, propõe-se desenvolver novos requisitos para o atendimento à Norma Brasileira (NBR) 15.575 – Norma de Desempenho, exigida a partir de julho de 2013, por meio de decisões pactuadas entre o Governo e o setor da Construção Civil. Prevê-se ainda foco, em 2014, para o estabelecimento de modelo, formalização e fortalecimento de acordos para a integração





das políticas sociais e urbanas em territórios impactados com ações e programas habitacionais, visando alcançar cidades inclusivas e participativas, produtivas com baixo impacto ambiental, seguras e resilientes.

## 8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

No âmbito do Planejamento e Gestão Territorial Urbana, a União manteve seu compromisso de apoio aos entes federados visando à mitigação dos problemas relacionados à urbanização, como a falta de Regularização Fundiária Urbana, existência de áreas urbanas degradadas ou subutilizadas e a existência de barreiras que dificultem a locomoção dentro das cidades.

No Programa Papel Passado, destaca-se, no exercício de 2013, a linha de ação de apoio direto aos entes federados e entidades privadas sem fins lucrativos. Serão contempladas propostas de ações de regularização fundiária em assentamentos urbanos de 71 Municípios, com investimento total de R\$ 29,4 milhões.

No que diz respeito ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa foram disponibilizados: i) curso EAD (Ensino a distância) de Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade para gestores públicos e demais profissionais da área de planejamento urbano, no qual estão inscritos 1.385 participantes, dos quais 142 já concluíram o curso; ii) distribuição para 327 prefeituras do Caderno Técnico sobre *Outorga Onerosa do Direito de Construir*; e iii) processo seletivo de instituições de ensino superior para elaboração e distribuição de Cadernos Técnicos.

Em relação ao planejamento metropolitano, buscou-se a realização de atividades no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais da União Europeia para o debate do Substitutivo do Projeto de Lei nº 3.460 de 2004, que institui diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano e que cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas. Em maio de 2013, foi realizado o segundo *workshop* sobre Política Metropolitana, propiciando uma ampla discussão do Governo sobre o tema.

No que se refere aos Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação Urbana, durante o ano de 2013, continuou-se com as atividades iniciadas no ano anterior, sendo que a partir da parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e com a Caixa Econômica Federal (Caixa) foram realizadas capacitações e publicados materiais didáticos. Foram realizadas duas oficinas regionais sobre Implementação de Ações de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas nas cidades de Belém/PA e Curitiba/PR, com capacitação de 100 pessoas, e também um Seminário Nacional em Brasília/DF, que contou com 300 pessoas.

Iniciado em 2012, o curso EAD de Reabilitação Urbana já capacitou cerca de 1.230 servidores da Caixa Econômica Federal e quase 300 agentes públicos e privados.

Em relação às ações que tratam da acessibilidade, foram contratados cinco projetos no ano de 2013 nas cidades de Teresina/PI (um projeto), Recife/PE (três projetos) e Maceió/AL (um projeto) que estão enquadradas no âmbito do PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades.

No âmbito das ações do Programa Viver sem Limite, foram finalizadas as vistorias decorrentes do Grupo de Trabalho para a verificação das condições de acessibilidade em aeroportos brasileiros situados nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea) será realizado curso de capacitação a fim de que quaisquer obras realizadas com recursos do Ministério das Cidades tenham os aspectos de acessibilidade garantidos. Em agosto de 2013 foi realizado o Seminário Nacional de Acessibilidade, no qual foram capacitadas cerca de 300 pessoas.





Foram apoiados, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), dezessete projetos e 22 programas de extensão universitária com ênfase nas diversas áreas do desenvolvimento urbano. Por meio do Portal Capacidades ([www.capacidades.gov.br](http://www.capacidades.gov.br)), foram capacitados mais de dez mil técnicos e gestores municipais em cursos a distância, e dois mil técnicos em cursos presenciais, em temas relacionados à política urbana, no qual tem destaque a implantação da etapa a distância do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, cujo objetivo é promover melhorias na implementação e apresentação de projetos pelos Municípios.

Em 2014, será dada continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de dez cursos a distância, e do Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), com a implementação de 19 projetos e 16 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Está prevista, igualmente, a continuidade do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos voltado a projetos urbanos nas áreas de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, acessibilidade e regularização fundiária.

### 9. Mobilidade Urbana

Em 2013, foram lançados pelo Governo Federal os macrodesafios do Pacto da Mobilidade contemplando três principais eixos: redução de tarifa para os usuários, maior controle social e mais qualidade nos serviços de transporte público coletivo. No que se refere à melhoria da qualidade dos serviços de transporte público coletivo, a União anunciou a disponibilização de mais R\$ 50 bilhões para desenvolvimento de melhorias na mobilidade urbana das cidades brasileiras. Em 2014 está previsto encerrar o processo de seleção dos empreendimentos vinculados à melhoria da qualidade do transporte público e viabilizar a contratação das operações selecionadas no Pacto da Mobilidade.

Os investimentos federais em infraestruturas de sistemas de transporte público coletivo urbano são realizados com recursos provenientes majoritariamente do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). As obras serão selecionadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a previsão é beneficiar os Municípios mais populosos, principalmente aqueles com mais de 700 mil habitantes, e as oito maiores regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Curitiba.

Referem-se a empreendimentos para implantação ou melhorias de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano mais eficientes, seja sobre pneus – tais como Corredor de Ônibus, BRT (*Bus Rapid Transit*), VLP (Veículo Leve sobre Pneus); sobre trilhos – tais como Metrô, Trem Urbano, Monotrilho, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), APM (*Automated People Mover* – ex. Aeromóvel); e hidroviário e outras tecnologias similares. Desses recursos, já foram anunciados valores superiores a R\$ 21,02 bilhões a serem aplicados no Rio de Janeiro, em São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Paulo, cidades do Grande ABC Paulista, Campinas, Guarulhos, Osasco, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife e Curitiba.

O objetivo dos investimentos é contribuir com a implantação de infraestruturas nos diversos modos de transporte em extensões estimadas a seguir apresentadas:





## Quadro Extensão das Infraestruturas de Transporte

TIPO	MODO	EXTENSÃO
<b>Trilhos</b> 578 km	Metrô	275 km
	VLT	171 km
	Trem urbano	45 km
	Monotrilho	67 km
	Aeromóvel	20 km
<b>Pneus</b> 2.257 km	Corredor de ônibus	1.510 km
	BRT	589 km
	Via urbana	158 km
<b>Fluvial</b> 11 km	Corredor fluvial	11 km

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (Semob)/Ministério das Cidades (MCidades). Dados de 2013.

O aumento na dotação dos recursos para a mobilidade urbana teve início com a indicação do País como sede da Copa do Mundo FIFA 2014. As obras dos empreendimentos selecionados, envolvendo recursos totais de investimento de R\$ 12 bilhões incluindo as contrapartidas, encontram-se em andamento e permanecerão como legado para a população.

O PAC Mobilidade Grandes Cidades tem o objetivo de requalificar e implantar sistemas estruturantes de transporte público coletivo urbano e intermunicipal em cidades com mais de 700 mil habitantes. Em abril de 2012, realizou-se a seleção de projetos com valores de investimento, incluindo as contrapartidas dos demais partícipes, da ordem de R\$ 32,49 bilhões. Em 2013, foram assinados 22 termos de compromisso e nove contratos de financiamento correspondendo, respectivamente, a R\$ 3,52 bilhões e repasse de R\$ 3,43 bilhões de empréstimo, perfazendo R\$ 6,95 bilhões que correspondem a 31% das propostas selecionadas. Também foram contratadas 11 operações para elaboração de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo, perfazendo 91,7% do total previsto em operações dessa natureza, e desenvolvidos procedimentos para contratação das operações que pretendam utilizar Parcerias Público-Privadas (PPP).

Para 2014, no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, planeja-se contratar as operações para execução de infraestrutura dos empreendimentos selecionados que possuem projeto básico finalizado, contratar a maior parte dos empreendimentos sobre trilhos desse Eixo e trabalhar em conjunto com entes federados no processo de contratação dos empreendimentos de forma a obter o início de obras dos empreendimentos com corredores – modo de transporte sobre pneus.

No que se refere ao PAC Mobilidade Médias Cidades, são desenvolvidas ações estruturantes para o sistema de transporte coletivo urbano por meio de qualificação e ampliação de infraestrutura de mobilidade urbana em cidades entre 250 mil e 700 mil habitantes. A partir da seleção realizada em março de 2013, foram eleitas 63 propostas que beneficiam 59 Municípios, com alocação de R\$ 7,2 bilhões em financiamento. O valor total a ser contratado em 2014, considerando as contrapartidas dos proponentes, alcança R\$ 8,05 bilhões. As propostas estão em processo de validação, habilitação e verificação das condições de endividamento dos proponentes para a assinatura dos contratos de financiamento, conforme calendário estabelecido.





Desde 2010, o Governo Federal vem alocando recursos para pavimentação e qualificação de vias urbanas. Em março de 2013, foi publicada seleção da 2ª etapa do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, beneficiando 331 Municípios com a seleção de 488 propostas perfazendo R\$ 8,2 bilhões de recursos proveniente do Fundo e Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em fase de contratação. A 3ª etapa, com seleção publicada em outubro de 2013, elegeu 1.222 propostas que beneficiam 1.088 Municípios. Essas contratações objetivam proporcionar à população local beneficiada ambiente urbano dotado de infraestrutura completa da via e de saneamento, por meio da execução de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Foi instituído Grupo Técnico (GT) composto por representantes de entidades ligadas ao setor de transporte para a elaboração de proposta de Sistema de Informações de Mobilidade Urbana (Simu). O sistema tem como objetivo principal o armazenamento e compartilhamento de informações para auxiliar na elaboração de políticas públicas sobre o tema. Foi estabelecida agenda de reuniões ordinárias do GT, iniciadas em abril e com proposta concluída em dezembro de 2013, contendo os elementos necessários à implantação do Simu. Em 2014 está previsto iniciar o processo efetivo de implantação do sistema, acrescentando estudos de parcerias técnicas com instituições públicas e privadas a fim de se estabelecer o uso das ferramentas mais adequadas na consecução dos objetivos propostos.

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, foram realizados seminários de sensibilização junto aos gestores municipais e sociedade civil com o objetivo de dar conhecimento sobre a Lei de Mobilidade Urbana e suas diretrizes, visando fomentar a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana. Em 2013 foram realizados seminários nas cidades de Campinas/SP, Brasília/DF, Parauapebas/PA e Porto Alegre/RS.

Para fortalecer a divulgação e conscientização da Lei da Mobilidade Urbana, para o ano de 2014, estão previstos o desenvolvimento e distribuição de manuais, cartilhas e material de divulgação sobre a elaboração de Planos de Mobilidade Urbana, além da realização de mais 21 seminários de sensibilização. Também estão previstos cursos presenciais e a distância para capacitação dos técnicos municipais da área de transportes e a formatação de programa de assistência técnica para auxiliar de forma continuada os Municípios durante as diversas fases de execução da elaboração dos Planos de Mobilidade.

Em 2014 será realizado o monitoramento do Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM) de forma a avaliar as reduções das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Gases de Efeito Local (GEL) advindas das execuções das implantações de infraestruturas de sistemas de transporte e de mobilidade urbana mais eficientes e da transferência modal.

#### **a) Transporte Metroferroviário**

Nas seleções nacionais que contemplam infraestrutura de mobilidade urbana constam diversos empreendimentos de transporte sob trilhos. Nesse sentido, destacam-se aqueles selecionados no Rio de Janeiro (VLT Centro/Porto) e Salvador (Metrô – Linha 2 e conclusão e extensão da Linha 1) cujos Termos de Compromissos foram assinados em 2013. Os procedimentos para a celebração de cooperação para o Monotrilho Linha 18 – bronze de São Paulo estão em andamento.

Destaca-se ainda Belo Horizonte, beneficiado com recursos para projeto do metrô, em andamento, e os demais sistemas já selecionados: Fortaleza, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro (Monotrilho Niterói/São Gonçalo – Linha 3 do Metrô) e Brasília (expansão do Metrô).





No que tange à atuação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), a obra de expansão do Trecho São Leopoldo-Novo Hamburgo, na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS é um empreendimento que prevê, no total, mais 9,3 km da Linha 1, atingindo 43 km de extensão de Porto Alegre a Novo Hamburgo. A obra teve início de execução efetiva a partir da sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2009. Todo o trecho é estruturado em via elevada, e duas estações das cinco previstas já estão em operação (Rio dos Sinos, em São Leopoldo e Santo Afonso, em Novo Hamburgo).

Ao final do mês de dezembro de 2013, a obra atingiu o percentual de 98,04% de execução. Concluídos os testes de sinalização entre Santo Afonso e Novo Hamburgo. Iniciada a operação assistida em 1º de dezembro de 2013, em horário reduzido e sem cobrança de tarifa. Concluídas as obras civis e as instalações dos sistemas operacionais, exceto o Sistema de Controle de Tráfego e Energia (SCTE), que tem previsão de conclusão para maio de 2014. A previsão de início da operação comercial é para meados de 2014. As novas instalações já possuem acessibilidade universal, bicicletários e espaços comerciais.

Destaca-se, ainda, a obra de implantação do sistema de veículos sobre trilhos elevados entre a Estação Aeroporto e o Terminal 1 do Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre/RS. A obra encontra-se 99,2% concluída. Além de ter o diferencial do baixo custo de implantação e operação em relação a modais similares, o Aeromóvel é 100% brasileiro. Os veículos suspensos, movidos a ar, permitirão integração e acesso rápido e direto dos usuários do metrô ao terminal aeroportuário. O trajeto de quase um quilômetro será percorrido em 90 segundos. A linha contará com dois veículos que funcionarão alternadamente conforme a demanda. A cerimônia de início da operação assistida aconteceu em 10 de agosto de 2013, em Porto Alegre. A operação segue ocorrendo com o veículo A100, que transporta 150 passageiros, em regime gratuito com horário das 6h30min às 16h nos dias úteis. O segundo veículo do Aeromóvel, o A200, com capacidade para 300 pessoas, deve passar da fase de testes estáticos para os testes dinâmicos na via durante o primeiro trimestre de 2014.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera os sistemas de trens urbanos em Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, realizou, com recursos do Governo Federal, investimentos para expansão, recuperação ou modernização dos sistemas, propiciando melhoria na eficiência de qualidade dos serviços bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas. Em 2013, a demanda atingiu o total de 170,33 milhões de passageiros transportados, com uma média de 564.523 de passageiros por dia útil, representando um incremento de 15,5% em relação ao valor alcançado em 2012. Destaca-se que, a partir de novembro, foi superado o patamar de 600 mil passageiros transportados por dia útil.

Em Recife – Linhas Centro e Sul, o Projeto como um todo, incluindo a contratação dos novos Trens Unidades Elétricos (TUEs) atingiu 90% de avanço físico em 2013. As obras civis e os Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) atingiram nesse ano o acumulado de 98% das ações previstas. Foram entregues 14 TUEs, que estão operando em sua totalidade, faltando a entrega de um TUE para janeiro de 2014. Foram entregues os dois últimos VLTs para o trecho Cajueiro Seco-Cabo. A Estação Cosme e Damião foi concluída em abril. Em andamento a duplicação do trecho Cajueiro Seco/Cabo, que atingiu, em 2013, avanço físico de 59% no Lote 1 e 56,5% no Lote 2.

Na Linha 1 – Eldorado/Vilarinho de Belo Horizonte encontra-se em andamento a fabricação dos dez TUEs com quatro carros cada, que foram contratados em dezembro de 2012 com recursos do PAC-Equipamentos. Está prevista para 2014 a disponibilização do primeiro truque (conjunto de rodas, sapatas de freio, rolamentos, molas e eixos, entre outros) para testes e a entrega do primeiro TUE.

No Projeto do metrô Lapa/Pirajá de Salvador foram emitidos certificados que atestam a conclusão dos serviços previstos para o Tramo I, trecho Lapa/Acesso Norte, apto ao início da operação assistida, após a realização dos testes e ajustes dos seis trens elétricos já entregues pela contratada. Prevê-se a imediata retomada da conclusão do Tramo I, com o início da operação de Lapa, possivelmente até estação Retiro no primeiro semestre de 2014, para atender a demanda da Copa do Mundo FIFA 2014.





Na modernização/recuperação do trem de subúrbio no trecho Calçada-Paripe em Salvador, encontra-se em conclusão a recuperação de dois TUEs, com previsão de entrega no final de 2014.

Em Fortaleza – Linha Sul, no ano de 2013 foram entregues mais seis TUEs, completando 18 unidades entregues em outubro de 2013, fabricadas na Itália, das quais nove unidades estão em montagem ou testes. Prevê-se a entrega de mais dois TUEs em janeiro 2014 e os cinco restantes até agosto de 2014, totalizando 25 TUEs. Concluiu-se as obras do trecho subterrâneo da estação José de Alencar à estação Chico da Silva (antiga João Felipe), sendo inauguradas essas duas estações em julho de 2013. Dessa forma, a operação assistida em todo o trecho se tornou uma realidade, da estação Carlito Benevides (antiga Vila das Flores) à estação Chico da Silva.

Desde 2009, a ação de modernização do sistema em Maceió vem desenvolvendo atividades de adequação do sistema para operar com a nova frota de oito VLTs, já entregues, como continuidade às obras de recuperação da via permanente. Iniciou-se em 2013 a elaboração de Projeto Executivo das obras civis da Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió. Foram realizadas licitações e firmados contratos para a remodelação da via permanente em dois trechos de via, aquisição e aplicação de solda aluminotérmica em diversos trechos remodelados, recuperação de pontilhão e construção de muro de contenção.

Os sistemas de João Pessoa e Natal tiveram sua inclusão no PAC – Equipamentos, em 2012, com aquisição para Natal de 12 VLTs e duas locomotivas, e oito VLTs para João Pessoa.

Em função da aquisição dos VLTs, foram firmados contratos para recuperação de locomotiva e aquisição de torno mecânico do sistema de João Pessoa e contratos para aquisição de equipamentos para locomotivas, recuperação de motores de tração, aquisição de fixações e AMVs (aparelhos de mudança de vias) na recuperação do sistema de Natal.

No que diz respeito à adequação e à acessibilidade nos sistemas de trens urbanos em 2013, o valor total de R\$ 980 mil foi aplicado em Belo Horizonte na contratação de obra civil de adequação das estações São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar e na revisão dos projetos executivos das estações Lagoinha, Calafate, Gameleira e Cidade Industrial. Em João Pessoa, foram concluídas as adequações à acessibilidade nas Estações de Santa Rita e Cabedelo.

## 10. Trânsito

O Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Parada pela Vida tem como meta a redução do número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito em 50%, até 2020. Em 2013, foram realizadas 15 campanhas com a finalidade de convidar a sociedade a fazer parte da mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro, a saber: Campanha de Carnaval, Feriado da Semana Santa, Campanha Motociclista, Campanha O Pedestre, Campanha Prevenção de Acidentes, Campanha Bebida no Trânsito Mata, Campanha *Corpus Christ*, Campanha dos Caminhoneiros, Campanha São João, Campanha Férias, Campanha Transporte Clandestino, Campanha Manifesto, Campanha Semana Nacional de Trânsito, Campanha Celular e Campanha Resgate-Samu/Resgate Hospital.

A Semana Nacional Trânsito foi realizada, no mês de setembro de 2013, de forma integrada com os órgãos estaduais e municipais de trânsito e demais entidades, com a intenção de mobilizar a população em torno de atividades sobre o trânsito com o tema: *Álcool, outras drogas e a segurança no trânsito. Efeitos, responsabilidade e escolhas.*

O Prêmio Denatran de Educação no Trânsito criado para incentivar, valorizar e contribuir para a formação de hábitos e a adoção de comportamentos que tornem o trânsito mais seguro, civilizado e humano, alcançou sua 13ª edição em 2013. Foram inscritos 648 trabalhos voltados para o tema trânsito e premiados 21 participantes nas categorias: Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educador, Educação no Trânsito, Comunicação e Cidadania, envolvendo alunos, educadores e órgãos de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).





O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) regulamentou a Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012 – Lei Seca, que amplia o controle e as sanções sobre o uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência, definindo os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização, por meio da Resolução Contran nº 432, de 23 de janeiro de 2013. A principal mudança está na situação na qual, se o condutor apresentar sinais de alteração da capacidade psicomotora ou haja comprovação dessa situação por meio do teste de etilômetro e houver encaminhamento para a realização do exame de sangue ou exame clínico, não será necessário aguardar o resultado desses exames para fins de autuação administrativa.

Além disso, o Contran, vencidos os embates jurídicos, restabeleceu os procedimentos para fiscalização do tempo de direção e descanso do motorista profissional na condução dos veículos de carga com peso bruto total superior a 4.536 kg e de passageiros com mais de dez lugares.

Também estabeleceu condições para fiscalização pelas autoridades de trânsito, em vias públicas, das emissões de gases de escapamento de veículos automotores.

Em relação à segurança veicular, o Contran ratificou a decisão da obrigatoriedade, partir de 2014, do uso do equipamento suplementar de segurança passiva (*Air Bag*), na parte frontal dos veículos, e o uso do sistema antitravamento das rodas (ABS) para 100% dos veículos novos nacionais e importados.

Além disso, vem sendo promovida atualização e modernização dos normativos de segurança veicular, tais como os novos regulamentos para veículos de transporte coletivo, implantação de regulamento de eficiência de frenagem em motocicletas e os requisitos de desempenho na ocorrência de impactos laterais, capotamento e acidentes envolvendo pedestres e crianças.

Em 2013, foi realizado o acompanhamento de ensaios em 18 laboratórios de segurança veicular no Brasil e no exterior, de diversas montadoras de veículos, totalizando 46 laboratórios já avaliados desde 2011. Tal atividade possibilitou verificar as condições de ensaio e os critérios de aprovação dos diversos veículos homologados para circular no País, destacando os ensaios de *crash-test*, que são ensaios de segurança realizados a partir do impacto de um veículo contra uma barreira com o intuito de analisar o seu comportamento estrutural e o atendimento aos requisitos de proteção dos ocupantes na ocorrência de uma colisão.

No exercício de 2013, setenta e sete Municípios foram integrados ao SNT, totalizando 1.374. Esses Municípios integrados contam com 135.874.166 pessoas, as quais representam 71,23% da população brasileira e 61.371.373 veículos registrados no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), representando 81,15% da frota brasileira. Como forma de apoiar a implantação de sistemas municipais de trânsito, foi realizada reunião com os conselhos estaduais de trânsito e espera-se, em 2014, aumento no número de Municípios integrados.

No que se refere às ações específicas de educação para o trânsito, foi realizado projeto de capacitação com cursos direcionados a instrutores, examinadores de trânsito e professores da rede pública de ensino. Para o ano de 2014 está prevista articulação com o Ministério da Educação (MEC) para a formação de 20 mil professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementação das Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e Pré-Escola.



